



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 124

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 13 de janeiro de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, foram apresentados diversos votos:

- **Voto de Saudação à açoriana Helena Medeiros - Campeã Europeia de Padel**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto feita pelo Sr. Deputado Ricardo Cabral (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelas bodas de Ouro do Grupo Desportivo Velense**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*), usando posteriormente da palavra a Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelo 50.º Aniversário do Grupo Desportivo Velense**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelo 150.º aniversário da Sociedade Filarmónica Nossa Senhora das Neves**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Sobre o mesmo usaram da palavra a Sra. Deputada Cecília Pavão (*PS*), a quem coube a apresentação do voto, e o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário do complexo Desportivo das Laranjeiras**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do voto feita pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), e depois de usar da palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Saudação pelo 50.º Aniversário do Grupo Coral de Ponta Delgada das Flores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*), usando posteriormente da palavra a Sra. Deputada Arlinda Nunes (*PS*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Jaime Botelho Vasconcelos**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Cecília Pavão (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Ramiro Gaspar de Lima**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*), usando da palavra sobre o mesmo o Sr. Deputado Paulo Ribeiro (*PSD*), tendo sido novamente aprovado por unanimidade, aquando da votação por parte do plenário da ALRAA.

- **Voto de Pesar pelo enceramento do Jornal Monchique na Ilha das Flores**,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*), usaram da palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira (*PS*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por maioria.

Proferiu uma Declaração Política o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) sobre a qual usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), Humberto Melo (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

Seguiu-se a **Agenda da Reunião**.

- **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 54/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores - FUNDOPESCA”**,

apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS/PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM;

No debate usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Ávila (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), Luís Garcia (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Brito e Abreu*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*) e os Srs. Deputados Luís Garcia (*PSD*) e José Ávila (*PS*).

- **Proposta de Resolução n.º 11/X – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2014”**,

apresentada pela Mesa da ALRAA, a qual foi aprovada por unanimidade;

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 61/X – “Aprova o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA)”**;

Apresentado o diploma pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*), seguiu-se o debate que contou com a participação dos/as Srs./as Deputados/as Aníbal Pires (*PCP*), Luís Rendeiro (*PSD*), Bárbara Chaves (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e José Contente (*PS*).

Após a aprovação por maioria seguiram-se as declarações de voto feitas pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*) e pelas Sras. Deputadas Bárbara Chaves (*PS*) e Graça Silveira (*CDS-PP*).

- **Projeto de Resolução n.º 127/X – “Homologação do ensino secundário da viola da terra nos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), usaram da palavra as Sras. Deputadas Renata Correia Botelho (*PS*) e Ana Espínola (*CDS-PP*) e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade.

Eram 19 horas e 43 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Sr. Secretário, se quiser fazer o favor de fazer a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste **Parreira**

Arlinda Maria Focha **Nunes**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Catarina Paula **Moniz Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Baptista

Paulo Jorge da Silva **Ribeiro**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A manhã de hoje está reservada ao PTAP. Vamos começar pelos votos, como é habitual.

O primeiro é um Voto de Saudação referente à campeã europeia de Padel, a açorina Helena Medeiros. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Exma. Senhora Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

Açoriana Helena Medeiros - Campeã Europeia de Padel

A atleta açoriana do Clube de Ténis de S. Miguel, 13.º do Ranking internacional da Federação Internacional de Padel (FIP), é campeã europeia de Padel.

Helena Medeiros nasceu na cidade de Ponta Delgada, no seio de uma família de distintos desportistas, filha de campeões de basquetebol e atletismo e neta de um Homem de grande importância para o Desporto Açoriano.

A jovem Açoriana é uma das atletas da seleção nacional feminina de Padel que se sagrou campeã europeia, concluindo a competição na Holanda com um pleno

de vitórias nos confrontos. Portugal conquistou assim o primeiro título internacional no Padel.

Os Açores tem mais uma campeã da Europa, o que faz com que o palmarés do desporto açoriano fique mais rico.

A sua vitória e os seus momentos de consagração são motivo de satisfação para todos os açorianos.

O percurso da comitiva portuguesa construiu-se, sempre, com vitórias por 3-0, sobre a Alemanha e a Holanda, na fase de grupos, com o êxito sobre a Itália, no embate das meias-finais, e na decisão com a França, no confronto de atribuição do título, no qual a seleção nacional deixou vincada a qualidade e a magia do Padel português, modalidade que a Federação Portuguesa de Ténis tutela desde janeiro de 2011.

Para além da distinta atleta açoriana, Helena Medeiros, as portuguesas Ana Catarina Nogueira, Kátia Rodrigues, Filipa Mendonça, Joana Brites, Filipa Caldeira e Tânia Couto também representaram as cores nacionais no Europeu contribuindo para o título alcançado.

Uma referência especial ao seu treinador, Jesus Lizarbe, que conseguiu gerir com responsabilidade as adversidades e soube dar todas as condições às atletas para a conquista do título de Campeã Europeu de forma invicta.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do seguinte Voto de Saudação pela conquista do Campeonato Europeu de Padel pela atleta açoriana Helena Medeiros,

Do presente Voto de Saudação deve ser dado conhecimento à atleta, aos órgãos sociais do Clube Ténis de S. Miguel e à Federação Portuguesa de Ténis.

Disse.

Horta, 12 de janeiro de 2016.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Ricardo Cabral, Francisco César, Berto Messias, Miguel Costa, Arlinda Nunes, António Toste e José San-Bento

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se com natural satisfação a este Voto de Saudação apresentado pela bancada do Partido Socialista à circunstância da atleta Helena Medeiros, integrando a seleção nacional de Padel, se ter sagrado campeã europeia.

De facto, é um momento importante no desporto dos Açores ainda que se reconheça que esta modalidade não seja praticada entre nós, até pela falta de instalações específicas para a sua efetivação, mas isso não obstou que as qualidades atléticas da atleta Helena Medeiros a tivesse impedido de se guindar ao mais alto nível da prática desta modalidade no nosso país e consequentemente também na Europa.

Ela, como aqui é expresso neste Voto de Saudação, é originária de uma família de grandes desportistas. A mãe esteve ligada ao basquetebol e ao atletismo; o pai, Carlos Medeiros, foi campeão e recordista de Portugal de salto em comprimento, além de também se ter destacado na prática do futebol, e o seu avô materno foi uma pessoa de grande destaque no desporto açoriano, porventura ainda hoje com a dívida que todos nós provavelmente temos para com os feitos e a dedicação que ele emprestou ao desporto enquanto diretor de ralis no Grupo Desportivo Comercial, como dirigente também no hóquei em

patins, na Associação de Futebol de Ponta Delgada e no atletismo de São Miguel.

Portanto, é uma jovem atleta oriunda de um meio familiar muito dedicado ao desporto que, saliente-se, não tendo condições para a prática desta modalidade na Região, mesmo assim, pôde integrar a seleção nacional e alcançar este feito para o nosso país que foi ser campeã europeia.

Portanto, em síntese, o Partido Social Democrata associa-se com grande satisfação a este Voto de Saudação que é de todo merecido.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se às Bodas de Ouro do Grupo Desportivo Velense. É apresentado pelo PS e para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Bodas de Ouro do Grupo Desportivo Velense

O Grupo Desportivo Velense, fundado a 1 de janeiro de 1966 por um grupo de amigos apaixonados pelo desporto, nomeadamente pelo futebol, celebrou no

passado dia 1 de janeiro de 2016, 50 anos de vida dedicados ao serviço do desporto e da comunidade Jorgense.

Na fase inicial da sua vida, o Grupo Desportivo Velense viveu intimamente ligado à Casa de Povo de Velas que lhe forneceu as condições necessárias para o início da sua atividade, começando por participar em torneios e jogos particulares. Posteriormente no ano de 1967, participou no primeiro “Torneio de Preparação” e no primeiro “Campeonato de Ilha de São Jorge”, conquistando os seus dois primeiros títulos, começando desde muito cedo, a escrever a sua história de triunfos e hegemonia no futebol Jorgense.

Com o passar dos tempos, com a expansão do futebol federado e com a chegada do associativismo à ilha de São Jorge, o Grupo Desportivo Velense elaborou os seus estatutos a 14 de julho de 1983 e filia-se a 18 de outubro do mesmo ano na Associação de Futebol de Angra de Heroísmo, tendo conquistado logo na primeira época de provas oficiais, a “Taça de Ilha de São Jorge” e a “Taça Associação” apurando-se para participar nas eliminatórias da Taça da Ilha Terceira.

Na época de 1986/87, para além da conquista de todas as provas a nível de Ilha, conquista o título de Campeão da Associação de Futebol de Angra de Heroísmo, sendo o primeiro clube de São Jorge a representar esta associação na “Taça dos Clubes Campeões Açorianos”.

No dia 1 de janeiro de 1991, na data em que celebrou as suas Bodas de Prata, inaugurou a sua Sede Social na Avenida do Livramento que permitiu, por um lado, aumentar o desenvolvimento de atividades recreativas e culturais, e por outro, dar sustentabilidade do seu projeto desportivo. No dia 11 de junho de 1992 recebe o estatuto de Instituição de Utilidade Pública.

Na época de 1993/94, ano em que não existiu provas organizadas pela Associação de Futebol de Angra de Heroísmo na Ilha de São Jorge, sagra-se

Campeão Nacional de INATEL, no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, no dia 12 de junho de 1994.

Na época de 2001/2002 sagra-se novamente Campeão da Associação de Futebol de Angra de Heroísmo, mas desta vez com a consequente subida à Série Açores, onde permanece por quatro épocas. Por último, referir ainda a conquista da terceira Taça da Associação de Futebol de Angra de Heroísmo na época de 2006/2007.

O Grupo Desportivo Velense é o clube de futebol mais premiado da Ilha de São Jorge e ao longo da sua história sempre honrou e prestigiou o seu nome, o seu emblema, os seus fundadores, os seus sócios e simpatizantes, bem como o nome da sua terra que o viu nascer.

Atualmente possui equipa de Infantis e de Juvenis nos escalões de formação de futebol masculino, e equipa de futebol masculino Sénior, que na última época, 2014/2015, venceu as três provas realizadas na Ilha de São Jorge pela Associação de Futebol de Angra de Heroísmo, continuando a inscrever títulos nos seus 50 anos de história vitoriosa e gloriosa.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista deseja que a atual direção, dirigentes, técnicos, atletas, sócios e simpatizantes do Clube se sintam sempre inspirados pelo passado deste grande clube Jorgense, e que encontrem sempre motivação e força para continuarem este legado no desenvolvimento desportivo e cultural da Ilha de São Jorge.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 13 de janeiro de 2016, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto do Grupo Desportivo Velense ter celebrado as suas bodas de ouro no dia 1 de janeiro de 2016.

Esta congratulação é extensiva a todos os atletas, técnicos, dirigentes e sócios que ao longo destes últimos 50 anos dedicaram o seu tempo, o seu trabalho e empenho em prol da sua coletividade, mas acima de tudo em prol do desenvolvimento desportivo e cultural da Ilha de São Jorge.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Clube e à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Horta, 13 de janeiro de 2016.

Disse.

Os Deputados: André Rodrigues, Berto Messias, Manuel Pereira e Lúcio Rodrigues

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Cinquenta anos é realmente uma data a comemorar e o Clube Desportivo Velense, os seus sócios, dirigentes, atletas e simpatizantes estão de parabéns por mais este aniversário.

É preciso ainda lembrar e reconhecer que são estas coletividades que muito contribuem para a formação de jovens e para a dinamização do desporto das nossas ilhas, que muitas vezes com muitas dificuldades e sobretudo com muito trabalho, com muita dedicação pessoal e com o esforço de todos é que abraçam esta missão de promover o desporto e a cultura nas nossas ilhas.

Por isso naturalmente o CDS-PP também se irá associar a este voto.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação também se refere ao Grupo Desportivo Velense.

Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Grupo Desportivo Velense

O Grupo Desportivo Velense comemorou no primeiro dia deste ano as Bodas de Ouro, pelos seus cinquenta anos de existência.

Numa época em que as coletividades eram a forma mais saudável de convívio, esta resultou de uma amena cavaqueira de café, no icónico “Flor de Jardim”, na Vila das Velas. O grupo de jovens entusiastas do desporto que então, de alma e coração, fundaram este grupo foram:

José Manuel de Melo

Cristóvão Amílcar Gambão Cristiano da Silveira

Fernando Manuel Pires Silvano

Alberto da Rosa

Mário Emílio Soares

Fernando Emílio Soares

Manuel Fernando Carvalho Coquete

José Luciano Carvalho Coquete

Num tempo em que as dificuldades financeiras eram muitas, foi a Casa do Povo das Velas, recentemente constituída, quem garantiu o patrocínio para equipamentos e anualmente contribuía, dentro das suas possibilidades, para a manutenção da equipa.

Durante este meio século de existência o Grupo Desportivo Velense realizou diversas provas oficiais na ilha e não só, tendo obtido vários primeiros e segundos lugares. Além da equipa de futebol sénior, o Clube tem mantido uma equipa de iniciados e juniores contado atualmente com um total de cerca de sete dezenas de atletas.

Subiram à Série Açores na época 2001/2002, entre muitas outras conquistas.

Esta coletividade além de sua atividade essencialmente desportiva também muito contribuiu para o dinamismo cultural na Vila das Velas, com organizações de eventos recreativos.

Muitas foram as festas de passagem de ano organizadas por esta coletividade, na sala de convívio da Escola Secundária das Velas.

Finalmente no seu vigésimo quinto aniversário inauguraram a sua sede social, edifício novo construído com grande empenho dos sócios e apoio de várias entidades, sito na Avenida do Livramento, que a partir desse ano se enchia de luz e de cor, quer nos memoráveis bailes de carnaval, quer noutras festas, proporcionando aos Jorgense momentos de alegria e saudável confraternização.

Há cinquenta anos que o Grupo Desportivo Velense vem representando um papel de grande relevo na formação desportiva e cívica dos jovens jorgenses, proporcionando-lhes uma sã ocupação dos tempos livres e oferecendo à sociedade momentos de convívio inesquecíveis.

Assim ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período de 11 de janeiro

de 2015, a aprovação de um voto de saudação pelo aniversário de 50 anos do Grupo Desportivo Velense reconhecendo o seu papel preponderante no desenvolvimento da cultura e do desporto na ilha de S. Jorge e desejando que continue o trabalho que vem fazendo em prol do desporto da ilha.

Do presente Voto de Congratulação seja dado conhecimento à Direção do Grupo Desportivo Velense e demais Órgãos Sociais do Clube, atletas, e sócios.

Horta, Sala das Sessões, 12 de janeiro de 2016

Os Deputados, Duarte Freitas, António Marinho, Luís Maurício, Luís Garcia, António Pedroso e Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo é de Voto de Congratulação aos 150 anos da Filarmónica Nossa Senhora das Neves.

É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Cecília Pavão.

Deputada Cecília Pavão (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

150 ANOS DA FILARMÓNICA NOSSA SENHORA DAS NEVES

No dia 1 de janeiro de 1866, foi fundada a Filarmónica Nossa Senhora das Neves, da freguesia da Relva.

Tomou o nome da padroeira da sua igreja, tendo atuado pela primeira vez a nove de outubro desse mesmo ano.

A iniciativa da criação de uma banda filarmónica nesta freguesia a poente da cidade de Ponta Delgada surgiu de um grupo de relvenses determinados em elevar o prestígio da sua terra e formar os rapazes na arte musical. Angariados os primeiros fundos, os músicos apresentaram-se publicamente na procissão da festa da padroeira, com todo o instrumental necessário e fardamento luxuoso, semelhante às fardas militares de então, o que gerou alguma polémica.

A vida da Relvense, como também era conhecida, conheceu altos e baixos. Nos primeiros tempos a Filarmónica mudou a sua denominação para Banda Progressista Relvense, na sequência dos apoios que recebeu do campo político. O primitivo nome foi repostado aquando do seu centésimo aniversário. Muito significativa, contudo, foi a proteção mecénica das famílias Barão de Fonte Bela, Raposo do Amaral e Andrade Albuquerque, seguindo-se depois períodos de maiores dificuldades e menor visibilidade da Filarmónica.

Felizmente, a sua atividade nunca foi interrompida, quer na dinamização cultural da freguesia, quer na formação de muitos jovens relvenses.

A sua primeira digressão foi a Santa Maria, na década de 1990, a que se seguiram outras ilhas açorianas, continente português, Estados Unidos da América e Canadá.

No ano 2000, a Filarmónica Nossa Senhora das Neves concretizou o sonho de inaugurar a sua sede social.

São parte da história da sua regência, entre outros, Manuel Inácio Brasil, Guilherme Tavares de Matos, Augusto Baptista, Carlos Manuel Samões, Alberto Narciso Ribeiro, Alberto de Chaves, João Ferreira dos Santos, José Germano Carreiro, Ernesto Medeiros e Sargento Manuel Medeiros.

Atualmente é Hélio Soares o maestro titular, que integra a Filarmónica desde os 9 anos de idade e há mais de três décadas. Com o seu trabalho, com a dedicação

e a arte dos cerca de 50 músicos e com a envolvimento de toda a comunidade, a banda tem evoluído significativamente na qualidade do seu repertório e do seu instrumental.

Os atuais órgãos da Sociedade Filarmónica Nossa Senhora das Neves são: Presidente da Assembleia Geral, José Andrade, que é também o Coordenador do programa das comemorações dos 150 anos; Presidente do Conselho Fiscal, João Manuel Medeiros, sendo a Direção composta pelo Presidente, António Raimundo; vice-presidente, João Paulo Vieira e Tesoureira, Jeruda Arruda.

Passo a citar a saudação atribuída a Basílio José Dias, por ocasião das comemorações dos 100 anos: “Banda de Nossa Senhora das Neves, nós te saudamos na tua velhice, nos teus trabalhos, nas tuas canseiras e desilusões, mas também nas tuas esperanças, nos otimismo do caminho imenso que te cumpre percorrer, confiada no carinho dos filhos – deste povo que te considera carinhosamente, a menina dos seus olhos”.

Acrescentamos, nós, respeitosamente, revisitando a expressão tantas vezes usada: Música da Relva, que continues a ser “A Mesma e Mais Forte”.

Pelo exposto, e nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe a aprovação, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de um Voto de Congratulação pelo centésimo quinquagésimo aniversário da Sociedade Filarmónica Nossa Senhora das Neves.

Propõe-se também que do mesmo seja dado conhecimento aos Órgãos Sociais da referida Sociedade.

Horta, Sala das Sessões, 13 de janeiro de 2016

Os Deputados, Cecília Pavão, Berto Messias, Miguel Costa, Francisco César, Ricardo Cabral e Arlinda Nunes

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar que o Grupo Parlamentar do PSD tem um Voto de Congratulação de semelhante teor que tenciona apresentar amanhã.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se ao 25.º Aniversário do Complexo Desportivo das Laranjeiras.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25º ANIVERSÁRIO DO COMPLEXO DESPORTIVO DAS LARANJEIRAS

A 13 de dezembro de 1990 o sonho tornou-se realidade. “Para fazer isto aqui, outras coisas se sacrificaram, mas vale a pena abrir bem os olhos e olhar em frente, dar oportunidades à juventude e desafiar o futuro”. Foi com estas palavras que o Presidente do Governo Regional dos Açores, João Bosco Mota Amaral, inaugurou o Complexo Desportivo das Laranjeiras, em Ponta Delgada,

uma obra arrojada, sonhada por gerações de desportistas micaelenses e nascida do propósito firme de preparar os atletas dos Açores para os Jogos Olímpicos do ano 2000.

Pela primeira vez em Autonomia erguia-se um amplo complexo de instalações, pensado com futuro, multifuncional nas modalidades cuja prática desportiva propicia, com o rigor que a alta competição exige e a qualidade que o elevou, então, aos melhores do país.

Integrado na Escola Secundária das Laranjeiras, classificada entre as 200 melhores do mundo pela OCDE, este conjunto de instalações desportivas foi projetado pelo arquiteto Farelo Pinto que também havia concebido aquele estabelecimento de ensino.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E a Tomás de Borba? A Tomás de Borba ainda é melhor!

O Orador: É justo reconhecer o arrojo do empreendimento, lançado e quase integralmente construído antes de a Região aceder às ajudas financeiras da então Comunidade Económica Europeia (CEE). A sua construção foi, por isso mesmo, faseada, em razão dos avultados encargos financeiros, do número e sofisticação técnica dos espaços – pavilhão, piscina coberta, salas de ginástica, judo e musculação, campos exteriores, cuba para saltos, campo de futebol com relvado natural e pista de atletismo de piso sintético, estes inaugurados em julho do ano seguinte pelo Primeiro-Ministro Cavaco Silva.

Deputado José Ávila (PS): Complexos Desportivos!

O Orador: Ao longo dos 25 anos de existência, o Complexo Desportivo das Laranjeiras acolheu importantes competições, como os Jogos do Atlântico, os Jogos das Ilhas ou o Torneio de Qualificação da Taça CEV, prova europeia de voleibol. Esta foi precisamente a modalidade com as honras da inauguração das novas instalações, numa partida disputada entre a *Associação dos Antigos*

Alunos e o Volei Clube de S. Miguel, duas equipas micaelenses que disputaram o principal campeonato português de voleibol.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E as megas escolas? Não gostam das megas escolas!

O Orador: No acolhimento de competições, como na formação de atletas, no desenvolvimento da disciplina de Educação Física ou no desporto de recreação, o Complexo Desportivo das Laranjeiras é, foi, e continuará a ser, um espaço de referência incontornável na prática desportiva da nossa Região.

Ao evocar os 25 anos de atividade deste importante parque desportivo o Parlamento dos Açores presta homenagens a quantos foram responsáveis pela sua construção, gestão, manutenção e funcionamento, na firme convicção de que o desporto é escola de virtudes e espaço privilegiado para a promoção de estilos de vida saudáveis.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário do Complexo Desportivo das Laranjeiras.

Deste Voto deve ser dado conhecimento ao antigo Presidente do Governo Regional dos Açores, Doutor João Bosco Mota Amaral, à Secretaria Regional da Educação e Cultura, à direção do Parque Desportivo de S. Miguel e ao Conselho Executivo da Escola Secundária das Laranjeiras.

Disse.

Horta, 13 de janeiro de 2016

O Grupo Parlamentar: António Marinho, Duarte Freitas, Luís Maurício, Luís Garcia, Joaquim Machado e Bruno Belo

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS)**: Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Complexo Desportivo das Laranjeiras foi durante estes 25 anos, e continuará a ser, uma grande mais-valia para o desporto nos Açores e para a Ilha de São Miguel, em particular.

Muitos atletas de várias modalidades puderam praticar e evoluir naquelas instalações de grande qualidade.

Foi a casa de muitos campeões, foi, é e continuará a ser uma casa de formação desportiva para muitos desportistas e para muitos alunos da Escola das Laranjeiras.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao Voto de Congratulação apresentado.

Disse.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Saudação refere-se ao quinquagésimo aniversário do Grupo Coral Paroquial de Ponta Delgada das Flores.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

50.º Aniversário do Grupo Coral Paroquial de Ponta Delgada das Flores

O Grupo Coral de Ponta Delgada das Flores está ligado, pela sua própria natureza, à Paróquia de São Pedro, a mais nortenha da ilha das Flores que, segundo os últimos censos, conta com pouco mais de trezentos habitantes. Foi fundado pelo Padre João de Jesus Lourenço, já falecido, que entrou ao serviço desta comunidade em 1964 e que, em 1965, fundou o Grupo Coral em data que não foi possível precisar. Este sacerdote de veneranda memória orientou os destinos espirituais desta paróquia até ao ano de 2007, perfazendo assim os 43 anos de serviço a esta porção de fiéis. O Grupo Coral, que conta atualmente com 15 elementos, adquire uma importância singular na animação das celebrações.

A freguesia de Ponta Delgada localizada no extremo norte da Ilha padecia de um isolamento diferente das outras freguesias ao longo de muito tempo, devido às enormes dificuldades de acesso, deste modo, o facto de fazer parte do grupo coral permitia um convívio social e cultural essencial a um desenvolvimento humano daquela comunidade. Ser de Ponta Delgada é ser defensor das suas raízes e lutador pela preservação dos seus valores.

Note-se que a fundação deste grupo está ligada à renovação conciliar trazida pelo Vaticano II, procurando uma maior participação dos fiéis nas ações litúrgicas. Possivelmente terá sido o primeiro grupo da ilha a contar com elementos femininos, algo novo na época e alvo de alguma polémica e contestação por paroquianos mais conservadores. Desde então, o grupo manteve sempre a sua atividade, sendo convidado com frequência, sobretudo numa fase inicial, para animar festividades nas freguesias limítrofes. Mais recentemente, tem-se vindo a juntar aos coralistas de toda a Ouvidoria, que animam celebrações a nível Ilha.

O quinquagésimo aniversário da sua fundação foi celebrado no último domingo do transato ano civil transato, uma vez que não se conhece uma data precisa em que a atividade tenha sido iniciada. Para assinalar a efeméride foi celebrada uma Missa Solene à qual se seguiu uma cantata de Natal na qual foram interpretados temas clássicos da época, tanto populares como mais elaborados, acompanhados a órgão, bandolim e violão. Estes últimos instrumentos têm uma significativa expressão na freguesia de Ponta Delgada das Flores, estando presentes nas duas instituições da freguesia mais ligadas ao canto, a saber: o Grupo Coral Paroquial e o Grupo Folclórico da Casa do Povo.

Sublinhe-se que, a nível recreativo e cultural, são praticamente estas as instituições sobreviventes nesta freguesia que em tempos idos foi uma das mais ativas na ilha a nível sociocultural.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresenta este voto de saudação pelos 50 anos do Grupo Coral da Paróquia de Ponta Delgada das Flores, propondo que do mesmo seja dado conhecimento à Ouvidoria das Flores e Junta de Freguesia de Ponta Delgada das Flores.

Horta, 13 janeiro de 2016

Os Deputados Regionais: António Marinho, Duarte Freitas, Luís Maurício, Luís Garcia e Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Arlinda Nunes tem a palavra.

(*) **Deputada Arlinda Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda igualmente o Grupo Coral Paroquial de Ponta Delgada das Flores pelo seu quinquagésimo aniversário.

Não posso deixar de sublinhar a referência ao Sr. Padre João de Jesus Lourenço, porque mais do que um fundador deste Grupo, mais do que o sacerdote daquela paróquia, foi, sem dúvida, um orientador espiritual, um conselheiro, uma voz amiga sempre presente naquela comunidade.

Persistir à evolução dos tempos e da sociedade por cinco décadas no extremo ocidental açoriano e muito em particular no extremo norte da própria ilha é por si só elucidativo da importância que este grupo traduz na sua comunidade e do caráter que encerra não só numa vertente social e cultural, mas também como relevante exemplo de cidadania ativa e consciente.

Desta forma, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao presente Voto de Saudação.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições pelo que vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos Votos de Pesar.

O primeiro é apresentado pelo PS, referente ao falecimento de Jaime Botelho Vasconcelos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cecília Pavão.

Deputada Cecília Pavão (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

pelo falecimento de Jaime Botelho Vasconcelos

Faleceu, no passado dia 8 de setembro, no Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada, Jaime Botelho Vasconcelos.

Nasceu a 29 de janeiro de 1945, no solar do seu antepassado Manuel António de Vasconcelos, fundador do Açoriano Oriental, na freguesia do Pilar da Bretanha. Aí cresceu e fez a instrução primária, deixando a sua terra natal aos 10 anos de idade rumo ao Seminário da Congregação do Espírito Santo, em Braga.

Após completar o noviciado, Jaime Botelho Vasconcelos foi aluno da Universidade de Coimbra do Curso de História durante dois anos. Regressou a S. Miguel e integrou o Exército como voluntário.

Viria a ser destacado para a Guiné onde permaneceu 27 longos meses.

Foi professor de francês na Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada e funcionário da MICOL – Sociedade Micaelense de Construções, Lda.

Destacou-se profissionalmente no Centro Nacional do Emprego, criado no início dos anos de 1970 e posteriormente como Adjunto na Escola Profissional dos Açores, hoje Escola Profissional de Capelas, onde trabalhou até à aposentação.

Pelo Partido Social Democrata, foi Presidente da Junta de Freguesia da Bretanha, que compreendia Ajuda e Pilar, hoje freguesias separadas. Trabalhou com dedicação pela sua terra, empenhando-se, com êxito, no processo de asfaltagem do chamado Caminho de Baixo do Pilar, até então de terra batida. Viria ainda a ser o primeiro Presidente da Assembleia da recém-criada Freguesia do Pilar da Bretanha.

O desaparecimento de Jaime Botelho Vasconcelos deixa mais pobre esta pequena freguesia que teimosamente escolheu como lar permanente. Homem culto, amante da caça, da música e da leitura, dinamizou, em colaboração estreita com a paróquia, o grupo coral e muitas outras atividades relacionadas com a cultura do Pilar.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Jaime Botelho Vasconcelos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família e à Junta de Freguesia do Pilar da Bretanha.

Horta, Sala das Sessões, 12 de janeiro de 2016

Disse.

Os Deputados: Cecília Pavão, Berto Messias, Francisco César, Miguel Costa, Arlinda Nunes e José San-Bento

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Jaime Botelho de Vasconcelos bem merece este Voto de Pesar proposto pelo PS para assinalar a sua morte e homenagear a sua vida enquanto autarca de freguesia no arquipélago dos Açores, na ilha de São Miguel, no concelho de Ponta Delgada.

Ele foi o rosto emblemático e o agente dinamizador da freguesia da Bretanha, na costa norte micalense, durante quatro mandatos consecutivos, de 1979 a 1993, sempre nas listas do Partido Social Democrata.

Sucedeu ao primeiro presidente eleito da freguesia, Nemésio Pimentel da Silva, em 1976/79, e antecedeu o último presidente da Bretanha enquanto tal, Pedro Adriano de Paiva Melo, em 1993/2002.

Nesse ano de 2002, a antiga freguesia da Bretanha micalense deu lugar, como se sabe, às duas atuais freguesias de Ajuda da Bretanha e Pilar da Bretanha.

Mas na história desta terra e na memória das suas gentes prevalece, merecidamente, o bom nome de Jaime Botelho de Vasconcelos como um autarca disponível, dedicado, empreendedor e produtivo.

Rendendo sentida homenagem à sua memória, o Grupo Parlamentar do PSD – e, certamente, o próprio Parlamento dos Açores no seu conjunto – reafirma aqui o devido reconhecimento a todos os autarcas de freguesia, de ontem e de hoje, de todos os partidos políticos, que assim asseguram um contributo determinante para o desenvolvimento integral do território açoriano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto também é de Pesar pelo falecimento do Dr. Ramiro Gaspar de Lima.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

DR. RAMIRO GASPAR DE LIMA

O Dr. Ramiro Gaspar de Lima, nascido na Vila Nova, ilha Terceira, no dia 26 de setembro de 1923, faleceu no dia 8 de dezembro de 2015, na ilha Terceira, com 92 anos de idade.

Foi um distinto, exemplar e competente cidadão a par de médico anestesista, do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo.

Frequentou a escola primária e o liceu em Angra do Heroísmo, e ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em 1946, onde concluiu a licenciatura em Medicina em 13 de novembro de 1952.

Iniciou o estágio profissional no Hospital dos Capuchos, em Lisboa, nomeadamente no Laboratório de Electrocardiologia, tendo ficado responsável por todos os relatórios dos eletrocardiogramas que eram solicitados pelos Hospitais Civis.

No Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge e no Instituto Superior de Medicina Tropical concluiu os cursos de Medicina Sanitária e Medicina Tropical.

Regressado à ilha Terceira trabalhou no Hospital da Misericórdia de Angra do Heroísmo durante 16 anos, onde disponibilizou o seu e único eletrocardiógrafo existente na ilha, que foi utilizado durante vários anos na realização de exames aos doentes internados.

Ao surgir a necessidade da existência de um médico com formação e competência em Anestesiologia, foi frequentar a especialidade nos Serviços de Anestesiologia dos Hospitais Civis e do Instituto Português de Oncologia, durante 2 anos.

Regressado ao Hospital da Misericórdia de Angra do Heroísmo assumiu a direção do serviço de Anestesiologia.

Desde 1958, trabalhou no Hospital Militar da Força Aérea, na Terra-Chã, em Angra do Heroísmo, no serviço de Anestesiologia, onde também foi responsável por uma enfermaria de Medicina.

Com o encerramento deste Hospital continuou, como médico civil contratado, a prestar cuidados de saúde aos militares e suas famílias no Posto de Socorros da Base Aérea n.º 4, sita nas Lajes, concelho da Praia da Vitória.

Trabalhou na Casa de Saúde de São Rafael, na secção de homens e mulheres, desde 1956 e até à idade dos 75 anos, tendo também praticado medicina

privada, e depois de aposentado, passou a prestar cuidados de saúde em regime de voluntariado, na Junta de Freguesia dos Biscoitos e aos utentes albergados no Lar de Idosos do Raminho.

Em 1961, com a transferência do Hospital da Misericórdia para o então Hospital Regional de Angra do Heroísmo, ingressou neste Hospital onde trabalhou mais de 20 anos como o único médico Anestesista.

Ao Dr. Ramiro Gaspar de Lima se deve a criação de uma sala de recobro cirúrgico, mais tarde designada de Reanimação, na proximidade do bloco operatório, nos anos de 1973/1974, que mais tarde veio a dar origem à Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente, no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, no dia 9 de setembro de 1988.

Concretizou, assim, a partir dos últimos 20 anos do século XX, um dos desejos no que se refere ao suporte de doentes em estado crítico. A ilha Terceira, o seu Hospital e os Açores ganharam um serviço de reconhecida necessidade, modernidade e competência.

Foi Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, cargo que iniciou em abril de 1990 e manteve até aos 70 anos de idade, data em que se aposentou.

O Dr. Ramiro Gaspar de Lima com toda a sua humildade e competência contribuiu para o desenvolvimento da Saúde na ilha Terceira e nos Açores, nomeadamente nas áreas da Anestesiologia e Medicina Intensiva.

O médico Ramiro Lima soube não raras vezes aliar o exercício da Medicina com o primado do altruísmo, baseado no seu grande humanismo, que prescindia da justa remuneração na prestação de cuidados de saúde em visitas ao domicílio a doentes limitados nas suas condições físicas.

Sendo o único médico Anestesista do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira raramente podia usufruir do repouso merecido em virtude das urgências noturnas que se estendiam até quase às cirurgias programadas, pelo

que comungamos de um seu parecer, e cito, “*A Profissão se adapta a fazer o bem.*”

É também de assinalar o seu trabalho competente e dedicado, como era seu apanágio, prestado à população sinistrada das ilhas afetadas pelo sismo de 1980. O Dr. Ramiro Gaspar de Lima desenvolveu a sua profissão com competência, a fazer o bem e com Humanismo.

Aliou ao exercício da medicina o desempenho de uma atividade empresarial no ramo da hotelaria e restauração

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais, propõe que seja aprovado um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Ramiro Gaspar de Lima, e dele seja dado conhecimento à Família e ao Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER.

Sala das Sessões, 13 de janeiro de 2016

Disse.

Os Deputados: Domingos Cunha, Berto Messias, José San-Bento, Arlinda Nunes, António Toste, Nuno Meneses, Cláudia Cardoso, Francisco Coelho e Miguel Costa

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Pesar. Para além do percurso profissional que foi aqui apresentado, o PSD destaca a componente pós-aposentação em que o Dr. Ramiro de Lima prestou cuidados de saúde em

regime de voluntariado na freguesia dos Biscoitos e na freguesia do Raminho, assim como a prestação ao domicílio de forma graciosa para quem precisava.

Por isso o PSD mais uma vez irá votar favoravelmente este voto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto desta manhã é um Voto de Pesar pelo encerramento do Jornal Monchique, na Ilha das Flores.

Para a sua apresentação tem a palavra o Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

“Um dia alguém recordará que o Monchique para além de ser o ponto mais ocidental da Europa, também foi título de jornal e deixou impressa alguma da nossa história coletiva que ocorreu nos últimos dezoito anos.”

Este foi o último parágrafo do editorial da última edição do jornal “O Monchique”. Assim, após 130 anos de imprensa escrita na Ilha das Flores, desaparece o último título em publicação.

Socorrendo-me do historiador Francisco António Gomes, também ele Florentino, lembro que a introdução da imprensa escrita na ilha data de 1885. Foi em Santa Cruz que se fixou o tipógrafo faialense Jacinto Augusto de Bettencourt, onde instalou a tipografia “**Imparcial Florentina**”, nela surgindo,

a 2 de julho de 1885, “*O Florentino*”, que terá tido várias suspensões e terá durado cerca de uma década (1885-1896), tendo começado por ser semanário.

Seguiu-se *O Amigo do Povo* (1886-1890), fundado por Constantino Leal Soares e que era publicado três vezes por mês.

Boletim Oficial surge em 1887 com apenas uma edição a 9 de junho.

Na Ribeira Seca, nas Lajes, surgiu *O Trabalhador*, entre 1888 e 1890, com periodicidade semanal, sendo seu proprietário e editor António Luís de Mendonça.

A *Vanguarda* começou a editar-se em maio de 1890, com periodicidade semanal e cuja duração não ultrapassou a viragem do século.

A *Ilha das Flores* surgiu em Santa Cruz em 1891, por iniciativa de Guilherme da Silva Henriques, Francisco Rodrigues Armas e Fernando Jacinto de Mendonça. De início era uma publicação semanal, passando mais tarde a trimensário.

Seguiu-se *O Ocidental* (1896-1900) dirigido pelo Padre Henrique Augusto Ribeiro, com periodicidade trimensal.

A 5 de outubro de 1901 começa a publicar-se *As Flores*, quinzenário, que teve como primeiro editor Luís Maria Borges.

Surgiu, depois, em 1915, *O Jornal-Rádio* que se manteve até 1920. De periodicidade bissemanal nasceu pelas mãos do micaelense Nuno Cordeiro que já trazia uma longa experiência de São Miguel, e terá sido, porventura, *um dos mais importantes periódicos que se publicou nas Flores*.

Entre 1917-1919 publicou-se o *Açoreano Ocidental* por um grupo de Amigos das Flores. Entre eles estava Roberto de Mesquita, Maurício António Fraga, Jaime Leal Páscoa, entre outros. Foi editado inicialmente pelo comendador Manuel Pedro Lopes.

Em 1917, e de “vida efémera”, viu a luz do dia *A Seringa*, que teve apenas cinco números editados. Era seu editor e proprietário José Jacinto Mendonça

Flores, comerciante e político e António Cunha Correa, funcionário da Rádio-Flores.

Entre 1919 e 1920 surgiu *O Atlântico*, semanário independente propriedade de João Rodrigues de Magalhães.

De 1920 a 1922, editou-se *O Jorge*, semanário, propriedade de Cunha Correa, editado também em Santa Cruz.

O Florentino ressurgiu de 1922 a 1928, fundado por Jaime Leal Páscoa, natural do Pico, com edições ao sábado.

O mesmo aconteceu com *As Flores* (1928-1954), que teve como fundadores João Maria Alvares, na qualidade de proprietário e Celestino Amorim de Carvalho como editor e diretor.

Em 1973 nova reedição de *As Flores*. Mensário de início, foi sua primeira editora e proprietária Laura Escobar Santos e diretora adjunta Maria Isabel Serpa Ramos. A iniciativa coincidiu com o cinquentenário da morte de Roberto de Mesquita. Ao entrar no seu segundo ano de publicação, em dezembro de 1974, abandonou a periodicidade mensal e passou a quinzenal. José Renato Medina Moura, assumiu em exclusivo a direção, juntando-se mais tarde nas funções de subdiretor Manuel Herberto Santos da Rosa até setembro de 1988 e mais tarde José António Corvelo e Maria José Sousa.

Entre 1987 e 1993 publicou-se o *Jornal do Ocidente*, propriedade de uma cooperativa formada nas Lajes. Foi diretor e dinamizador José de Freitas Silva.

Finalmente, entre 1997 e 2015, publicou-se **O Monchique**, com sede na Fajãzinha, concelho de Lajes das Flores, propriedade de “Ler Comunicar Publicações Lda.”, cujos sócios eram na altura José António Corvelo Freitas e José Floriberto Lourenço. Foi sempre de tiragem mensal e ao todo foram publicadas 215 edições e uma revista, por ocasião da viragem do século. Era agora propriedade de José António Corvelo, esposa Nélia Maria Garcia Medeiros Freitas e filho Joaquim António Corvelo Medeiros Freitas. Teve a sua

última publicação em dezembro de 2015 e a particularidade de não ter funcionários a tempo inteiro. A sua publicação regular deveu-se apenas à persistência do seu diretor José António Corvelo Freitas que tem na imprensa escrita dos Açores, mais de trinta anos de colaboração. Coincide a sua última publicação com os 130 anos de imprensa escrita na ilha das Flores. A falta de publicidade local, seja comercial e sobretudo institucional e a apatia de muitos assinantes, levaram ao fim do projeto, ao qual os seus proprietários dedicaram muito do seu tempo.

Com este desaparecimento, as Flores junta-se, assim, ao Corvo e à Graciosa, três das menos populosas ilhas do arquipélago, que não têm qualquer jornal local, apesar de um passado rico nesse domínio. Questionamo-nos, por isso, e com preocupação, onde vão ficar registadas a história coletiva destas ilhas?

Por outro lado, uma democracia evoluída precisa de jornais e de comunicação social. O conhecimento informado da nossa vida não existe sem imprensa. O escrutínio público do poder, como o conhecemos, não é possível sem comunicação social. A pluralidade de vozes que nos forma não existe sem imprensa. O escrutínio dos poderes públicos e privados, político e económicos, não existe sem imprensa nem comunicação social fortes e independentes.

O fim da existência de comunicação social escrita em mais uma ilha dos Açores é um sinal de alarme que nos deve incomodar e interpelar.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o grupo parlamentar do Partido Social Democrata apresenta este voto de pesar, pelo fim da imprensa escrita na ilha das Flores, propondo que do mesmo seja dado conhecimento ao diretor do extinto jornal “ O Monchique” José António Corvelo, bem como às Camaras Municipais e Assembleias Municipais das Lajes das Flores e Santa Cruz das Flores.

Horta, 13 de janeiro de 2016

Os Deputados Regionais: António Marinho, Duarte Freitas, Luís Maurício, Luís Garcia e Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Entendemos que a utilização da figura de voto de pesar não será a mais adequada no caso de desaparecimento de um jornal.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Então o que é que queriam? Um Voto de Congratulação!

O Orador: No entanto, tendo a mesma sido aceite, naturalmente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao mesmo.

Queremos também enaltecer todo o empenho pessoal do Diretor José António Corvelo ao longo dos 18 anos que conseguiu, com sacrifícios pessoais e familiares, naturalmente, manter a regularidade desta publicação...

Deputado Bruno Belo (PSD): O mesmo foi feito para o Jornal “A União”!

O Orador: ... e o seu encerramento representa uma perda importante para todos os Açores e para a Ilha das Flores.

Estamos crenes que, até como foi dito no voto aqui apresentado, o interesse pela comunicação social escrita dos florentinos por certo não será (temos esperança!) o fim do seu desaparecimento.

Deputado Bruno Belo (PSD): Agora desapareceu!

O Orador: Posso aqui dizer que são várias as entidades que até estão a diligenciar no sentido de que este encerramento não seja um encerramento, mas sim apenas uma interrupção.

Disse.

Deputado Bruno Belo (PSD): Nessa altura a gente apresenta um Voto de Congratulação!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda associa-se, digamos, ao desgosto e à frustração de vermos na nossa Região mais um jornal centenário chegar ao fim, mas sinceramente consideramos excessiva a figura do voto de pesar, porque entendemos que o voto de pesar tem uma dignidade que se aplica ao desaparecimento de um ser humano, de uma pessoa e há muitos cidadãos e cidadãs anónimas nesta Região que mereceriam, alguns deles, serem aqui referidos, serem aqui enaltecidos e reconhecidos no seu trabalho cívico.

Portanto, aplicar um voto de pesar ao “falecimento” (entre aspas) de um jornal, para nós Bloco de Esquerda é excessivo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual era a figura? Diga lá!

A Oradora: Se calhar um voto de protesto, pelas condições que levaram ao seu desaparecimento...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande curva!

A Oradora: ... o Bloco de Esquerda não teria a mínima dúvida em votá-lo favoravelmente.

Por esta circunstância, Sra. Presidente, compreendendo o objetivo último deste voto, o Bloco de Esquerda vai-se abster.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto não é a primeira vez, mas pior que errar é persistir no erro.

Eu devo dizer que não discordando do conteúdo do voto, discordo absolutamente da forma como foi apresentado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não existem votos para encerramentos de jornais!

O Orador: O Sr. Deputado Luís Rendeiro dá tanto valor a um voto de pesar pela morte de uma pessoa como pelo desaparecimento de um jornal.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não há uma figura regimental! O seu tipo de analogia é lamentável!

O Orador: É a sua conceção de moral e ética. Lamento profundamente.

O senhor é que me interrompeu e mandou um aparte desagradável. Levou exatamente na mesma medida e talvez até mais um bocadinho.

Eu estou a falar e a fazer uma intervenção séria. Eu não estou a brincar, Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nós também não! Não estamos a brincar!

O Orador: Aliás, o voto de pesar apresentado foi exatamente apresentado também pelo Partido Social Democrata.

Já agora devo dizer que é um assunto que deve ser objeto de reflexão na Conferência de Líderes quando for oportuno, sobre essa matéria.

Concordando que é lamentável para a democracia, que uma democracia saudável e robusta precisa de imprensa, todos nós concordamos, mas também concordamos que precisa de imprensa livre, isenta e não manipulada pelos partidos como acontece às vezes.

Portanto, não basta só dizer. É preciso imprensa livre, democrática e isenta.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Acho excessivo que se faça um voto de pesar e que seja entregue apenas a um dos jornais. Então entregava-se a cada um dos diretores dos jornais

ou a cada um dos proprietários ou a cada um... Enfim, sei lá! Já que é para ser excessivo.

Realmente não podemos aprovar, não contra o conteúdo, porque achamos que é fundamental para um democracia existir jornais, como achamos que é necessário existir jornalistas e jornais isentos, cumpridores da ética e dos princípios do jornalismo.

Agora não podemos votar favoravelmente esta forma, porque achamos, e como muito bem disse a Sra. Deputada Zuraida Soares (não me vou repetir), é demasiadamente solene para se usar em algumas situações.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto a intenção de apresentar este voto de pesar não foi ferir a sensível consciência de algumas das Sras. e dos Srs. Deputados, mas sim mostrar a tristeza com que a imprensa escrita deixa de ser feita na Ilha das Flores.

Deputado Francisco César (PS): O problema é que não há votos de tristeza!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não existe figura regimental, Sr. Deputado!

O Orador: Também relembrar que no dia 17 de janeiro de 2013 foi apresentado pelo PSD um voto de pesar pelo encerramento do jornal “A União” e este foi aprovado por unanimidade nesta câmara.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputados Luís Rendeiro, Jorge Macedo e João Bruto da Costa (PSD):

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos a um quarto para o meio-dia.

Eram 11 horas e 20 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas.

Entrámos agora nas declarações políticas. A primeira de hoje pertence ao PPM. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Está novamente na ordem do dia a reforma do sistema autonómico. O Presidente do PS/Açores convidou as restantes lideranças dos partidos com representação parlamentar para a realização de reuniões que têm como propósito a “consensualização da reforma da Autonomia”. Trata-se de uma discussão que, com maior ou menor intensidade, todos os partidos representados nesta Câmara, já tinham iniciado no âmbito da elaboração das suas próprias propostas programáticas.

O diálogo é insubstituível no processo democrático. Neste caso não só é insubstituível como é ineludível, uma vez que o processo exigirá, aqui e ali, maiorias qualificadas no âmbito de hipotéticas alterações à Constituição da República Portuguesa, ao Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e à legislação eleitoral da Região.

Vejo, no entanto, dois problemas no âmbito do processo de diálogo que agora se inicia. Já toda a gente sabe o que pensam e o que propõem, no âmbito da reforma autonómica, o PSD, o CDS-PP e o PPM. Arrisco-me a dizer que conheço também os propósitos, pelo menos na área social, do que propõem o PCP e o BE.

No caso do PS/Açores, esta questão não é líquida. Ainda não se sabe se o que o Presidente do PS/Açores pensa e propõe, no âmbito da reforma política da autonomia – candidaturas subscritas por listas de cidadãos independentes; consagração de um sistema de listas abertas; criação de governos de ilha e a natureza da solução institucional que substituirá o Representante da República – corresponde ao que pensa e propõe o PS/Açores.

Esta questão é muito relevante para o PPM. Eu tenho que ter a certeza que estou a dialogar e a estabelecer compromissos com um responsável político que está efetivamente mandatado para assumir compromissos objetivos (repito: compromissos objetivos!) nesta área. De outra forma fico numa clara e inaceitável situação de desvantagem política. Eu e o meu partido assumimos compromissos claros e o PS/Açores refugia-se numa ampla e diversificada pintura cromática de propostas e opiniões.

O que lhe peço, Sr. Presidente, é que, até março – que é a data do Congresso do PS/Açores – o PS defina claramente as suas propostas. De outra forma não é possível dialogar em condições de igualdade. Qualquer partido que abdique de alguma das suas posições iniciais estará a ser derrotado, no plano negocial, por um PS/Açores que ganhará em tudo o que conseguir consensualizar, sendo que

não perderá em nenhuma área, uma vez que não tem uma posição definida a respeito de qualquer destas matérias. Não pode ser!

A segunda dificuldade deste processo negocial parece-me óbvia. Não interessa a nenhum partido da oposição, mas interessa a quem exerce o poder, abdicar de apresentar um projeto político alternativo no âmbito do processo autonómico. São as diferenças programáticas que, em última instância, definem as opções diferenciadas do eleitorado. Abdicar das diferenças de projeto significará, assim, cometer um autêntico haraquíri político para a oposição.

Neste sentido, a negociação deve incidir sobre um conjunto restrito de matérias e não deve ambicionar uma solução global fechada em relação a todos os assuntos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O ideal é que as áreas consensualizadas integrem, com a mesma redação, os programas dos partidos políticos que conseguirem chegar a acordo, mas que exista liberdade total de propositura – sem recriminações e acusações de qualquer espécie – em todas as áreas da reforma autonómica em que os diversos partidos optem por apresentar projetos diferenciados. O pluralismo e a capacidade de consenso devem prevalecer, em simultâneo, neste processo de diálogo.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Na parte final deste discurso, depois de me ter pronunciado sobre as questões metodológicas e de princípio sobre o processo negocial da reforma da autonomia, quero voltar a sinalizar uma questão que considero muito relevante para o avanço do processo autonómico: a questão identitária.

O PPM tem apresentado um grande número de propostas nesta área:

- Orientações curriculares e metodológicas a adotar no âmbito do processo de implementação da disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores;
- Proteção, dignificação e divulgação dos falares açorianos;

- Pedido de admissão dos Açores, na qualidade de membro associado, à Organização Mundial do Turismo;
- Pedido de admissão dos Açores como membro associado da UNESCO;
- Criação de um Domínio de Primeiro Nível para a Região Autónoma dos Açores;
- Criação de seleções desportivas açorianas;
- Criação de um Atlas do Património Imaterial dos Açores, etc..

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esta é que é a reforma autonómica do PPM?

O Orador: A mais relevante e decisiva para o futuro é o ensino da História dos Açores. O ensino da História dos Açores permitirá aprofundar a consciência autonómica do conjunto do nosso Povo e alargar a base de apoio popular ao projeto autonómico. Concebo o ensino da História dos Açores como um instrumento de propaganda benigna da necessidade, das raízes, da justiça e das vantagens do autogoverno dos Açores.

Não o fazer significa circunscrever o processo autonómico a uma elite política e cultural, que cada vez enfrenta maiores dificuldades para mobilizar o conjunto da sociedade açoriana. Está à frente dos olhos de todos a fraquíssima adesão que o Povo crescentemente revela nas diversas celebrações autonómicas oficiais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Só lá estão as entidades oficiais, os políticos e os jornalistas. Falta o povo.

É por isso que, nestes últimos meses de mandato, regresso ao tema com duas derradeiras iniciativas parlamentares. Estou absolutamente convencido que tenho razão. Espero, sinceramente, que seja possível consagrar o ensino da História dos Açores nas nossas escolas. É fundamental. É decisivo.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo naturalmente por saudar a declaração política do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que ouvi com muita atenção, e que registei – creio não ter interpretado mal! – não só o tom moderado e construtivo como sobretudo aquela que me pareceu ser uma disponibilidade para o diálogo.

Isso, desde já, é que é fundamental para que através do diálogo mais generalizado possível consigamos chegar também aos consensos mais generalizados e mais alargados que for possível.

Gostava, desde logo, também de descansar o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Eu compreendo e até concedo que, por uma questão de dimensão, a formação da vontade coletiva de um partido, como o Partido Socialista, seja mais morosa e eventualmente mais complexa do que por exemplo a vontade do PPM, mas nós estamos habituados a isso e, dentro dos mecanismos democráticos e dessa complexidade que para nós nunca foi um incómodo, com certeza saberemos, em tempo, afinar a nossa posição e poder discuti-la com os restantes partidos.

Creio que esse esforço que vamos fazer exige também da parte de todos a assunção de alguns princípios. E se é certo, como tem sido dito, e sempre assim será, que a questão da política pura, a questão das magnas questões institucionais da autonomia, se ela por si só não terá capacidade nem será ferramenta para resolver todos os micro problemas concretos com que necessariamente uma região como os Açores se defronta, a verdade é que isso também não pode ser, nem deve ser argumento para que essa discussão nunca se faça.

Qualquer altura é uma boa altura para se fazer essa discussão e sobretudo é uma boa altura fazê-la num tempo em que essas opiniões e esse consenso possa ser

integrado no contrato eleitoral que vamos propor aos açorianos já em outubro deste ano, até porque, conforme nós já aqui vimos, e conforme gosta de dizer e já disse o Presidente do PS-Açores, sabemos e temos provas de que a Autonomia e as discussões autonómicas também são pão.

Elas são pão nas medidas específicas que temos tomado de ajuda aos açorianos e que são possíveis graças à nossa Autonomia; elas revelaram-se pão de forma indubitável aquando da fiscalização preventiva do nosso orçamento e a resposta que o Tribunal Constitucional deu em que garantidamente se baseou não só no nosso histórico autonomista como naquilo que foi consagrado designadamente aquando da terceira revisão do nosso Estatuto Político-Administrativo.

Portanto, estas questões essenciais e de princípio, não sendo panaceia para todos os males, têm também um alcance e um conteúdo prático e concreto, e é de bom-tom exercermos essa pedagogia e lembrarmos sempre isso aos açorianos.

Naturalmente que a metodologia e o âmbito deste consenso e desta reforma terão de ser também eles consertados e naturalmente que isso será uma tarefa essencial, sendo certo que uma negociação de boa-fé pressupõe naturalmente que haja princípios e convicções de todos os seus intervenientes, mas que haja também, e exatamente em nome dessa hierarquia de prioridades, a abertura suficiente para negociar de boa-fé e fazer os compromissos e as cedências que serão inevitáveis em nome de um bem maior, que é o consenso dos Açores, que será com certeza numa luta difícil de aprofundamento da Autonomia como têm sido todas, a nossa principal arma.

Daí que, Sr. Deputado Paulo Estêvão, não me pareça verdadeiramente preocupante a questão tática de quem é que cede primeiro ou de quem é que se mostra disponível aceder primeiro.

Parece-me que o fundamental é nós conseguirmos consolidar um conjunto de alterações em que a Autonomia, os Açores e os açorianos fiquem primeiro.

Eu estou convencido, designadamente pela forma como os debates sobre esta questão têm decorrido neste Parlamento, e também pela anunciada, pela iniciativa e proposta do Presidente do PS-Açores, a que tenho a certeza os restantes partidos, aliás conforme já foi dito, aderirão, que temos um trabalho pela frente, complexo, difícil, mas que tal como no passado produzirá os seus frutos e significará também um avanço nesta matéria autonómica.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

(*) **Deputado Humberto Melo (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para corroborar um pouco daquilo que já foi dito pelos meus antecessores e dizer que o Partido Social Democrata tem um conjunto de ideias e concretamente apresentou uma proposta. Portanto, um trabalho diverso, participado, aberto à sociedade, mas vem para este trabalho com aquele espírito aberto.

As suas propostas são propostas abertas. Vem com um espírito franco e numa perspetiva, como foi bem referida pelo Deputado Francisco Coelho, da busca de um consenso alargado, o mais sincero possível, naturalmente, sem esquecer que há aqui um interesse partidário (naturalmente que sim), mas sempre com aquele objetivo final, que é o melhor para os Açores, o melhor para os açorianos.

O passado comprova, dá mostras, de que esse é o caminho certo e é o caminho correto.

Portanto, estamos prontos e aptos a avançar com o processo.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos naturalmente todos, e ainda bem, dispostos a dialogar sobre os problemas da autonomia, a prosseguir consensos, com certeza que sim.

Devo lembrar que já foi apresentado nesta Casa um Projeto de Resolução nesse sentido. Foi recentemente relatado na CAPAT e com certeza nesse sentido também irá à procura e à busca de consensos.

Mas devo dizer que nesta questão da Autonomia o primeiro consenso que deve haver, e alguns se arrogam, é que não há pais da Autonomia.

A Autonomia é dos açorianos. Não tem cor partidária, é de todos e é isso que nós devemos prosseguir.

Quanto a lideranças desse processo, também me parecem um bocadinho excessivas.

Devo dizer que reformar a Autonomia não passa, no nosso entender, e que fique já bem claro, pela criação de novas figuras. Passa, sim, pela discussão dos problemas reais dos açorianos, como já fizemos aliás no passado. Fizemos aqui uma proposta, como por exemplo, sobre o Serviço Regional de Saúde e que não teve eco nos restantes partidos, a não ser do Partido Socialista.

Portanto, há questões que preocupam os açorianos. Os nossos mares, a nossa saúde, a nossa posição geoestratégica, etc., tudo questões que nós estamos abertos a discutir.

Quanto a outras questões, com certeza que iremos discutir e responderemos brevemente também a um convite que nos foi feito pelo Partido Socialista.

Naturalmente também me parece que há de haver um consenso sobre o *timing*, se este é ou não o *timing* para discutir o assunto, já que foi entendido que no passado não era, porque havia eleições. Não sei se este também o será.

Cá estaremos de boa-fé para discutir o assunto.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para não permitir que o Bloco de Esquerda fique de fora desta declaração conjunta de boa-fé, de abertura ao diálogo, de disponibilidade para o debate em torno do nosso edifício autonómico e das formas concretas de aprofundar a Autonomia, que é como quem diz a Democracia na Região Autónoma dos Açores, o seu desenvolvimento e o seu progresso.

Nunca o Bloco de Esquerda se escudou ou se escusou a esse tipo de debate. Não o faríamos agora. Aliás, já mostrámos toda a disponibilidade ao Partido Socialista para iniciarmos, digamos, um diálogo que certamente não se confinará apenas a uma reunião.

Também já assumimos, e é público, que há algumas divergências (aliás, entre os diferentes partidos aqui representados) não só no entendimento, digamos que, profundo, literal, do que é a Autonomia, como nas melhores formas de a concretizar em prol dos açorianos e das açorianas.

Não nos parece que sejam divergências inconciliáveis ou inultrapassáveis. Parece-nos, e aí concordamos com o Sr. Deputado Francisco Coelho, que temos um longo trabalho pela frente, mas é um trabalho que certamente faremos com esperança, com convicção, com alegria e sobretudo com o orgulho de estarmos a fazer em nome do povo açoriano.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é novidade (já foi afirmado publicamente) que o PCP não só aceita o convite que foi endereçado pelo Presidente do Partido Socialista nos Açores como está, e como sempre esteve, disponível para conversar e para discutir a Autonomia, o seu aperfeiçoamento e sobretudo o exercício das competências autonómicas.

Portanto, tendo algum pensamento também sobre o presente da nossa Autonomia e algumas preocupações sobre alguns garrotes que existem no sistema autonómico, queremos, e estamos disponíveis, para isso.

Mas a nossa principal preocupação centra-se, como temos vindo a dizer, no exercício das competências autonómicas que temos ao nosso dispor. Isso não nos impede, certamente, de discutir o aperfeiçoamento do sistema autonómico.

Portanto, reafirmar aqui esta disponibilidade do PCP para conversar com o Partido Socialista e com todos os partidos políticos com assento parlamentar sobre as questões da Autonomia. Aliás, acho que o devemos fazer com frequência.

Por outro lado, também aqui no Parlamento, nesta câmara, acabamos por exercitar exatamente a Autonomia com as nossas iniciativas, com as nossas posições políticas.

Isso é, portanto, também um exercício da Autonomia e que deve ser permanentemente cultivado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, para encerrar a declaração tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sintetizando, há aqui três questões fundamentais que nós quisemos chamar a atenção no âmbito desta declaração política.

Em primeiro lugar, o Partido Socialista não tem propostas concretas sobre a reforma da Autonomia. Há um caminho que já foi percorrido pelos outros partidos.

O PPM tem propostas concretas; o PSD tem propostas concretas; o CDS tem propostas concretas nesta matéria. Temos propostas concretas.

Deputada Zuraída Soares (BE): O Bloco de Esquerda também tem propostas concretas!

O Orador: O Sr. Presidente do Governo Regional lançou temas para o debate que não os tem consensualizados no seu próprio partido.

Portanto, não é possível a uma força política convidar as restantes forças políticas sem ter uma posição clara sobre estes assuntos.

Eu quis realçar o estado em que o Partido Socialista chega a esta negociação. O Partido Socialista chega a esta negociação com os outros partidos que já têm propostas, que têm um caminho feito ao longo da legislatura, mas o Partido Socialista não tem uma proposta consensualizada no interior do seu próprio partido.

Eu chamei a atenção que é um elemento de negociação fundamental que o Partido Socialista esteja a negociar com conteúdo, com propostas devidamente consensualizadas no interior do Partido Socialista.

Portanto, há aqui um certo atraso do Partido Socialista em relação a este processo, mas nós vamos lá estar com as nossas propostas, devidamente

consensualizadas nos nossos partidos, e esperamos que pelo menos a partir de março o Partido Socialista já tenha o mesmo trabalho feito. Ponto n.º 1.

Deputado André Bradford (PS): O senhor já consensualizou com os outros três militantes?

O Orador: Não!

Só aproveitando o aparte do Sr. Deputado André Bradford, eu já tive oportunidade, nos diversos debates parlamentares e até no âmbito da comunicação social, de verificar que os vários dirigentes do Partido Socialista têm opiniões diferentes do que tem o Sr. Presidente do Governo Regional, ou idênticas, mas em relação ao Partido Socialista esta questão está muito longe de estar consensualizada.

Eu já ouvi dirigentes do Partido Socialista concordarem com candidaturas de listas de independentes, com a possibilidade de candidaturas de listas de independentes, e já vi gente que não concorda, dentro do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Isso é o que acontece com os partidos democráticos!

O Orador: Eu já vi gente que concorda com listas abertas e já vi gente dentro do Partido Socialista que não concorda.

Portanto, o que eu espero é que o Partido Socialista, que tomou a iniciativa de iniciar um diálogo, consensualize uma posição, porque de outra forma não é possível, porque senão eu tenho que negociar com o Sr. Deputado Berto Messias, com o Sr. Presidente do Governo, com o Sr. Deputado André Bradford. Não é possível.

Portanto, há um interlocutor por cada partido e há um conjunto de posições que têm que estar definidas.

O Partido Socialista entra nesta negociação sem ter as suas posições definidas.

Portanto, não fez o trabalho de casa ainda. Esta é que é a questão fundamental.

Segunda questão:

Uma proposta muito concreta, do ponto de vista de como é que vamos fazer isto, como é vamos depois executar este diálogo.

A proposta concreta do PPM é esta:

Nas matérias que conseguirmos consensualizar eu proponho – o PPM propõe! – que a redação que for possível consensualizar nas diversas matérias, seja incluída nos diversos programas partidários.

Isto é um compromisso efetivo.

Na minha perspetiva isto permitiria verificar e permitia que o contrato social que cada partido apresentou ao eleitorado, que nestes pontos pudesse ser idêntico se for possível consensualizar.

Termino já, Sra. Presidente.

O 3.º ponto: garantir o pluralismo. Ou seja, há matérias em que vamos com certeza consensualizar posições, mas há outras matérias em que não será possível, porque temos posições muito diferentes e temos opções muito diferentes. Isso é algo que devemos valorizar também. Além dos consensos, valorizar as diferenças políticas que se possam vir a estabelecer.

Neste caso o apelo é que aqueles que têm ideias diferentes e que vão colocar no seu programa (não podem ser contraditórias obviamente com aquilo que foi consensualizado) não venham depois acusar que há aqui qualquer tipo de deslealdade ou que há um menor espírito autonómico.

Garantir que os partidos tenham a possibilidade, além de apresentar as áreas em que foi possível consensualizar, de colocar nos seus programas partidários as suas diferenças em muitas áreas.

Esta é uma questão fundamental.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Está encerrada a declaração política.

O Sr. Deputado Berto Messias tinha pedido a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Sendo assim encerramos também os nossos trabalhos. Regressamos às 15H00 com a Agenda.

Eram 12 horas e 28 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 14 minutos.

Interrompemos os trabalhos ontem no ponto dois da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 54/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores - FUNDOPESCA”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS/PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

Estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão, à altura em que encerrámos os trabalhos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, prescindo.

Presidente: Não tendo a Mesa mais inscrições, pergunto se há alguma inscrição ainda para este debate?

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A solução que foi encontrada para melhorar o funcionamento do FUNDOPESCA, e que foi encontrada uma proposta subscrita por todos os partidos representados nesta câmara, representa efetivamente um avanço significativo, mas por parte do PCP não fica nenhuma ilusão de que os problemas dos rendimentos do setor, designadamente dos pescadores, ficam resolvidos.

Haverá necessidade de ir muito mais além no setor de modo a que os pescadores deixem de ser os trabalhadores mais desprotegidos da nossa sociedade.

É necessário fazer de facto um investimento muito grande no setor nos profissionais da pesca, designadamente ao nível da sua formação, de modo a que não só a gestão do setor, designadamente dos recursos, seja mais efetiva, mas sobretudo que esse investimento na formação possa traduzir-se efetivamente num aumento natural do rendimento dos profissionais da pesca.

Portanto, embora subscrevendo, porque de facto vai acontecer aqui uma melhoria significativa relativamente ao FUNDOPESCA, a verdade é que muitas destas questões ficam por resolver.

Se algumas delas não dependem diretamente de nós, infelizmente porque a União Europeia, na definição das políticas de pesca, impõe não só relativamente ao FUNDOPESCA mas relativamente a outras matérias, a verdade é que, como todos nós sabemos, tivemos que conformar a própria proposta que subscrevemos àquilo que são imposições comunitárias, o que significa claramente, por um lado, que Portugal perdeu soberania e, por outro lado, que a nossa própria autonomia está coartada por imposição dos regulamentos e das diretivas comunitárias, das políticas comuns, para este setor como para outros setores.

Portanto, relativamente a esta questão é bom que também fique claro que (e ainda hoje de manhã estivemos aqui a falar na reforma da Autonomia) a verdade é que, por muito que queiramos, ou então se quisermos, algo tem que acontecer no relacionamento não só com Lisboa, mas sobretudo e cada vez mais com Bruxelas, de modo a que o exercício efetivo da Autonomia Regional possa traduzir-se em reflexos positivos para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores e para a melhoria da qualidade de vida de todos os açorianos.

Portanto, voltando aqui à questão do FUNDOPESCA, a Representação Parlamentar do PCP subscreveu esta iniciativa, mas consciente de que muito fica por fazer para que este setor e principalmente os seus profissionais possam usufruir de um rendimento digno, que não estejam sujeitos a discricionariedades e que não estejam sujeitos a imposições externas que acabam por contribuir para que nós não possamos ir tão longe quanto eventualmente desejaríamos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM em relação à revisão do Regime Jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais de Pesca dos Açores demonstrou, desde o início, uma grande abertura política no sentido de se chegar a um consenso.

Quero felicitar os colegas dos diversos Grupos Parlamentares que mais se empenharam, do ponto de vista técnico, a encontrar as soluções adequadas (não foi o caso do PPM).

Desenvolveram aqui um trabalho muito meritório e as conclusões (obviamente da parte do PPM, percebendo perfeitamente as circunstâncias e as limitações que nos colocam a nível do contexto da União Europeia e algumas limitações

nesta área e também outras limitações do ponto de vista do Governo) são com certeza uma melhoria muito significativa, significam uma melhoria muito significativa do ponto de vista deste regime.

Portanto, eu considero que o trabalho desenvolvido terá reflexos importantes do ponto de vista do rendimento dos pescadores.

É preciso ter em conta (e quero deixar três notas) que em relação aos pescadores nós estamos a falar de um grupo de profissionais com rendimentos muito baixos e, além disso, além dos rendimentos serem baixos, a própria distribuição interna dentro do setor é muito injusta.

As pessoas podem pensar (alguns!) que estes valores são valores pouco significativos, mas dentro do contexto do setor estas melhorias que estamos agora a introduzir significam muito para muita gente. Portanto é algo que é um avanço no sentido correto.

Depois também fazer aqui referência aos constrangimentos criados pela União Europeia, em que não se reconhece de facto as fragilidades que têm que enfrentar regiões ultraperiféricas, como é o caso dos Açores, que existe uma série de constrangimentos que não são devidamente acautelados pela União Europeia.

Portanto, nesse sentido é algo que coartou o avanço que muitos membros deste grupo de trabalho tinham intenção de ir um pouco mais além, mas de facto, estes constrangimentos acabam por coartar a capacidade de alargar o âmbito destes apoios como era o objetivo dos partidos políticos nesta questão.

Depois, finalmente, o terceiro fator que gostaria aqui de referenciar é que nós estamos perante um setor em crise, em que é preciso encontrar soluções.

Sabemos que existem constrangimentos, não só aqueles que eu já referenciei no âmbito do contexto da União Europeia, mas também constrangimentos do ponto de vista da situação em que se encontra neste momento as reservas de peixe na

nossa Zona Económica Exclusiva e também nas nossas águas territoriais. Isto causa obviamente constrangimentos.

Mas além disso, é necessário reformar o setor, preparar o setor para ser mais competitivo, para ter mais valor acrescentado e aí há muito a fazer e o Governo Regional também não tem, na nossa perspetiva, ultrapassado os constrangimentos atuais.

Seja como for, reconhecidas estas limitações, reconhecido este contexto, eu penso que o avanço que agora se consegue é um avanço bastante meritório e que vai melhorar as condições dos pescadores nos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ontem falámos aqui de pescas durante algum tempo. Falámos também sobre os seus problemas, que os há. Não queremos vir aqui branquear o que quer que seja.

As pescas como qualquer outra atividade têm os seus problemas, alguns que são específicos da pesca, outros são de carácter social, como é sabido, e é nesse âmbito que devem ser tratados.

Existem outros problemas que já foram resolvidos e outros que estão a ser resolvidos.

É evidente que reconhecemos que nem tudo está feito, como é visível e como toda a gente sabe.

Confesso também que gostei de grande parte da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão. Foi uma intervenção realista, mas para fazermos uma análise do setor temos que saber de onde é que se partiu e como é que estamos. Às vezes podemos esquecer e isso é muito importante.

Ontem, por exemplo, falou-se aqui numa ausência da gestão de *stocks*. Acho que nesse aspeto temos que ser justos. Quando o Partido Socialista chegou ao poder, em termos de medidas precaucionárias, era zero. Hoje temos a proteção das três milhas, temos o Banco Condor, temos outras reservas que estão em preparação, temos o regime de quotas da União Europeia das espécies mais sensíveis, temos a questão dos tamanhos mínimos.

Hoje temos protocolos com a Universidade destinados a reconhecer melhor os recursos existentes.

É também importante referir que a maioria das embarcações faz uma pesca tradicional com linhas de mão em anzóis, facto importante para preservação dos recursos.

Por exemplo, quando se fala em perda de rendimento, veja-se o que se passou. O Partido Socialista, quando chegou ao Governo, o preço médio por quilo era de 1,17; em dezembro passado era de 3,40. Tivemos aqui um incremento de 190,6% do preço médio. Não é pouco!

O rendimento médio do pescador, o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse que é baixo, realmente. Nós temos essa noção, mas era de 5.181 por ano; no final de 2014 era quase 10 mil. Portanto, houve aqui um crescimento de perto de 90%.

Tínhamos 4.420 pescadores. Temos agora menos 36%.

É também interessante verificar que o pescado açoriano em primeira venda valia, no todo nacional, 9,3%. Agora vale 11%.

Ainda sobre o rendimento, fala-se muito, e noutra altura aqui também se discutiu, que houve uma perda de rendimento. É verdade que houve uma perda de rendimento. Este ano felizmente já recuperámos (ainda pouco, também é verdade) relativamente ao ano passado.

Gostava de referir aqui uma informação do Instituto Nacional de Estatística que diz, referente a 2014:

“Nas Regiões Autónomas, assinala-se a descarga de apenas 9.100 toneladas de pescado nos Açores, o que representa um decréscimo significativo de 4.861 toneladas face a 2013, portanto, menos 34,8%, resultante do menor volume de capturas de atuns, em 2014, que foi uma quebra de 61,4%”.

Portanto, acho que isto também explica aqui um pouco. Quando se procura razões para a quebra de rendimento, é também preciso ver estas coisas.

O atum, como toda a gente sabe, é um pelágico, circula no atlântico, portanto é de difícil previsão.

Quando se fala em sobredimensionamento da frota, que é um assunto que às vezes é muito focado aqui, é preciso saber que caminho é que foi feito até aqui.

Repare-se: por exemplo, nós tivemos 1.760 embarcações licenciadas, completamente obsoletas, sem condições de higiene e segurança.

Curiosamente 26% dessas embarcações, que dá 455, não tinham motor.

Nós estamos a falar de coisas sérias.

Curiosamente é também de notar que nessa altura nós tivemos 14 naufrágios.

Hoje temos 615 embarcações. Representa menos 65% daquilo que tínhamos nessa altura.

Quando se fala e se receia a suposta política de acionamento do FUNDOPESCA por parte da tutela, anunciada como um beija-mão, não nos parece razoável chegar aqui e, por seu lado, apresentar uma proposta de alteração em que se dá ao Conselho Administrativo o poder de poder ainda prolongar mais o período máximo de compensação dos trabalhadores pelo FUNDOPESCA.

Portanto, estamos a dar mais poder ao Conselho Administrativo e os senhores às vezes também querem é retirar, mas neste caso não percebo. Há aqui uma situação que era preciso também ficar bem esclarecida.

Até fiquei surpreendido quando vi a assinatura da Sra. Deputada Zuraida Soares, representante do Bloco de Esquerda, porque a Sra. Deputada normalmente queria era acabar com o Conselho Administrativo...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é verdade!

O Orador: ... e com a homologação. Não estava à espera.

Quando se fala em política de pescas de modo depreciativo, e isso foi dito aqui, eu gostava de perguntar: será que foi um erro construir portos de abrigo nas ilhas todas, praticamente em todos os concelhos?

Será que foi um erro dotar as lotas de gelo, por exemplo, para manter a qualidade do pescado?

Será que foi errado criar condições para que os barcos pudessem ter gelo a bordo?

Será que o Governo não devia tomar medidas para melhorar as embarcações, dotando-as de melhores condições de habitabilidade?

Foi errado criar condições de segurança aos profissionais do mar?

Terá sido uma má opção limitar a utilização de artes de pesca mais predadoras?

Por fim, pergunto: será que foi errado, em 2002, criar o FUNDOPESCA?

Será que é errado estarmos aqui a aperfeiçoar este mecanismo?

Eu acho que não! Eu acho, sinceramente, que não! Antes pelo contrário, foi executada uma verdadeira política de pescas que outros, quando tiveram a oportunidade de o fazer, nem sequer usaram imaginá-la. É a vida!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ninguém aqui falou das pescas de uma forma depreciativa, muito antes pelo contrário. Sendo exatamente um setor que deveria ser gerador de riqueza, sendo o mar dos Açores riquíssimo nos seus recursos, não se percebe que hoje seja

uma das áreas económicas da Região onde se encontram as comunidades com maiores problemas de pobreza.

E posso explicar-lhe o que é que quis exatamente dizer com as políticas que não foram implementadas.

É verdade que os senhores dizem que temos uma frota pesqueira que faz uma pesca tradicional e que por isso muito mais sustentável, mas todas as coisas têm um efeito perverso.

Devo lembrar-lhe que a partir do momento em que se fez uma reconversão da frota pesqueira reduzindo o tamanho das embarcações, mantendo embarcações de boca aberta com pouca cavalagem, o que é que obriga?

Primeiro, não podem ir para áreas muito longe da costa deixando os nossos recursos à mercê dos outros que vêm pescar para cá.

Depois, porque obriga a um esforço acrescido de captura junto à costa, que é, como nós sabemos, onde ocorre a desova da maior parte das espécies, como o goraz, com maior valor acrescentado para a Região, com maior valor comercial. Portanto, estamos a obrigar embarcações pequenas a fazer um esforço de pesca junto à costa e a delapidar *stocks*. Isso foi uma das coisas que contribuiu para a delapidação do *stock* do goraz e a verdade é que nós temos uma quota que nunca a cumprimos.

Ficamos sempre muito aflitos que nos vão reduzir a quota, mas não temos capacidade de pescar tudo aquilo a que temos direito. O Sr. Deputado José Ávila sabe que isto é a maior das verdades, além de que diz que tem tamanhos mínimos.

Isso era uma discussão que nos levava a um outro dia de discussão, porque por exemplo o peixão é uma coisa que não se percebe. Como sabe, o goraz júnior, não há ali uma definição o que é ainda goraz júnior e o que é adulto. Já se devia ter resolvido esse problema, porque tem um valor comercial baixíssimo, nunca

chega a adulto, nunca chega a desovar. Portanto, essa era uma outra discussão que também poderíamos colocar aqui em cima da mesa.

Não estou a dizer que não foram feitas coisas na pesca. Há muita coisa que devia ter sido feita e não foi.

Em relação às conserveiras que me referi, que tínhamos apostado numa indústria de transformação completamente dependente de uma espécie migratória, temos os problemas... Ah! Este ano foi muito bom!

Olha, o atum passou todo ao lado. Conseguimos ter uma excelente safra. No ano seguinte, porque as populações de atuns migram a maiores distâncias, não conseguimos capturar.

E mais! Estamos a ter políticas, como por exemplo a da regulamentação da mancha. Nós sabemos que o mais difícil no atum é identificar onde é que está o cardume. Gasta-se imenso dinheiro à procura do cardume. Já se tinha conseguido instituir um entendimento que as embarcações ficavam em cima da mancha à espera para vir outro capturar. Agora já não é bem assim.

Portanto, há políticas que não têm sido muito assertivas e a verdade é essa.

Quando digo que a indústria se especializou no atum, eu não estou a dizer que vem mal ao mundo, mas devíamos já ter criado outras partes da transformação com aproveitamento de resíduos, com outras transformações que se podiam fazer nessas conserveiras usando exatamente os mesmos equipamentos, em que pudéssemos garantir que quando não há essa matéria-prima não se parava a laboração e não tínhamos que ir comprar matéria-prima a outros mares, sempre com o Governo a subsidiar isso, com a maior legitimidade, porque é uma indústria que emprega imensa população dos Açores e que o Governo Regional se vê obrigado a ter que deitar mão a isso, mas já temos hoje tecnologias e já temos hoje alternativas que nunca foram implementadas.

Houve essa evolução toda, que o Deputado José Ávila diz, em termos de gestão de *stocks*. Pois claro, porque temos um Governo há 20 anos a subsidiar o

Departamento de Oceanografia e Pescas. Também só faltava que não tivesse havido uma única medida onde se pudesse identificar e sinalizar situações e se criar por exemplo o Condor, que foi um banco muito bem-criado, mas com isso já se podia ter feito muito mais, em 20 anos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de esclarecer esta câmara e em particular o Sr. Deputado José Ávila de que nunca o Bloco de Esquerda trouxe nenhuma proposta de alteração ao diploma do FUNDOPESCA que visasse acabar com o Conselho de Administração do FUNDOPESCA.

Todas as nossas propostas de alteração à composição...

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

A Oradora: ... (não é eliminar, é à composição do FUNDOPESCA) do Conselho de Administração são no sentido de lhe retirar a *overdose* de Governo Regional,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Gostei dessa!

A Oradora: ... portanto de politização, que esse Conselho de Administração tem.

Deputado André Bradford (PS): Como se os sindicatos não estivessem representados!

A Oradora: E se a seguir a essa *overdose* de Governo Regional ainda acrescentamos a obrigatoriedade da homologação, pelo Secretário Regional das Pescas, da decisão tomada pelo Conselho de Administração onde o Presidente, que também é o Diretor Regional das Pescas, tem voto de qualidade, Sras. e Srs. Deputados, se isto não é uma *overdose*, eu não sei o que é uma *overdose*.

Se ainda a isso acrescentarmos a homologação, peço imensa desculpa, mas o Bloco de Esquerda, como diria o Sr. Deputado José Ávila, continua com esta sua proposta clássica, como aliás volta a fazê-lo nas propostas de alteração que foram entregues a esta câmara e que foram subscritas por vários partidos.

Sra. Presidente, se me permite, adiantando também um pouco nas propostas de alteração, eu gostava de entre aquelas que são apresentadas (duas são clássicas do Bloco de Esquerda, não valerá a pena referi-las), há uma que não é clássica, é nova e eu gostaria de dar alguma ênfase e até de perceber a sensibilidade do Sr. Secretário Regional da tutela para esta situação.

Acontece que no dia 11 de setembro, em sede de audição da Comissão Permanente, o Presidente da Federação de Pescas dos Açores chamou a atenção, no que diz respeito às propostas de alteração que nós estivemos a trabalhar, procurando os tais consensos possíveis, para o facto de que um dos artigos que nós propomos, exatamente as alíneas que dizem respeito aos comprovativos dos seguros, poderiam levar a que alguns pescadores acabassem por na realidade não receber o FUNDOPESCA.

E com toda a sinceridade o Bloco de Esquerda foi informar-se junto dos pescadores o que é que exatamente isto queria dizer e o que é que poderia estar aqui a acontecer.

Acontece o seguinte:

Os pescadores para se candidatarem ao FUNDOPESCA, sendo que agora, mediante esta nova proposta de alteração há uma data determinada, um prazo fixo, digamos assim, para essa candidatura por forma a que quando o FUNDOPESCA vier a ser acionado o seja de forma muito mais célere na medida em que não se vai iniciar um processo que já foi iniciado anteriormente, de entre os vários documentos que os pescadores têm que entregar, e bem (pescadores e armadores têm que entregar, e bem), há dois que são referidos na alínea f) e na alínea g) que são os seguintes:

“Comprovativo da apólice de seguros de acidentes de trabalho válida por um período de pelo menos seis meses no anos anterior referente a cada um dos trabalhadores”, presume-se trabalhadores da pesca em terra ou não:

“g) Comprovativo da apólice de seguro por incapacidade permanente absoluta por morte, válida por um período de pelo menos seis meses no ano anterior, no que se refere aos tripulantes nos termos do disposto no regime jurídico do contrato individual do trabalho a bordo das embarcações de pesca”.

Sras. e Srs. Deputados, primeiro ponto:

Falar em contrato individual de trabalho para uma grande parte dos nossos pescadores é falar-lhes, enfim, numa sereia, num cavalo ao lado, porque é uma coisa que eles nunca viram na vida.

Aquilo que grande parte dos nossos pescadores viram chama-se quinhão, e do quinhão que devem receber é-lhes retirado várias partes, vários quinhõezinhos, digamos assim. Um desses quinhõezinhos é exatamente para o seguro, para a tal apólice de seguro.

Acontece que os armadores são livres de fazer com este quinhãozinho aquilo que bem entenderem, ou seja, pagar a apólice de seguro, ou não.

Então agora vamos pensar num pescador que do seu quinhão entregou o quinhãozinho para um seguro a que ele tem direito, mas depois quando vai acionar, quando se vai candidatar ao FUNDOPESCA, que é um direito seu para o qual ele descontou, ele não tem o comprovativo da apólice de seguro. Ele não tem o quinhãozinho, mas também não tem o comprovativo. Porquê? Porque o armador não o pagou.

Então, este pescador já não é duplamente, é triplamente penalizado, não tem seguro, não tem forma de usufruir de um direito para o qual ele descontou e ainda por cima não se pode candidatar ao FUNDOPESCA.

Sr. Secretário Regional das Pescas, eu, de repente, lembrei-me do Sr. Secretário Regional da Saúde que a determinada altura, não há muito tempo, no processo

de reforma da saúde, tendo encontrado alguns médicos com comportamento fraudulento resolveu fazer o seguinte: castigam-se todos os médicos que é para nenhum se ficar a rir. Foi isto que o Sr. Secretário Regional da Saúde fez.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: O senhor está a fazer uma coisa um bocadinho parecida, que é assim: havendo armadores fraudulentos, em vez de se pôr a Inspeção Regional da Pesca a funcionar, em vez de se pôr os organismos do Governo Regional e da sua Secretaria a funcionar, não senhor.

Como é que nós apanhamos os fraudulentos? Castigando o elo mais fraco.

Quem é o elo mais fraco, Sr. Secretário?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): São os pescadores!

A Oradora: É o pescador!

Portanto, o Bloco de Esquerda não pode de maneira nenhuma aceitar que estes comprovativos sejam desta forma exigidos quando curiosamente no ponto três do mesmo artigo é criada uma exceção para as candidaturas apresentadas pelos profissionais da pesca que tenham iniciado a sua atividade antes do prazo para o acionamento do FUNDOPESCA e diz então que, para este tipo de casos, os documentos referidos na alínea f) e g), os tais comprovativos da apólice de seguro, deverão ser entregues apenas quando for anunciada a ativação do fundo.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Alguns são dispensados!

A Oradora: Estes têm algum tempo – estes pescadores! – para, no mínimo, pressionarem os armadores para, se faz favor, lhe darem o comprovativo de que pagou o seguro.

Os outros ou têm o comprovativo ou então fazem o quê?

Vão queixar-se do empregador, Sr. Secretário?

Vão queixar-se à sua secretaria “olhe, olhe, que aquele que me dá trabalho afinal não descontou para o meu seguro”.

Não! Vão calar-se e vão continuar penalizados, vão continuar sem o FUNDOPESCA, porque não têm o comprovativo da apólice.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não sei se já se vai falar na especialidade...

Eu queria só dizer à Sra. Deputada Zuraida Soares (porque houve momentos que a Sra. Deputada não esteve, porque estava a ser substituída) que essa exceção foi perfeitamente acordada entre nós. Partiu de nós.

Os outros Srs. Deputados poderão confirmar isso. Portanto, não faz muito sentido estar a criticá-la agora.

Deputada Zuraida Soares (BE): Está aqui!

O Orador: Pois está.

Relativamente à questão do Conselho Administrativo ser uma clássica, eu quando disse...

Deputada Zuraida Soares (BE): É verdade! É uma clássica!

O Orador: ... que a senhora queria acabar com o Conselho Administrativo foi uma força de expressão.

Vontade se calhar não lhe havia de faltar (*risos*)...

Deputada Zuraida Soares (BE): Olhe que não!

O Orador: ... mas cá temos o Conselho Administrativo.

No Conselho Administrativo, na última alteração que fizemos em 2013, o peso do Governo Regional, o peso que a senhora tanto receia, já foi reduzido.

Foi reduzido em um elemento. Conte bem que vai ver.

Deputada Zuraida Soares (BE): O presidente tem voto de qualidade na decisão!

Deputado André Bradford (PS): É a democracia!

O Orador: Aliás, o peso da fileira da pesca foi reforçado nessa altura.

Sra. Deputada, nestas coisas é assim.

Eu queria também lembrar-lhe uma situação que é a seguinte:

Ontem foi referido aqui que às vezes para pedir o acionamento do FUNDOPESCA era preciso fazer o tipo beija-mão e até foi apresentado um artigo que...

Sra. Deputada, segundo o Regulamento do Funcionamento do Conselho Administrativo basta três pessoas pedir o acionamento do FUNDOPESCA...

Deputada Zuraída Soares (BE): Pedirem!

O Orador: Não é pedirem, é solicitar a reunião.

Deputada Zuraída Soares (BE): O problema é esse: pedirem!

O Orador: Sra. Deputada, estas coisas têm regras. Há regras!

Deputada Zuraída Soares (BE): Pedir não é uma regra, Sr. Deputado!

O Orador: Sra. Deputada era bom se calhar viver num mundo sem regras, mas acho que não é possível.

Agora é preciso ter algumas regras e acho que quaisquer três elementos que fazem parte do Conselho Administrativo podem convocar uma reunião do Conselho Administrativo do FUNDOPESCA.

Relativamente à questão dos seguros, o que nós pensamos, Sra. Deputada, e ontem tivemos oportunidade de conversar algum tempo sobre o assunto, é que podemos ter aqui uma situação, um efeito contrário àquilo que a senhora pretende.

Eu percebo a bondade da sua proposta e dos outros partidos. Acho que é uma boa intenção, mas acho que vai ter um efeito contrário. Digamos que aqueles trabalhadores que não têm seguros de acidentes de trabalho agora (a senhora com essa alteração que propõe, a senhora e os outros partidos que propõem agora neste momento) eu tenho a certeza que nunca mais terão um seguro de acidentes de trabalho na sua vida!

Portanto, é preciso também ter algum cuidado. Embora, Sra. Deputada, eu reconheça que a intenção é boa, de maneira que penalizasse o menos possível os trabalhadores da pesca, mas acho que se calhar vai penalizar mais pelo facto de se introduzir uma alteração desse tipo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer que a nossa proposta de alteração que é subscrita por todos os partidos relativamente a esta injustiça, porque nós consideramos que é uma injustiça que é criada pelas alíneas f) e g), é a seguinte:

“Na falta dos documentos comprovativos referidos nas alíneas f) e g), [ou seja, na falta dos comprovativos da apólice de seguros de acidentes de trabalho e da apólice de seguro por incapacidade permanente], os profissionais da pesca, à exceção dos armadores (repito: os profissionais da pesca, à exceção dos armadores) não podem ser privados da compensação salarial consagrada no FUNDOPESCA”.

Sras. e Srs. Deputados, eu não compreendo de maneira nenhuma onde é que esta alteração introduz qualquer fator de injustiça porque competirá aos serviços, quer do FUNDOPESCA, quer da tutela, perceber e identificar quais são as situações em que os pescadores, à exceção dos armadores, não poderão ser penalizados pelo facto de não terem na mão aquilo que o patrão não lhes dá.

Portanto, eu não vejo onde é que está a injustiça. Agora vai dar é mais trabalho; vai dar mais trabalho, quer ao Conselho de Administração do FUNDOPESCA, quer à tutela, quer à própria Secretaria e aos seus departamentos e à Direção Regional.

Vai dar mais trabalho, sim senhor, mas entre dar mais trabalho e fazer justiça eu acho que poucos duvidarão de que lado é que será a opção de vida.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, ninguém aqui, ontem, nas nossas intervenções, falámos de alguma forma de forma depreciativa das pescas, pelo contrário. Fazer um diagnóstico correto do setor, falar dos problemas ou objetivos que o setor tem, reclamar mais formação, e mais formação que é tão importante neste setor para a sua dignificação, não é de forma nenhuma, antes pelo contrário, falar de forma depreciativa do setor.

O que nós não fazemos, e isso eu nunca faço, é enfiar a cabeça na areia e fingir que os problemas não existem.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: E não vale a pena a gente vir comparar com 20 anos. É sempre essa conversa dos 20 anos que já lá vão.

Os senhores estão aqui para prestar contas dos vossos 20 anos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Mas tem que se fazer contas!

O Orador: Do vosso regime de 20 anos!

E há dados objetivos. Não é o PSD a dizer que existem esses problemas.

Eu já lhe mostrei no debate do Plano e Orçamento o gráficozinho da curva vermelha, da reta vermelha sempre a descer do rendimento dos pescadores.

Deputado Francisco César (PS): O gráfico está ao contrário!

O Orador: Não está, Sr. Deputado Francisco César.

Deputado José Ávila (PS): Está ao contrário!

O Orador: Está certinho!

Deputado Bruno Belo (PSD): Os senhores é que leem de pernas para o ar!

Deputado José Contente (PS): Esse é o gráfico do PSD em 1996!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Luís Garcia possa continuar.

O Orador. Este ano, esta linha vermelha, continuará, infelizmente, esta direção descendente.

São mais de 12 milhões de euros nos últimos cinco anos que os pescadores perderam nos seus rendimentos.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Esse é que é o resultado que os senhores têm que vir aqui prestar contas e não estar a falar de há 20 anos atrás.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD! Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não havia telemóveis!

Deputado José Ávila (PS): Nem correio eletrónico para se mandar certos documentos!

O Orador: Mais! Não há nenhum setor em que a gente veja todos os dias, ou quase todos os dias, notícias de jornal a reclamar pela miséria e pela situação aflitiva que se vive no setor:

“Pescadores com a corda ao pescoço”;

“Rendimento dos pescadores açorianos é em média metade do rendimento mínimo regional”;

“Desemprego e crise na pesca no topo dos beneficiários do rendimento social de inserção”;

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não tinha uma fotocopiadora para ampliar os documentos?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito gosta o senhor Deputado José San-Bento de brincar!

O Orador: “Vamos todos os dias para o mar para dar menos de 20 euros a cada um”;

“Pescadores na miséria”;

“Famílias de pescadores com fome devido a rendimentos baixos”;

“Há filhos de pescadores que vão para a escola sem comer”;

“Desisti da escola para ir para a pesca e agora não tenho nem escola, nem pesca”.

Sr. Deputado, não é esse mundo cor-de-rosa que vive o setor das pescas. É uma situação dramática e não é solução vir-se para aqui falar de há 20 anos.

Temos que falar das soluções que há e que os senhores inscrevem Plano após Plano, Programa após Programa, durante estes 20 anos.

Os resultados, podíamos continuar a descrevê-los em termos de rendimentos, em termos de sustentabilidade dos nossos recursos, em que há problemas gravíssimos e não é o PSD também a dizê-lo, é o Departamento de Oceanografia e Pescas, são as próprias associações do setor a propor planos para repor esses *stocks*. Ao ponto a que nós já chegámos.

O que é que o Governo faz?

O Governo impõe paragens ao setor e não faz a outra parte da solução que é compensá-los pelos rendimentos que eles perdem...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... quando até há mecanismos da União Europeia que permitem a utilização desses mecanismos e desses apoios para compensar os nossos pescadores por essa perda de rendimento.

E por que é que o Governo não faz?

Porque isso era reconhecer os problemas de sustentabilidade dos nossos recursos...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e era reconhecê-los perante a União Europeia. Isso o Governo não quer fazer, prefere esconder, enfiar a cabeça na areia e esconder os problemas.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: E quem é que é prejudicado em última instância? São os nossos pescadores.

É profundamente imoral impor cortes, paragens de pesca e pedir que cortem a profissionais que já têm rendimento extremamente baixo.

Deputado Francisco César (PS): Não quer paragens?

O Orador: O Sr. Deputado José Ávila também falou...

Paragens de pesca! O senhor não tem vivido nesta Região...

Deputado Francisco César (PS): Não quer paragens? Estou perguntando ao senhor!

O Orador: O que eu estou a dizer, Sr. Deputado Francisco César, é que não se pode ficar pela meia solução.

Deputado Francisco César (PS): Diga qual é a solução. Qual é a solução que apresenta?

O Orador: Essa é a meia solução. Se são necessárias essas paragens é preciso compensar devidamente os pescadores por essa perda de rendimentos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É isso que os senhores não fazem. Escondem o problema, não utilizam os mecanismos comunitários que existem para compensar os pescadores por essa perda de rendimentos.

Queria aqui também me referir a uma proposta de alteração.

O Sr. Deputado José Ávila diz que nós queremos atribuir ao Conselho Administrativo mais poderes, mas o senhor esquece-se é da segunda parte da proposta. É que nós também queremos mudar radicalmente a composição do Conselho Administrativo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso é que é a consequência. Nós mudamos a constituição do Conselho Administrativo e aí já admitimos que ele tenha mais poder. Não queremos é dar mais poder a um Conselho Administrativo que está profundamente governamentalizado.

É isso que nós queremos e por isso fazemos duas propostas que são absolutamente complementares: mudamos a composição do Conselho Administrativo retirando de lá o Governo que nada está lá a fazer e damos, sim, a esse novo Conselho Administrativo, que os partidos da oposição subscrevem e que queremos criar, mais poder, porque aí, sim, estarão lá os representantes do setor e esses poderão decidir a bem do setor.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: É isso que nós queremos, desgovernamentalizar esta gestão política que os senhores fazem da atribuição deste apoio.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD! Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu):

Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração do Decreto Legislativo Regional que regulamenta o FUNDOPESCA tem naturalmente o apoio do Governo Regional bem como todas as propostas de alteração que forem subscritas por todos os partidos desta Assembleia.

À semelhança do que já foi feito por oradores anteriores, em nome do Governo Regional, queria também elogiar o trabalho que foi desenvolvido na Comissão Parlamentar de Economia e, em particular, o trabalho das Sras. e dos Srs. Deputados do Grupo de Trabalho que conseguiram não só consensualizar posições díspares de seis partidos políticos diferentes mas também incorporar com sucesso sugestões que vieram dos representantes do setor, do Sindicato Livre dos Pescadores, da Federação das Pescas dos Açores e do próprio Governo Regional que trazem, em vários aspetos, melhorias substanciais ao diploma.

Estou convencido que dentro de alguns meses e no final desta Legislatura, reconheceremos todos que o FUNDOPESCA serve melhor os pescadores açorianos do que a versão que tínhamos em vigor no início desta Legislatura.

Com estas alterações ao FUNDOPESCA o fundo torna-se mais justo na sua ativação, mais célere e mais transparente.

Portanto, deixo perante esta Assembleia o compromisso político do Governo Regional para garantir a aplicação e a implementação plena de todas estas alterações no mais curto espaço de tempo e o cumprimento cabal dos objetivos que elas pretendem.

Não querendo repisar demasiado o que já foi dito em Comissão e o que poderemos discutir em sede de especialidade, não quero deixar de comentar alguns dos aspetos que foram levantados pelas Sras. e pelos Srs. Deputados,

sabendo que o tema das pescas daria para uma ampla discussão que escaparia ao âmbito do FUNDOPESCA.

Mas reagindo à crítica mais recente do Sr. Deputado Luís Garcia do PSD, julgo que há alguma confusão, não sei se intencional ou se acidental, entre o que são paragens biológicas que beneficiam ao abrigo dos regulamentos comunitários de apoio financeiro da União Europeia e do que são períodos de defeso ou paragens de pesca para gestão de quotas de pesca.

Deputado Luís Garcia (PSD): É uma questão de termos!

O Orador: Presumo que se esteja a referir à interrupção da pescaria do goraz que começará esta sexta-feira, dia 15, e estará em vigor até ao final do mês de fevereiro.

O objetivo aqui é, por um lado, executar um período de defeso (que, de acordo com os Regulamentos Comunitários, os períodos de defeso não são objeto de nenhum apoio comunitário, nem de nenhum apoio financeiro) e, por outro, num ano em que os Açores tiveram uma redução da quota de pesca possível, garantir que essa pesca é possível no final do ano e que não se esgota nos meses em que o preço do goraz é mais alto no mercado.

Portanto, não podendo pescar goraz nos Açores todos os anos por imposição comunitária, o que o Governo Regional está a fazer com a concordância dos parceiros do Conselho Regional das Pescas, não em unanimidade mas em consenso assinalável, é precisamente guardar quota de pesca da Região Autónoma dos Açores para ela ser vendida no final do ano quando o preço é múltiplas vezes mais elevado do que é nos meses de janeiro e fevereiro.

A isto chama-se uma gestão inteligente da quota e chama-se pôr dinheiro nos bolsos dos pescadores.

Deputado André Bradford (PS): Ih! Não tem nada a ver com o que o senhor disse!

Deputado Francisco César (PS): Nada!

O Orador: Segundo aspeto:

O Sr. Deputado Luís Garcia identificou uma série de problemas no funcionamento atual do Fundo, em especial no que se refere à sua celeridade.

De facto, no quadro jurídico atual, entre o momento em que um pescador passa dificuldades e tem uma redução de rendimento devido a mau tempo até ao momento em que se candidata, tem a sua candidatura aprovada e é feita uma transferência para a sua conta, passam-se semanas ou meses, mais do que seria desejável.

O objetivo desta alteração é precisamente... Peço-vos que reconheçam que da parte do Governo houve uma abertura pró-ativa, e dos serviços da Direção Geral de Pescas, para procurar forma de pelo menos encurtar 4 ou 5 semanas neste processo. Há o objetivo disto ser alterado.

Não entendo como é que na mente do PSD isto é uma responsabilidade do Governo.

O Governo tem feito é apenas a aplicação simples e direta do que está em Decreto Legislativo Regional hoje.

Tudo o que tem a ver com montantes que são pagos e o que tem a ver com os prazos que são seguidos, é o cumprimento de um Decreto Legislativo Regional desta Casa.

Portanto a responsabilidade é de quem aprovou. Aprovámos todos nós, uns com abstenção, mas por acaso o PSD foi com votos a favor.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

O Orador: Permita-me fazer duas sugestões:

A primeira é de que não acuse o Governo de pôr a cabeça na areia. Neste caso assumo o PSD as suas responsabilidades, porque o que está a ser feito hoje, tanto em valores aplicados e em prazos, é o cumprimento de uma Proposta de

Decreto Legislativo Regional que mereceu os votos a favor do PSD. Portanto, peço-lhe que assuma a sua responsabilidade nessa frente.

Segundo: sugiro também que abandonemos do nosso debate termos como “miserável” ou “trocós” quando nos referimos a apoios na ordem dos 278 euros por pescador, que é o que está a ser atribuído quando se aplicam 15 dias, por exemplo, como foi o caso da última ativação, adjetivo usado pelo Bloco de Esquerda, salvo erro, num debate anterior, há cerca de um ano, em que eu não pude intervir por ser um voto de protesto, mas que também achei que mereceria comentário, porque para muitos pescadores e muitas famílias açorianas um suplemento salarial de 278 euros (e não se espera que se viva com 278 euros)...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Suplemento?!

O Orador: ... é um suplemento salarial com vista a compensar uma quebra de rendimentos e é muito significativo para muitas famílias açorianas.

Portanto, adjetivar de miserável parece-me de mau tom e sendo eu pescador, porventura, consideraria ofensivo.

Portanto, sugiro que abandonemos esses termos do diálogo.

Um dos propósitos desta alteração legislativa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Suplemento salarial! Esse termo é que não conhecia!

O Orador: Sr. Deputado, veja o preâmbulo do diploma e verá a palavra suplemento salarial.

Neste caso concreto (e já não estamos no ano 2015)...

Deputado José Ávila (PS): E em 2012, quanto é que era o Fundo Salarial de Pesca?

O Orador: ... a nova proposta que visa acelerar a ativação do Fundo exigiria um pré-registo no decorrer do mês de dezembro de cada ano. Abre exceções para novos entrantes no sistema, e são essas as exceções que, não sei se por

confusão intencional ou acidental, a Sra. Deputada Zuraída Soares diz que estamos a abrir exceções na apresentação dos documentos sobre seguros.

Deputada Zuraída Soares (BE): E bem!

O Orador: Abrimos para quem entra de novo no sistema.

Deputada Zuraída Soares (BE): E não disse mal! Disse bem!

O Orador: Não! Diz que há uma exceção. Estamos a falar de um universo. Posso ter interpretado mal.

Neste momento o que é que estamos a fazer?

O Governo Regional, com o compromisso firme de acelerar a aplicação e estas melhorias no sistema, aproveita a ativação que foi recomendada pelo Conselho Administrativo do Fundo, na sexta-feira passada, para fazer desde já, e no processo de avaliação destas candidaturas, o pré-registo equivalente.

Portanto, o trabalho vai ser feito imediatamente e o Governo terá tudo a postos para, quando este diploma entrar em vigor, podermos ter esse pré-registo já feito e não haver nenhuma penalização dos nossos pescadores.

Comentário ainda do PSD sobre o Governo instrumentalizar, fazer uma gestão política, fazer propaganda com o FUNDOPESCA, são críticas que rejeito totalmente. Não viu nunca o Secretário do Mar associar-se ou fazer declarações a seguir a uma ativação...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor está há muito pouco tempo nisso! Esse regime tem uma história!

O Orador: Não! Estou já 18 meses.

De qualquer forma, não vê nenhum interesse por parte deste Governo em fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Diretor Regional!

O Orador: O Sr. Diretor Regional é quem preside ao Conselho Administrativo e faz as suas declarações em nome do Conselho Administrativo, tendo acesso pleno aos meios de comunicação social e não fazendo política com o FUNDOPESCA...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): De maneira nenhuma!

O Orador: ... que é uma área, aliás, pouco fértil para o fazer, na minha opinião pessoal.

Nós continuamos a privilegiar o máximo de transparência no fundo. Não vemos, nem em contato com o setor, necessidade de alterar a composição do Conselho Administrativo, que não é um Conselho Executivo a quem é atribuído poder para manipular ou poder autorizar despesa pública, porque o dinheiro do fundo não é um fundo mútuo, não é um fundo privado, é um fundo de dinheiro essencialmente público, da ordem dos 80%.

As receitas próprias do fundo é dinheiro da Região, não é dinheiro dos descontos dos pescadores. Portanto essa despesa que se mede em centenas de milhares de euros sempre que o fundo é ativado tem que, por lei, ser validada por alguém com competência para poder fazer essa despesa pública.

Portanto, por esse sentido rejeitamos as propostas para alteração da composição do Conselho Administrativo e a eliminação da homologação de um membro do Governo que não tem nenhuma dimensão política a não ser cumprir a legalidade e verificar o que a lei dispõe.

A Sra. Deputada Graça Silveira tinha referido que o fundo tinha autonomia administrativa e financeira, e tem de facto. O significado dessas palavras, como julgo que já discutimos em Comissão também, é que o fundo pode ter receitas próprias e transferir saldos de um orçamento para o outro.

Não quer dizer que tem autonomia para passar cheques ou decidir despesa pública quando assim o entenda.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não tem? Tem! E sabe que tem!

O Orador: Por último, a questão dos seguros que a Sra. Deputada Zuraida Soares levanta, sem prejuízo de discutirmos com mais detalhe depois, para eu ter a certeza que estou a entender plenamente o que está o Bloco de Esquerda a propor.

Eu quando analiso a proposta, o que me parece é que a proposta de eliminar a apresentação de um seguro quando um beneficiário concorre ao fundo, é a obrigatoriedade de apresentar um comprovativo de seguro, o que tem como efeito prático não conseguirmos eliminar do sistema vários potenciais utilizadores fraudulentos do sistema. É isto que estamos a eliminar.

Ao permitir que só os armadores é que tenham que apresentar (são obviamente uma minoria dos trabalhadores da pesca) o seguro para receber o fundo, elimina-nos uma forma de, por um lado estimular a aplicação da lei, porque o seguro de acidentes de trabalho é obrigatório para qualquer trabalhador em terra, e um seguro de morte de incapacidade permanente é obrigatório para qualquer tripulante da embarcação. A lei hoje já o exige.

Quando se fala de contrato de trabalho, não se fala de contratos de trabalho, fala-se do regime jurídico dos contratos de trabalho.

A Sra. Deputada pegou e saiu numa tangente sobre contratos de trabalho. É um tema que nos interessa também, como sabe, e isto é uma peça também de combater a vulnerabilidade social e precariedade no trabalho que todos pretendemos e que é um objetivo comum, julgo eu, de todos os partidos desta câmara.

A proposta parece-me contraproducente e vai contra esse objetivo, porque o que se está a pedir é algo que já está na lei.

Dá-se o caso também de que está em vigor um apoio do Governo Regional ao pagamento destes seguros.

Portanto, 50% do valor dos seguros é pago pelo Governo Regional se um armador decidir candidatar-se. Não há razão nenhuma para aligeirar o rigor com que devemos fiscalizar quem são os beneficiários do FUNDOPESCA.

Por último, concordo plenamente que o FUNDOPESCA não resolve todos os problemas e desafios que o setor das pescas avança. Não é esse o seu objetivo.

Está integrado como uma de várias medidas num documento estratégico que foi discutido com o setor e acordado em Conselho Regional das Pescas, chamado “Melhor Pesca, mais Rendimento”.

Temos que entender que os últimos dois anos, apesar de desafios estruturais, alguns não relacionados com a política de pescas que este setor tem, têm um enquadramento que é limitado no tempo.

Nos últimos dois anos tivemos a combinação de um atraso na transição do Quadro Comunitário de Apoio, em que não foi possível por não estar regulamentado o Quadro Comunitário que nos permite pagar apoios como o POSEI que os pescadores aguardam desde janeiro de 2014;...

Tivemos dois anos seguidos de má safra de atum, que ocorrerão vários anos bons. Um ano fantástico foi o ano de 2010, que presumo que seja a primeira barra daquele gráfico que o Sr. Deputado Luís Garcia gosta muito de mostrar, foi um ano excepcionalmente alto;

Tivemos também dois cortes consecutivos de 25% na quota do goraz que é uma espécie que vale 20% das pescarias da Região.

O gráfico, se tiver as contas atualizadas em 2015, verá que houve mais rendimento em vendas em lota em 2015, do que em 2014, apesar de termos tido menos capturas.

Deputado André Bradford (PS): Ih!... O Sr. Secretário vai destruir o gráfico todo! Vai ter que fazer outro gráfico!

O Orador: Portanto, neste momento há uma inversão de tendência e uma concretização plena do nosso objetivo de pescar menos e vender melhor.

Termino:

Num cenário desafiante e com características conjunturais que são previsivelmente eliminadas no tempo, o que eu queria reconhecer aqui é a persistência que os pescadores açorianos e os seus dirigentes associativos têm tido, o clima de união, que julgo, e de confiança e cooperação que pelo menos o

Governo Regional tem tentado cultivar no setor evitando conflitos entre armadores e pescadores, evitando conflitos entre pescadores de diferentes ilhas, entre compradores de peixe e pescadores, entre a administração e o setor e julgo que esse clima de confiança mútua e de cooperação de algum forma transbordou para o entendimento que aconteceu entre os seis partidos e levará a bom porto, julgo eu, esta proposta de DLR.

Espero que esse espírito de confiança, de trabalho e de cooperação se mantenha, porque temos ainda antes do fim desta legislatura mais algumas peças legislativas de enorme relevância para o setor para o objetivo de aumentar o rendimento dos pescadores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Garcia...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Deputado Luís Garcia esteve em grande forma!

Deputado André Bradford (PS): Vamos ter que lhe oferecer uma fotocopiadora nova para atualizar o gráfico!

O Orador: ... o senhor, de facto, não fala de maneira depreciativa das pescas, mas fala da política de pescas.

Aliás, o senhor utiliza até alguns termos e eu já lhe disse aqui nesta Casa, noutra altura que estávamos a discutir esta problemática das pescas, que nos é tão querida, que o senhor realmente traça sempre uma imagem muito negra sobre o que se passa nas pescas.

Mas, de facto, bastava o senhor fazer esse gráfico, o mesmo gráfico que fez aí, e meter ali mais dois anos, já ficávamos todos com uma perspetiva

completamente diferente, porque o que nos aconteceu foi que nos anos muito bons e nos anos excepcionalmente bons que foram 2010, 2011 e anteriormente tinha sido 2007...

Deputado Luís Garcia (PSD): Dados objetivos, Sr. Deputado!

O Orador: ... o senhor ficava com uma panorâmica completamente diferente. Portanto, gráficos desses, Sr. Deputado Luís Garcia, qualquer um de nós sabe fazer.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os dados estão certos ou não estão?

O Orador: Quando está a descer é mais fácil para si.

Portanto, confirmo que, de facto, quando o senhor aborda as questões da política de pescas o senhor fala de uma maneira um pouco depreciativa. É a sua maneira de tratar este assunto, o meu não é.

Eu falo com confiança no futuro.

Deputado Bruno Belo (PSD): De boas intenções está o inferno cheio!

O Orador: Aliás, trago aqui alguns balanços sobre o setor das pescas, mas não estou aqui a falar dos vossos anos. Eu estou a falar só dos nossos. É que se fosse falar nos vossos eu ano tinha da para dizer.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Eu estou a falar é dos nossos anos. Eu quero saber onde é que começamos e onde é que estamos. É por isso que eu faço estes balanços.

Deputado Luís Garcia (PSD): E isso resolve o problema, não resolve?

Presidente: Sr. Deputado José Ávila, apenas uma pequena advertência.

Eu já permiti que todas as bancadas de certa forma explanassem os seus argumentos sobre a questão do setor das pescas, mas quero advertir que estamos a falar sobre o FUNDOPESCA. Portanto, não se desvie demasiado do assunto que estamos aqui a tratar.

Deputado José San-Bento (PS): Quem se desviou foi o Sr. Deputado Luís Garcia e não foi advertido!

O Orador: Exatamente.

O Sr. Deputado acusou-me de traçar o setor das pescas de cor-de-rosa, e eu estou exatamente a dizer que ele traço-o de uma maneira muito cinzenta e quanto a mim mal, até porque quem está lá fora não é disso que está à espera.

Sr. Deputado, problemas no setor das pescas sempre existiram. Infelizmente tem que reconhecer que se calhar vão existir sempre. Nós nunca os vamos resolver todos, mas é evidente que o caminho faz-se caminhando. É isso que se tem feito ao longo dos últimos anos.

Algumas questões têm sido resolvidas e outras vão ser resolvidas em breve. Aliás, há um documento do Governo que já foi solicitado pelo Sr. Secretário, que tem a ver com “Mais Pescas, melhor Rendimento”.

Esse documento é de abril de 2015. Eu aconselhava o Sr. Deputado a ler, porque algumas das medidas que estão lá preconizadas já foram postas em prática e outras vão ser postas em prática até 2020, que é o ano limite daquele trabalho. É, aliás, um trabalho que eu quero dar os parabéns ao Sr. Secretário, porque é um trabalho muito bom e traça fielmente aquilo que se está a passar na Região, com preocupação, é certo, do que está a acontecer nalguns setores da pescas, nalgumas comunidades piscatórias, melhor dito, nas nossas ilhas, mas que também perspetiva ou introduz algumas medidas que vão resolver ou vão pelo menos atenuar o problema das pescas.

Sr. Deputado, o FUNDOPESCA é um mecanismo no qual já se investiu, e bem, 5,2 milhões de euros, desde 2002, ano da sua implementação. Aliás esse foi um património nosso também. Estou a falar para trás, mas estou a falar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nosso, quem?

O Orador: Dos açorianos. Exatamente!

Mas quem introduziu na Região, Sr. Deputado Artur Lima, foi realmente o Partido Socialista apoiado pelos outros partidos que estavam cá na altura.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Estava a ver! Estava a ver! Tinha uma mão rosa!

O Orador: O Sr. Deputado Luís Garcia fala sempre na questão da formação, como se a formação não existisse na Região.

Sr. Deputado, desde 2007 até 2015, isto para não ir muito para trás, porque sei que causa alguma moossa, já foram investidos quase 1 milhão de euros em formação e o senhor, da forma como falou aqui, se eu não viesse desmentir ou o Sr. Secretário, passava a ideia de que não havia formação nesta Região.

Deputado Luís Garcia (PSD): Qual, Sr. Deputado?

O Orador: Sr. Deputado existe. Todos os anos tem sido feita formação e vai continuar a ser feita a formação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Se calhar não é a formação que o senhor queria, mas isso o senhor há de ter paciência.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que era importante deixar aqui este registo, que é o seguinte:

Desde o início fiz parte deste Grupo de Trabalho. É importante fazer alterações. Reconheço a disponibilidade do Governo Regional, na pessoa do Sr. Secretário...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Meia disponibilidade!

A Oradora: ... para trabalhar questões que eram importantes trabalhar.

Como também já foi dito, mesmo encontrando soluções de compromisso, há sempre matérias onde não é possível consenso...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e é da mais elementar justiça que cada um de nós venha aqui dizer as coisas que continuo a acreditar que seriam importantes estarem no FUNDOPESCA e que não foi possível.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Há uma das questões que faz parte da nossa proposta de alteração, que é a questão dos 60 dias, que se não era tão importante antes desta versão em que o fundo era acionado sempre, à exceção de uma única vez, no final de 2015, que era acionado sempre como um todo e não por ilha, se era acionado muitas vezes e se se completava os 60 dias, também se esgotava o fundo.

Portanto, geralmente uma coisa andava com a outra.

Na atual versão, o que é que acontece?

Eu posso acionar o fundo 60 dias, mas por exemplo acionei-o 60 dias nas Flores, o que quer dizer que houve poucos pescadores que usufruíram. Logo, ainda restou imenso do fundo.

Portanto, não vem mal ao mundo, na nossa opinião, de que esgotados os 60 dias e existir disponibilidade do fundo, não se possa acionar o fundo e, portanto, que esse período não seja alargado de 60 a 90 dias, porque automaticamente se se esgotar o fundo ele deixa de ser acionado.

Portanto, não percebemos qual é o finca-pé da questão dos 60 dias, até porque na República são os 90 dias. Não vem mal ao mundo que se faça este alargamento porque automaticamente o seu acionamento fica dependente pela disponibilidade do fundo.

De facto, concordo que muito havia a discutir sobre o setor das pescas.

Deixo aqui uma ressalva, e porque estamos a falar única e exclusivamente do FUNDOPESCA, parece-me que percebi que o Sr. Secretário disse que o FUNDOPESCA era um complemento ou um suplemento salarial. Não!

É uma compensação a uma perda de rendimento (que fique muito claro) e só nesse sentido é que o CDS concorda com a existência de um mecanismo que compense os pescadores como resultado de não poderem exercer a sua atividade, como de resto existem em outras áreas do setor primário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Agora, o FUNDOPESCA não se pode substituir a políticas que gerem riqueza para que os rendimentos dos pescadores não tenham que ficar dependentes deste tipo de apoio.

Isto não é um suplemento aos baixos rendimentos dos pescadores, isto não é um complemento porque eles têm maus rendimentos. Isto é um mecanismo da maior justiça única e exclusivamente para compensar situações que não podem exercer a sua atividade por questões de mau tempo.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu não sei qual é a cor (culpa minha? Ignorância minha?) que resulta da mistura do rosa com o cinzento, mas há uma coisa que eu sei, é que há comunidades piscatórias, pescadores e armadores que provavelmente estarão pintados de rosa, há muitos que estarão pintados de cinzento e haverão outros que estarão pintados da tal cor que eu não faço ideia, que é o resultado do cinzento e do rosa.

Isto para dizer o quê?

Que ao contrário daquilo que o Sr. Secretário Regional de alguma maneira insinuou penso que ninguém nesta câmara, e também reconheço que o Governo

não o terá, tem prazer em de alguma maneira constatar as dificuldades por que passam grande parte das nossas comunidades piscatórias nesta Região.

Ninguém o faz com gáudio, ninguém o faz no sentido nem de menosprezar a classe piscatória, nem de denegrir a sua função. Não é esse o objetivo.

O objetivo é, pelo contrário, só olhando a realidade tal como ela é, é que se podem encontrar formas de a alterar. E volto a dizer: nalgumas circunstâncias ela é rosa, noutras é cinzenta e noutra é mesclada.

Quando nós abrimos os olhos para isto, reconhecemos isto e não a pintarmos nem só de uma cor, seja ela qual for, isto não é denegrir, não é menosprezar, não é tirar dignidade. É constatar a realidade.

Portanto, quando nós dizemos que 270 euros, por exemplo, Sr. Secretário Regional, por 15 dias, e far-me-á o favor de permitir que eu me ria destes 15 dias, dizer que os pescadores desde novembro, finais de outubro, estiveram 15 dias sem ir ao mar, a mim dá-me vontade de rir porque eu conheço quem estivesse muitos mais dias até hoje (muito mais que 15 dias!).

Depois dizer que para todo esse tempo que não foram ao mar e que, portanto, não ganharam coisa nenhuma, têm um suplemento de 278 euros, ó Sr. Secretário Regional é dose,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ele enganou-se!

A Oradora: ... porque estes 278 euros são de facto uma ninharia,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: ... são de facto uma esmola, tanto mais que os pescadores descontaram para estes 278 euros...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: ... cada vez que vão fazer uma descarga em lota.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, dizer que 270 euros é uma coisa, enfim, extraordinária, não é. É uma ninharia.

Não lhe chamo esmola...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É um suplemento salarial!

A Oradora: ... porque isso, sim, é um termo verdadeiramente humilhante para os pescadores, mas anda lá perto e quando o Sr. Secretário Regional lhe chama suplemento, quando a epígrafe do FUNDOPESCA diz claramente o regime jurídico do FUNDOPESCA como compensação salarial dos profissionais da pesca é querer de alguma maneira enganar;...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a visão do Governo!

A Oradora: ... enganar a opinião pública, porque a opinião pública pensa assim: eles ganham, mas como ganham pouco a seguir ainda têm um suplemento de 278 euros.

É preciso dizer às pessoas que não ganham nada e quando não ganham nada têm 278 euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Isto é que é preciso dizer que é o FUNDOPESCA.

Já agora, Sr. Secretário Regional, voltando ainda às alíneas g) e f), ou melhor, f) e g).

Quando a nossa proposta de alteração subscrita por todos os partidos no seu ponto 5 diz o seguinte e vou repetir:

“Na falta dos documentos comprovativos referidos nas alíneas f) e g) do n.º 1, os profissionais da pesca, à exceção dos armadores não podem ser privados da compensação salarial consagrada no FUNDOPESCA”.

O Sr. Secretário Regional, legitimamente, na avaliação que fez desta proposta de alteração aventou a hipótese de que isto fosse uma maneira de branquear comportamentos menos lícitos.

Presidente: Sra. Deputada agradeço que termine.

A Oradora: Vou terminar, Sra. Presidente.

Eu queria dizer-lhe, Sr. Secretário, que é exatamente o contrário. Se um pescador vai apresentar os seus documentos para acionar o FUNDOPESCA, é pedido o comprovativo da apólice do seguro, e o pecador diz aos serviços “não tenho”, os serviços com certeza perguntam “não tem, por quê?”.

“Não tenho, porque a minha entidade patronal não deu!”. Não é?

Então isto não é uma ótima maneira de com a máxima celeridade de detetar qual é a entidade que não está a cumprir com os seus deveres? É que mais rápido do que isto só um clique. Mais rápido do que isto, Sr. Secretário, só um clique.

Portanto, se o Governo recusa esta proposta de alteração, esta concretamente, que não penaliza os pescadores, pelo contrário os livra de uma tripla penalização que eles não merecem e ainda por cima permite ao Governo Regional detetar, com um clique, quem é que está a ser fraudulento, isto chama-se, Sr. Secretário Regional, teimosia, para não lhe chamar outra coisa lexicamente menos simpática.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado, Sra. Deputada!

Deputado Francisco César (PS): A senhora sabe que não tem nada a ver com teimosia!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu):**

Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, a posição do Governo aqui é muito simples:

O seguro é hoje uma obrigação legal. Todos os trabalhadores têm que o ter.

O que acontece hoje no FUNDOPESCA é que apenas uma contribuição para a segurança social é exigida e é conhecido que há uma percentagem, que se mede

nalgumas centenas de utilizadores, que se conservarem informalmente com pessoas ligadas aos sindicatos ou ao setor das pescas reconhecerão que não estão ligadas às pescas.

Portanto, a grande maioria das pessoas que vão aparecer podendo dizer não temos um seguro são pessoas que não deviam estar na lista de beneficiários do FUNDOPESCA.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas também vão aparecer aqueles que vão beneficiar!

O Orador: E é a eliminação dessas centenas de beneficiários fraudulentos e que estão hoje a tirar dinheiro ao setor das pescas não permitindo acionar mais e dar mais aos pescadores e aos verdadeiros trabalhadores da pesca que nós estamos a eliminar com a exigência deste documento.

Não estamos a fazer nenhuma tripla penalização de ninguém.

Existem, de facto, e podem existir (há fraude) armadores que poderão não cumprir as suas obrigações legais. Podem levar pessoas para o mar que não têm cédula de pescador, poderão levá-las e não fazer os seus descontos para a segurança social, ou poderão não cumprir os seguros que estão na lei.

Ao facilitarmos e criarmos a exceção que está a ser proposta pelos partidos estamos a branquear essas situações.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não estão nada! Estão a identificar um problema!

O Orador: Estamos a permitir que várias pessoas que hoje já existem no sistema e que estão a fragilizá-lo e a sugar recursos de um sistema que devia beneficiar a pesca em primeira instância, se mantenham no sistema.

Portanto, entendendo o objetivo como bondoso há outras maneiras de fazer isto.

Os apoios que o Governo Regional já dá ao pagamento dos seguros estimula os armadores a cumprirem a lei;

Mais trabalho da Inspeção Regional das Pescas nessa frente, nos trabalhadores de terra.

Há várias outras formas de cumprir o objetivo que a Sra. Deputada pede, que é não ter pescadores e trabalhadores de terra fragilizados do ponto de vista dos seus direitos sociais sem estar a abrir aqui uma zona livre de passagem de uma série de utilizadores que não deviam estar no sistema. Portanto, lamento!

O Governo aqui, tendo o mesmo objetivo em mente que a proposta dos partidos da oposição, crê que a proposta em concreto que está a ser apresentada produz o efeito oposto ao desejável.

Deputada Zuraida Soares (BE): Qual é a alternativa, Sr. Secretário?

Deputado Francisco César (PS): Aumentar a fiscalização!

O Orador: Foi a que eu lhe acabei de descrever: a continuação dos apoios ao pagamento dos prémios desses seguros que o Governo já dá, e paga em 50%, e mais inspeção ao nível da Inspeção Regional das Pescas e das outras entidades, segurança social, trabalho, etc..

Segundo ponto:

A proposta de alargar para 90 dias o valor máximo de aplicação por ano em cada ilha do FUNDOPESCA.

A Sra. Deputada Graça Silveira já tinha mencionado ontem a questão de ativação por ilha. A ativação por ilha que agora é expressamente clarificada com esta alteração ao Decreto Legislativo Regional já está em vigor hoje.

A única ativação do FUNDOPESCA no ano de 2015 foi para duas ilhas, Corvo e Flores. Mais ilha nenhuma!

Portanto, neste aspeto não há inovação nenhuma e clarificámos esse ponto e neste momento 60 dias... O Governo não está a ser teimoso e decidiu não acatar 90 dias porque não lhe apetece. Não há verdadeiramente necessidade, e histórico comprova-o, que nunca em ano nenhum se excedeu os 60 dias.

Portanto, colocar 90 dias se houver de facto uma situação excecional, temos os mecanismos: esta a Assembleia e o Governo têm forma de tomar medidas excecionais.

No Decreto Legislativo Regional alterar algo que não está a ser pedido pelo setor, não há razão nenhuma para o fazer, não nos parece uma boa ideia aumentar para 90 dias, muito menos com o sistema que estava a ser proposto.

Percebi eu mal ontem, antes de ver a proposta que depois foi subscrita pelos partidos, que o Sr. Deputado Luís Garcia estava a propor adotar o sistema da República, que na mente da Sra. Deputada Graça Silveira é 90 dias. Não é!

Na República são 60 dias e pode o Membro do Governo com a tutela das pescas, por despacho seu, alargar para 90 dias, uma discricionariedade que este Governo não quer ter.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor não viu a proposta!

O Orador: Não achamos que é uma boa ideia um membro do Governo, porque lhe apetece, num determinado ano estar a alargar o número de dias que é aplicável.

Deputado Luís Garcia (PSD): O Sr. Secretário não viu a proposta!

O Orador: É precisamente o oposto daquilo que estavam a acusar o Governo e agora propõem algo.

Mas a vossa proposta não é essa. Não é, ao contrário do que disseram aqui, tornar o nosso Decreto Legislativo Regional igual ao que se faz na República.

Houve uma desinformação. Não sei se também não leram o que está em vigor em República, mas a vossa proposta não é tornar a nossa legislação igual à da República.

Deputado Luís Garcia (PSD): Diga lá!

O Orador: A vossa proposta é dar poder ao Conselho Administrativo, um Conselho que tem uma composição que a podemos discutir, um Diretor Regional, dois Diretores Regionais, vários representantes dos sindicatos, que

passam a ter o poder para aumentar em 30 dias o número de dias em que é ativado o FUNDOPESCA, portanto, algo com um impacto orçamental que se mede em centenas de milhares de euros.

Portanto, não nos parece, mesmo com a homologação de um Secretário Regional no fim, que V. Exas. na mesma proposta pedem a sua eliminação.

Portanto, é uma coisa que não se encaixa no que é a legalidade nem a nível da República, nem a nível da Região.

É uma proposta que não terá a concordância do Governo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira referência para dar nota de que os dados que eu aqui apresentei num gráfico não os inventei.

Deputado José Ávila (*PS*): Ninguém disse isso! Precisava era ter metido mais alguns anitos!

O Orador: Foi elaborado com dados do Serviço Regional de Estatística. Portanto, aquele gráfico que lá está pode ser conferido e quem for buscar os mesmos dados chegará à mesma conclusão.

Segunda nota, Sr. Deputado José Ávila, que diz que existirão sempre problemas nas pescas. Isso é verdade, em qualquer setor.

O problema não é esse. O problema é a persistência desses problemas.

Temos problemas sociais que existem neste setor há anos atrás de anos.

Deputado José Ávila (*PS*): Como existem nos outros, infelizmente!

O Orador: Temos problemas, promete-se a diversificação do setor ano após ano e não se concretiza.

Temos problemas de formação.

Deputado José Ávila (PS): Investiu-se em formação!

O Orador: O senhor diz que já se investiu muito em formação, mas ela é uma evidência que é necessária.

Temos problemas de transportes. O setor todos os dias reclama que não tem transportes adequados.

Temos problemas de condições de trabalho, que o setor reclama que não as tem. Portanto, o problema não é existirem os problemas. O problema é a persistência desses problemas.

Uma terceira nota relativamente à intervenção do Sr. Secretário Regional.

Sr. Secretário, é uma paragem biológica, é um período de defeso. Eles são necessários. Eles inclusivamente são defendidos pelo próprio setor. O senhor deve ter, como todos nós tivemos nesta casa, uma proposta de duas associações para planos de...

Presidente: Sr. Deputado Luís Garcia, faça-lhe a mesma advertência que fiz ao Sr. Deputado José Ávila...

O Orador: Sim senhor.

Presidente: ... para não dispersarmos o assunto no setor das pescas e sim mantermo-nos no FUNDOPESCA.

O Orador: Portanto, temos esse plano de reposição de *stocks*.

O problema não é esse, Sr. Secretário. O problema é se eles são necessário devem ser implementados, devem ser constituídos planos de salvaguarda de diversas espécies.

Agora essa, no nosso entendimento, é uma meia solução, porque a parte dessa solução que está em falta é compensar estes profissionais dessa perda de rendimento e se não é possível (o senhor diz que não é possível) utilizar os

fundos comunitários que está ao dispor, é preciso criar mecanismos para fazer essa compensação.

Eu relembro, por exemplo (e aqui está o enquadramento que queria dar, porque isso também tem enquadramento no FUNDOPESCA) que uma das condições para ativar o FUNDOPESCA não é apenas as condições climatéricas. Ele pode ser ativado por outras situações, designadamente a interdição de pescar por razões excecionais de preservação de recursos.

Portanto, o FUNDOPESCA também pode ser ativado por outras razões.

Se este mecanismo também não é suficiente (e é esse apelo que fazemos e é essa a posição que assumimos, é que são precisos esses planos de reposição de *stocks* e de gestão de quotas) é preciso criar mecanismos que compensem os pescadores dessa perda de rendimentos.

Uma quarta nota sobre as questões das demoras. O Sr. Secretário diz que cumprem o Decreto Legislativo que está aqui em vigor e que foi aprovado nesta Assembleia.

Não é verdade, Sr. Secretário.

Eu sempre tenho dito, e acho que já hoje ou ontem, que essas demoras não são consequência do Decreto Legislativo que aqui está.

Mais do que alterações legislativas para agilizar este processo de ativação e de efetivação deste apoio, é preciso uma melhor organização dos serviços, uma melhor operacionalização desses mecanismos.

Aliás, nós neste debate e neste Grupo de Trabalho, no *mail* que enviei inicialmente, coloquei essa questão para reflexão, para nós podermos analisar e encontrar um mecanismo quase automático de ativação deste apoio, de qualquer profissional que desconte para ele poder a qualquer momento se candidatar. Os serviços da administração analisam essa candidatura e ela, cumprindo o Decreto Legislativo, cumprindo as orientações do Conselho Administrativo, poder ser aprovada automaticamente e esse apoio ser efetivado.

E a reflexão que eu lançava no início desse Grupo de Trabalho era saber se com esta legislação isso é possível (na minha opinião é possível!) ou se é preciso adaptá-la para que efetivamente isto seja um mecanismo quase automático de ativação, para que este apoio, por muito pequeno que seja, chegue efetivamente a quem dele precisa, quando essas pessoas e quando esses profissionais necessitam.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Uma última nota.

Esta proposta que nós fazemos, e que todos os partidos da oposição subscrevem, de equiparação deste período de alargamento do FUNDOPESCA de 60 para 90 dias, Sr. Secretário, este problema foi discutido na Comissão e, aliás, neste plenário já o discuti com o Sr. Deputado José Ávila para saber da disponibilidade do Partido Socialista para subscrever esta alteração, porque se é um problema de redação, este Grupo de Trabalho está disponível para encontrar uma redação que lhe seja melhor ajustada, se é um problema de redação (e falo por parte do PSD, naturalmente; os outros partidos falarão da sua parte) ou se é um problema de princípio.

O PSD já trouxe aqui uma proposta de alteração a este mecanismo, de equiparação dos critérios de ativação deste mecanismo à legislação anterior, e os senhores recusaram.

O Bloco de Esquerda voltou a trazer essa proposta, os senhores novamente chumbaram-na.

Portanto, nós achamos que é uma questão de justiça e essa situação até se enquadra na sua última intervenção. É que o senhor diz “se houver situações excecionais temos os mecanismos, está aqui a Assembleia que pode criar esses mecanismos”.

Ora, se nós tivermos uma situação excecional e tivermos que cá vir à Assembleia aprovar legislação para socorrer a essa situação excecional, por que

é que ela já não fica estabelecida nesta proposta de alteração, neste Decreto Legislativo Regional e é acionada rapidamente quando essa situação excecional acontecer?

É esta a questão que deixo, é este o desafio que deixo ao Partido Socialista. Se é uma questão de princípio, que são contra o alargamento dos 60 para os 90 dias, aí não conversamos; se é um problema de redação, aí estamos disponíveis, da parte do PSD, para encontrar uma redação que melhor se ajuste a essa questão, que nós achamos que é de justiça, de equiparação da legislação regional à nacional.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Garcia, nós, durante o nosso trabalho, e foram muitos os dias que tivemos reunidos, fizemos um grande esforço para encontrar um mecanismo praticamente automático. Acho que isso foi conseguido.

Deputado Luís Garcia (PSD): Demos passos, sim senhor!

O Orador: Não será propriamente automático, mas anda muito perto. Portanto, é um mecanismo muito mais célere. É um processo complicado, como se percebeu durante as nossas discussões e por ser complicado nós antecipamo-nos de maneira que é feito no ano anterior de modo a que se possa desencadear de uma maneira muito mais célere, porque quem precisa, de facto, tem que receber o mais atempadamente possível.

Mas também as Sras. e os Srs. Deputados hão de compreender que o processo da maneira como estava também tinha que haver algum tempo para se conseguir processar os valores do FUNDOPESCA.

Eu queria também ressaltar aqui a questão do prazo que o Conselho Administrativo tem para validar os processos. Tem quinze dias.

Isto também foi uma maneira de tornar ainda mais célere todo este processo. Foi um esforço de todos nós conseguirmos encontrar desta maneira. Se calhar há outras maneiras melhores, mas foi esta que nós encontramos na altura, foi discutido entre nós e foi consensualizada.

Realmente os problemas sociais, Sr. Deputado Luís Garcia, eu de facto reconheço que há problemas sociais na pesca como há em todos os outros setores. O senhor também há de fazer o favor de reconhecer que assim é. Portanto, não é mais, nem é menos.

Na pesca temos outros problemas que está-se a tentar resolver, por isso aconselho o senhor a ler aquele documento que falei há bocadinho.

Deputado Luís Garcia (PSD): Já li, Sr. Deputado!

O Orador: Pronto! Então deve saber muito bem do que é que eu estou a falar.

Deputado Luís Garcia (PSD): O problema não são os documentos!

O Orador: Temos um outro problema que tem a ver também com a distribuição de rendimento. Sabe que isso é uma relação patrão/empregado.

Portanto, é uma questão que nos ultrapassa um pouco, mas também por aí o Governo Regional está a fazer um esforço no sentido de também ajudar a resolver essa situação juntamente com os parceiros.

Realmente na formação o Sr. Deputado percebeu mal. Eu não disse que havia muita formação. Eu disse que havia formação. O Sr. Deputado disse que não havia formação e eu disse que havia formação. Eu não disse que havia muita.

Deputado Luís Garcia (PSD): Eu não disse que não havia formação!

O Orador: Não! Eu percebi, já duas ou três vezes. O senhor diz assim de uma maneira... Eu percebo!

Deputado Luís Garcia (PSD): Disse que era insuficiente! Posso mostrar um gráfico que tenho sobre essa matéria, se quiser!

O Orador: As condições de trabalho, Sr. Deputado...

O Sr. Deputado diz que os pescadores não têm condições de trabalho?

Se calhar podiam ter melhores condições de trabalho.

Se calhar é possível ainda terem melhores condições de trabalho e todos nós com certeza queremos, mas, Sr. Deputado, lá vou ter que falar outra vez do passado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Já sabia!

O Orador: Os pescadores tinham 79 casas de aprestos. Têm 643 Sr. Deputado. Não melhorámos as condições de trabalho?

Sr. Deputado, tínhamos uma grua nos Açores. Temos 43, Sr. Deputado.

Deputado Luís Garcia (PSD): A do porto da Horta não funciona!

O Orador: Não melhorámos as condições de trabalho?

O problema é que no vosso tempo, como não havia gruas, elas nunca avariavam, Sr. Deputado.

Agora, no nosso tempo, elas de vez enquanto avariavam.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

É esse o seu problema!

Sr. Deputado, ainda a questão dos portos de varagem. É outra coisa! No vosso tempo, os portos de varagem também nunca avariavam, porque não existiam.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, em condições de trabalho, claro que nunca são as ideais, mas melhorámos muito, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado só não reconhece porque não quer, porque basta andar aí...

Deputado Francisco César (PS): Não lhe deixam!

O Orador: ... nos portos da Região, e o senhor pode comparar. O senhor é novo. Eu percebo que o senhor é relativamente novo. É muito mais novo do que eu.

Deputado Luís Garcia (PSD): Olhe que ainda pareço mais do que sou!

O Orador: Como diria alguém, eu ainda sou do tempo em que os pescadores iam para a pesca a remos e tinham que varar os barcos à mão.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ainda acontece!

O Orador: Ainda acontece, Sr. Deputado, mas olhe que fizemos um esforço muito grande para acabar com os 400 e tal barcos que os senhores deixaram aqui sem motor. Ainda fizemos um esforço muito grande. Felizmente que se acabou com isso.

Sr. Deputado, por último e para acabar (agora, na generalidade, não vou falar mais) queria fazer-lhe uma pergunta. A pergunta é sincera: queria saber se o Sr. Deputado já fez algum esforço para que o seu partido ponha no seu programa...

Deputado Luís Garcia (PSD): Outra vez?

O Orador: ... um paragrafozinho sobre as pescas?

Deputado Berto Messias (PS): Bem lembrado!

O Orador: Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Garcia, a proposta que referiu de paragens biológicas, apresentada por duas associações do setor, em primeiro lugar, não tem o consenso da grande maioria das associações de pescadores das várias ilhas do arquipélago. É de duas associações.

Em segundo lugar confunde, como V. Exa. também o fez, a paragem para defeso ou gestão de quota, que está em vigor a partir do dia 15 deste mês com o mecanismo que está previsto no regulamento comunitário para paragens biológicas, que permite um financiamento que vai entre três a seis meses, dependendo, até 2020, em todo o período do Quadro Comunitário.

O que está a ser pedido por essas duas associações é um valor que se mede em dezenas de milhões de euros para parar a frota durante um tempo que considerariam necessário.

Dois problemas com este aspeto: nós não temos dezenas de milhões de euros para parar de pescar, porque não os vamos multiplicar em fundos comunitários, porque o Quadro Comunitário de Apoio não o permite.

Portanto, a proposta é utópica à partida. Em dinheiro teria que ser 100% do Orçamento Regional das pescas, que tem mais alguns milhões além desses 20 milhões. Era o caso concreto.

Portanto, não se fazia mais nada em pescas basicamente, não multiplicaríamos o dinheiro da Região por fundos comunitários e pagaríamos aos pescadores para não pescar.

Segundo o prazo de paragem biológica, não sabemos se teria resultados ou não. Nós, neste momento, temos bem identificada a necessidade de proteger os nossos *stocks*.

Portanto, o Governo e esta Assembleia têm várias medidas aprovadas para... Olhe, o próprio período de defeso e gestão de quota que agora obriga à paragem da pesca durante um mês e meio; a proibição do uso do palangre de fundo na faixa das 3 milhas, nas Ilhas Terceira e São Miguel, e 6 milhas nas restantes

ilhas; a paragem de alguns bancos de pescas, como o Banco do Condor, aqui no Faial, onde se desenrolam estudos que já começam a revelar, por exemplo no caso do goraz, alguma recuperação;

Deputado Luís Garcia (PSD): E os *drones* que o senhor anunciou? Quanto é que eles chegam?!

Deputado Bruno Belo (PSD): Olhe que ele diz que em 96 não havia nenhum e agora já existe um!

O Orador: Mais investimento em formação que foi aprovado nesta Assembleia, no Plano de Investimentos, um segundo aumento para formação em dois anos consecutivos; um aumento para as verbas de fiscalização também e monitorização eletrónica da pesca.

Portanto, as medidas de proteção dos *stocks*, associadas as várias outras de conservação da natureza e de ambiente marinho estão em curso, precisam de algum tempo para produzirem resultados e não se resolve o problema passando um cheque de 20 milhões de euros e parando a frota da Região Autónoma dos Açores durante um número de meses por definir e sem resultados garantidos.

Segundo ponto:

Tem razão, Sr. Deputado, quando diz que os atrasos e os prazos (os montantes, os montantes não!) não são consequência direta do Decreto Legislativo Regional. Tem razão! São da subsidiária que é o Regulamento do Funcionamento do Conselho Administrativo.

Deputado Luís Garcia (PSD): Que não depende desta Casa!

O Orador: Não! É consensualizado no Conselho. Pode perguntar se algum membro não acha que seja a forma de trabalhar. Verá que foi por unanimidade aprovado.

Portanto, nós temos que fazer verificação. Cada vez que o fundo é atividade, temos de cruzar com os dados da segurança social,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Então era bom não atribuir responsabilidades a esta Assembleia e lembrar o Sr. Diretor Regional para não atribuir!

O Orador: ... ver, para cada candidato, a que embarcação está associado e se essa embarcação teve as descargas em lota que a lei exige para ser beneficiário do FUNDOPESCA.

Portanto, há um trabalho automático, que é um desejo de todos nós. Tem limitações. O prazo não pode ser zero. Amanhã entrego uma candidatura e recebo uma transferência bancária na minha conta.

Nunca poderá ser assim. Há um rigor que é exigido no uso do dinheiro público que tem que ser mantido e aceleraremos o mais possível.

Por último, a questão dos 60 dias *versus* 90 dias, não é um problema de redação. É de facto uma objeção de princípio, ser um membro do Governo, por despacho a decidir. Sei que não é o que estão a propor, mas é o que está em vigor na República.

E a constatação de que não houve necessidade, nem se advém que venha a haver, de ir para além dos 60 dias.

Portanto, num contexto que transvasa o funcionamento normal do FUNDOPESCA, em que haja algum cataclismo ou algo que o setor precise de um apoio especial, assim o faremos.

Estar a criar aqui uma alteração em relação ao que é o quadro jurídico nacional e o que é a legislação em vigor agora numa área em que não nos pedem ação e que está diagnosticado que não faz falta, lamento, não é uma questão de teimosia, é uma questão de bom senso e de parcimónia na produção legislativa.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

Começemos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi aprovado por unanimidade.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** O que é que estamos a votar? Culpa minha, mas eu não estou a perceber.

O diploma na generalidade?

Presidente: Na generalidade e foi aprovado por unanimidade.

A Oradora: E sem nenhum tipo de alteração.

Presidente: Sim, foi votado na generalidade. Agora vamos entrar no debate e votação na especialidade.

A Oradora: Então eu peço...

Presidente: Para se repetir a votação?

A Oradora: Sim senhora.

Presidente: Sr. Deputado Luís Garcia, para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, nós estamos a votar a proposta que foi subscrita por todos os partidos com assento nesta Casa.

Presidente: Nós estamos a votar a proposta original que deu entrada na Casa, na sua generalidade, sem naturalmente votarmos artigo a artigo, que é o que vamos fazer a seguir.

A votação final global é que compreende a votação final do diploma, já depois das duas votações feitas.

Vamos iniciar o debate e votação na especialidade, apesar de, conforme é da praxe, já se ter debatido parte da especialidade na generalidade.

Penso que não há inscrições de momento.

Não havendo vamos então iniciar a votação na especialidade.

O artigo 1.º deste Projeto de Decreto Legislativo Regional propõe alterar vários artigos do diploma original. Vamos começar, como também é da praxe, por votar as propostas de alteração.

Coloco então à votação as propostas de alteração subscritas por todos os partidos (e aqui estou a colocá-las em votação conjunta, porque como são subscritas por todos deduzo que há unanimidade) aos artigos 3.º, 4.º e 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração aos artigos anunciados foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração subscrita por todos os partidos ao artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica naturalmente prejudicada a proposta de alteração a este mesmo artigo 6.º subscrita pelos partidos da oposição.

Sendo assim, passo a votar o artigo 7.º.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, penso que não fica prejudicada, porque não propúnhamos alterações ao número que está na proposta base.

Presidente: Eu posso fazer a votação número a número. Ficaria prejudicada, porque naturalmente a proposta subscrita por todos os partidos deduz que o n.º 2 se mantém inalterado.

Portanto, ao aprovarmos esta proposta de alteração estaríamos a aprovar. Mas eu posso fazer a votação artigo a artigo, se quiserem votá-los, número a número, neste caso.

Sendo assim, vou votar a proposta de alteração subscrita pelo PSD, CDS, PCP, Bloco de Esquerda e PPM ao n.º 2 do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração subscrita por todos os partidos ao n.º 3 do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora, sim, a proposta de aditamento do n.º 4, a este artigo 6.º, apresentada pelos partidos da oposição.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 7.º, que é alterado pelo artigo 1.º deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração ao artigo 8.º, apresentada pelo PSD, CDS, PCP, BE e PPM, nomeadamente ao n.º 2, n.º 3 e n.º 4 do artigo 8.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação do artigo 11.º, também apresentada pelos partidos da oposição.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 1.º do diploma com todas as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos agora no artigo 2.º deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Vou colocar à votação, em primeiro lugar, a proposta de aditamento apresentada pelo PSD, CDS, PCP, BE, PCP e PPM, aditamento de um n.º 5, ao artigo 7.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Não havendo mais propostas de alteração coloco então agora à votação os artigos 2.º, 3.º e 4.º do diploma, o 2.º na versão original que propõe aditar um artigo 7.º-A.

Quer que coloco à votação em separado?

Deputada Zuraida Soares (BE): Só as alíneas, Sra. Presidente.

Presidente: Dos números todos?

Deputada Zuraida Soares (BE): Do n.º 1, do aditamento, do 7.º-A.

Presidente: Mas quer que coloco todas as alíneas?

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não! A f) e a g), separadas.

Presidente: Separadas ou pode ser em conjunto? Em conjunto!

Então dentro deste aditamento ao artigo 7.º-A, vou votar as alíneas a), b), c), d) e e), do n.º 1, do diploma que deu entrada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a alínea f) e g), do n.º 1, do artigo 7.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Coloco então à votação os restantes números deste aditamento, o 2, o 3 e o 4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os números anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Por fim, coloco à votação conjunta os artigos 3.º e 4.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global o Projeto de DLR apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP votou a favor, no documento original, das alíneas f) e g), porque considera que é efetivamente necessário que haja uma possibilidade de se verificar quem está e quem não está na pesca e que tenham que ser apresentados documentos comprovativos. É da mais elementar justiça.

Aquilo que o CDS não concorda é que o Governo não queira criar uma excecionalidade que sempre que os pescadores não possam apresentar esses documentos, não por culpa sua, mas porque os armadores não lhes pagaram os seguros, fiquem penalizados.

Portanto, é importante que exista a exigência de apresentar estes documentos, mas tem que ser dada a possibilidade, numa excecionalidade, sempre que eles não apresentem por falta de comprovativo, por não terem culpa, porque os armadores não fizeram o pagamento, não possam ser responsabilizados pela situação.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais declarações de voto... Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD quer congratular-se pela aprovação deste diploma, saudar o trabalho que foi feito neste Grupo de Trabalho, reafirmar a sua disponibilidade para continuar a aperfeiçoar este mecanismo e outros e dizer que aqui está uma prova de que quando há abertura, quando há disponibilidade para o diálogo, nesta Casa é possível chegar-se a entendimento e é possível chegar-se a consensos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Com este mecanismo de compensação salarial dos nossos profissionais da pesca, creio que ficam criadas as condições para ser mais célere, para ter critérios mais objetivos de ativação, mas queria finalmente dizer e reafirmar aquilo que já disse:

A concretização desses objetivos não depende só da legislação que foi aprovada. Depende da capacidade do Governo e da Administração Regional

para se organizar e para também ser célere na forma de proceder e de analisar as candidaturas, de fazer com que este apoio chegue o mais rapidamente possível às pessoas que dele precisam.

Finalmente, estaremos atentos a essa atuação do Governo e da Administração para ver se estes objetivos, que todos prosseguimos neste trabalho, serão ou não alcançados.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando iniciámos este processo negocial fizemo-lo com base numa proposta apresentada pela Federação de Pescas quando estava em cima da Mesa uma proposta do Bloco de Esquerda sobre esta matéria que entretanto foi retirada.

Entrámos neste processo de boa-fé e talvez por isso terminasse num amplo consenso, numa proposta única defendida pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo BE, pelo PCP, pelo PPM e também pelo PS.

Aqui não queria deixar passar este momento sem deixar uma palavra de agradecimento ao Governo Regional, na pessoa do Sr. Secretário que acompanhou todo o processo e deu-nos apoio quando ele foi preciso.

Neste caso garanto-vos que ninguém ficou a perder. Ganhou a fileira da pesca. Por isso este também é um dia histórico.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: A negociação teve o seu tempo. Houve abertura para analisarmos todas as propostas que nos chegaram e se não analisámos mais foi porque elas de facto não apareceram.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: A consensualização está aqui vertida e neste momento é isso que nos interessa e é preciso também nunca esquecer que o ótimo é inimigo do bom.

No documento que já falei aqui várias vezes, “Melhor Pesca, mais Rendimento”, elaborado pelo Governo Regional, constam várias medidas estratégicas para o setor das pescas nos Açores e no seu quarto eixo, onde trata as medidas para compensar a quebra de rendimento devido ao estado do mar, existe um ponto na página 23 que diz: “adequar a regulamentação do FUNDOPESCA”.

Cumprimos hoje esse desiderato.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições para declaração de voto, vamos avançar com os nossos trabalhos.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 17H15.

Eram 17 horas e 16 minutos.

(Após o intervalo a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 26 minutos.

O ponto 3 da nossa Agenda é a **Proposta de Resolução n.º 11/X – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2014”**, apresentada pela Mesa da ALRAA.

Penso que não há inscrições, pelo que vamos passar de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos então para o ponto 4: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 61/X – “Aprova o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA)”**.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O melhor resíduo é aquele que não chega a ser produzido!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Secretário!

O Orador: E é nessa perspetiva que o Governo dos Açores apresenta hoje, aqui, nesta Assembleia, uma iniciativa que reforça, precisamente, a componente preventiva do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos.

Reafirmo nesta oportunidade que falar de gestão de resíduos na Região, é falar duma revolução silenciosa que conduziu a uma das mais importantes reformas estruturais alguma vez operada nos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Olhe que a revolução silenciosa nos transportes correu mal!

O Orador: Com ambição transformadora, no respeito pela preservação da natureza, pela valorização dos nossos recursos naturais, pela proteção da qualidade dos ecossistemas e pela salvaguarda da saúde pública, a política de gestão de resíduos é assumida por este Governo, como uma mais-valia para a qualidade de vida dos cidadãos e para a competitividade das atividades económicas.

É por outro lado, um dos eixos fundamentais da nossa estratégia de desenvolvimento sustentável, assente em princípios de racionalidade, eficácia e sustentabilidade financeira, não esquecendo as especificidades insulares e ultra periféricas que nos são peculiares.

Nesse contexto, o Governo tem implementado políticas públicas que asseguram a coesão regional e garantem a eficácia do quadro legal regional do setor dos resíduos.

Em resultado, estão hoje construídos e operacionalizados, sistemas e infraestruturas destinadas ao tratamento, valorização e/ou eliminação das diversas tipologias de resíduos produzidos nos Açores, incluindo soluções que permitem resolver os problemas relacionados com o nosso passivo ambiental.

Assim, foram construídos e estão quase em pleno funcionamento, em sete das nove ilhas dos Açores, as ilhas menos populosas, Centros de Processamento de Resíduos, com a tipologia de ecocentro, que representam um investimento público de cerca de 40 milhões de euros.

Em cada um deles é possível triar os diferentes tipos de resíduos, preparar a sua transferência para operadores licenciados, com vista à reciclagem, e proceder à valorização, por compostagem, dos resíduos orgânicos.

Nas ilhas mais populosas, a opção das respetivas entidades gestoras foi, como sabem, de complementar os ecoparques com a construção de centrais de

valorização energética – na Terceira, já em fase de ensaios e breve entrada em funcionamento, e em São Miguel em fase de concurso público internacional para a sua edificação.

Quando em pleno funcionamento, a rede de Centros de Processamento de Resíduos e os Ecoparques de São Miguel e Terceira empregarão, diretamente, mais de 150 trabalhadores - **o triplo do número de trabalhadores existentes em 2012**, e prevê-se que, no seu conjunto, venham a gerar um volume de negócios anual superior a 10 **(dez) milhões de euros**.

Decorre agora o processo subsequente de selagem de lixeiras e aterros por toda a Região.

As opções políticas, tomadas pelo Governo dos Açores em matéria de gestão dos resíduos, apontam para que:

A deposição de resíduos em aterro seja reduzida ao mínimo indispensável, no respeito pelas metas europeias estabelecidas.

Se concluam as intervenções de selagem e recuperação paisagística dos atuais locais de deposição (lixeiros e aterros), com os consequentes ganhos ambientais, mas também como contributo para a salvaguarda da saúde pública;

Se criem oportunidades de negócio para o setor privado e criação de novos postos de trabalho.

Neste particular, foram recentemente concluídas as obras de selagem de dois espaços de deposição de resíduos na Graciosa e de outros tantos nas Flores, num investimento público superior a 2 milhões de euros, e estão já consignadas as empreitadas de selagem dos aterros de Santa Maria e do Corvo, sendo que este último será transformado em aterro de resíduos de construção de demolição.

No decurso de 2016 desencadearmos os procedimentos com vista às selagens dos dois aterros de São Jorge e do aterro do Faial.

Cumpra-se assim o PEGRA, aprovado nesta Assembleia em 2008.

Paralelamente, envolveram-se os cidadãos e as autarquias num processo de necessárias parcerias, no cumprimento de competências repartidas e na sensibilização, que visa a implementação da recolha seletiva em toda a Região, desiderato fundamental para que este processo tenha o sucesso que todos ambicionamos.

Os resultados já atingidos são encorajadores e permitem concluir que estamos no caminho certo. Estamos mesmo no topo de indicadores nacionais.

Ao iniciar esta intervenção afirmei que o melhor resíduo é aquele que não é produzido.

Sabemos, contudo, que é impossível eliminar a sua produção. E assim sendo, devemos e podemos reciclar ou reutilizar, promovendo ganhos ambientais e económicos relevantes.

A valorização de resíduos aumentou de 13,1 % em 2012 para 23% em 2014, e os depósitos em aterro reduziram de 86,9% para 77%.

No ano de 2014, os sistemas de gestão de resíduos dos Açores promoveram a reciclagem de 38,5 kg de resíduos de embalagens por habitante, só no fluxo urbano, quando essa média no restante território nacional foi de 29,2 Kg.

E de acordo com os dados de novembro de 2015, estimamos que no último ano a reciclagem de embalagens do fluxo urbano possa ter ultrapassado os 40 kg por habitante, quando o objetivo fixado, em junho de 2015, pelo Governo da República para o conjunto dos sistemas de gestão de resíduos urbanos do continente é de 33,29 kg por habitante para 2017.

Já a produção de resíduos urbanos nos Açores, caiu de cerca de 147 mil toneladas em 2011, para 136 mil em 2014.

Assim, a capacitação da produção diária de resíduos urbanos baixou de 1,63 Kg, em 2011, para 1,51 kg, em 2014.

Permitam-me ainda relevar os indicadores obtidos pelos Centros de Processamento de Resíduos das Flores e da Graciosa, já que são aqueles que

estão em funcionamento há mais tempo e que, por essa circunstância, apresentam já resultados mais consolidados.

Em 2014, na Graciosa, apenas 19% dos resíduos urbanos produzidos tiveram como destino a eliminação e nas Flores esse indicador foi de apenas 14%.

Significa isto que, nestas duas ilhas, já são encaminhados para valorização mais de 80% dos resíduos urbanos produzidos, valores muito superiores às metas europeias definidas para 2020.

Em 2014, os sistemas de gestão de resíduos das Flores e da Graciosa, lideram, aliás, a retoma *per capita* de resíduos de embalagens em todo o espaço nacional, de acordo com os dados da entidade gestora – a Sociedade Ponto Verde.

Por tudo o que aqui fica referido, Sras. e Srs. Deputados, estamos, de facto, a trilhar o caminho certo... o caminho da redução da produção de resíduos, da correta hierarquização da gestão, e do seu adequado tratamento seja com vista à valorização seja para eliminação.... As metas a que nos encontramos vinculados, quer em termos de preparação para reutilização ou reciclagem, quer em termos de desvio de resíduos urbanos de aterro, serão certamente atingidas, senão mesmo ultrapassadas...

É, pois, neste contexto que surge o PEPGRA, plano que estamos hoje aqui a apresentar e a discutir.

Ao propor a esta Assembleia a aprovação do PEPGRA, o Governo pretende assegurar a proteção e a valorização ambiental social e económica dos Açores, definindo orientações estratégicas no âmbito das políticas de prevenção e de gestão de resíduos e as regras orientadoras da disciplina dos seus fluxos.

Preende-se assim defender o interesse público, relevando o equilíbrio entre o melhor serviço e a racionalidade económica, a equidade social, a subsidiariedade inter-regional, a cidadania ativa e a minimização do uso de

recursos não renováveis, salvaguardando a qualidade ambiental e a defesa da saúde pública.

São por isso definidos no âmbito do PEPGRA os seguintes objetivos estratégicos que importa prosseguir:

Promover o princípio da hierarquia da gestão de resíduos;

Definir o programa regional de prevenção de resíduos;

Completar e melhorar a rede integrada de instalações;

Resolver o passivo ambiental;

Melhorar a informação e conhecimento sobre a produção e gestão de resíduos;

Promover a divulgação de informação e a sensibilização da população para a prevenção;

Qualificar os recursos humanos;

Aumentar a eficácia da regulação, da inspeção e da fiscalização.

O PEPGRA consubstancia, ainda, a âncora adequada para a gestão de resíduos no respeito pelas obrigações nacionais e comunitárias sobre esta matéria, pelos princípios socioeconómicos nele consagrados e promove o respeito pelos valores ambientais que todos devemos preservar.

Ao assumir a natureza jurídica de plano setorial, o PEPGRA consagra a política ambiental do setor dos resíduos com incidência espacial em toda a Região, convocando, em simultâneo, todos os açorianos ao desempenho de uma cidadania ativa e responsável.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me ainda uma referência final.

O PEPGRA desenvolve-se com base em objetivos estratégicos de prevenção, designadamente com vista:

À redução do teor de substâncias nocivas presentes nos materiais e nos produtos;

Ao prolongamento do ciclo de vida dos materiais;

À promoção e reutilização de produtos;

À redução da quantidade de resíduos gerados;

E à minimização dos impactes adversos no ambiente, na saúde pública e na proteção de bens resultantes da produção e gestão de resíduos.

A definição e implementação das medidas de prevenção adotadas com vista à concretização daqueles objetivos estratégicos, envolve inúmeros setores de atividade e distintos autores, essenciais ao sucesso deste programa.

É pois fundamental que todos nos envolvamos neste processo... governo.... autarquias cidadãos., com o propósito que nos é certamente comum... a sustentabilidade da gestão de resíduos... a preservação do nosso ambiente...

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo).

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem duas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em muitas medidas este diploma continua a mesma política já instaurada no PEGRA e, por isso, enferma de muitos dos mesmos problemas e muitas das mesmas graves lacunas. Problemas e lacunas que são vários, graves e começam logo na sua elaboração.

O primeiro problema, a nosso ver grave, coloca-se em relação ao processo de discussão pública. Não temos noção da dimensão e dos contributos recebidos no processo de discussão pública. Não recebemos qualquer relatório deste

processo que, para além de breve, decorreu durante a época de Natal e Ano Novo o que, diga-se, não facilita a participação dos cidadãos.

Neste processo de elaboração e discussão do PEPGRA, parece haver uma grande ausência: a opinião, as ideias e os contributos das associações de defesa do ambiente.

Diga-se que, também não se sabe se o Conselho Regional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CRADS) discutiu ou não este assunto, nem qual o seu parecer. Aliás, desde a sua instituição, em 2010, que se conhece pouco ou nada da atividade deste Conselho. Ainda reúne? Ou ficou também esquecido? Ou será que foi transformado em órgão privativo de aconselhamento governamental?

Ainda sobre a informação, vale a pena dizer que se lamenta que os dados do PEPGRA apenas estejam atualizados a 2013. É verdade que o GR só é obrigado a divulgar o Relatório do Estado do Ambiente de 3 em 3 anos, o que nos parece pouco mas é o que está na Lei. Mas estamos em crer que não seria assim tão difícil atualizar estes dados, pelo menos ao ano de 2014.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como dissemos, com o PEPGRA, existem vários problemas que subsistem.

Em primeiro lugar, a selagem simples, sem retirada de resíduos, que está prevista para a maior parte das ilhas, não passa de um cobrir com inertes os problemas que não se quer resolver.

O passivo ambiental das velhas lixeiras, meros buracos na terra, subsiste, continuando a contaminar subsolo, aquíferos e águas costeiras, e durante muitos

anos assim será se nada vier a ser feito. Para este problema o PEPGRA, como o PEGRA antes dele, não oferece nem uma pista para a sua solução.

Os velhos aterros que ainda estão em funcionamento têm sido alvo de um total desinvestimento e devido a todos os atrasos na implementação do sistema, estão a atingir um ponto crítico, como no caso do Faial, em que basicamente já nem se consegue cobrir convenientemente, com inertes, os resíduos depositados. Para além disso, existe regulamentação europeia para a gestão desses espaços e para a minimização do seu impacto ambiental (que prevê, por exemplo, a vedação dos terrenos ou a colocação de redes de captura de plásticos) que não é minimamente cumprida.

Igualmente, como já denunciámos publicamente, têm surgido novas lixeiras, algumas criadas pelas próprias autarquias locais, usufruindo de uma óbvia e inegável “vista grossa” dos serviços de ambiente. Em todo o caso, o PEPGRA nada aborda em termos da fiscalização e o panorama parece pouco promissor tendo em conta os apenas 5000 Euros que o GR inscreveu no Orçamento de 2016 para investimento na fiscalização ambiental...

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*): O Sr. Deputado não leu o documento!

O Orador: Para além disso, existe também um problema sério de capacidade de processamento dos ecocentros, em termos da sua capacidade de processarem o lixo indiferenciado, para recuperarem os materiais recicláveis e lhe reduzirem o volume, reduzindo a quantidade que terá de ir para incineração, sem que se vislumbrem as medidas que estão previstas para aumentar a capacidade destes centros.

Mas mesmo que os ecocentros conseguissem processar 100% do lixo indiferenciado que recebem, continuaríamos a ter um problema.

É falso, ou pelo menos infantilmente otimista, o que está escrito na página 15 da iniciativa que passo a citar “**apenas uma pequena percentagem que não é possível valorizar, o refugo, é enviado para destino final licenciado**”, leia-se incineração.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é falência!

O Orador: Pense-se que em Portugal continental, 43% dos resíduos sólidos vão para aterro e a experiência nos Açores, por exemplo do Faial, mostra que apenas cerca de 30% dos indiferenciados não são recicláveis, são refugo. Portanto, essa “pequena percentagem” ainda está na ordem de um terço dos resíduos indiferenciados, o que, reconheça-se, não é pouco e terá sérias implicações nos custos com o seu transporte.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Orador: Sempre tivemos grandes dúvidas em relação a esta política de queimar lixo para produzir eletricidade, porque acaba por inverter os objetivos a que se propõe. A verdade iniludível é que quanto mais resíduos forem incinerados, melhor serão rentabilizadas as incineradoras. Mesmo assumindo que estas nunca serão exatamente lucrativas, a tendência de quem as gere será sempre a de minimizar esse prejuízo, interessando-se mais por queimar resíduos do que em cumprir metas de redução.

Também pensamos que é extremamente duvidoso que a opção, em que o PEPGRA insiste, pela concessão a privados dos ecocentros se revele mais económica ou eficaz. Estes serviços devem ser, na opinião do PCP, municipais ou, se mais adequados, geridos pela própria Região.

Para além disso, seria importante conhecer quando é que a incineradora de São Miguel entrará em funcionamento e quando é que já está construída na Terceira

vai entrar em “velocidade de cruzeiro”, começando a receber resíduos indiferenciados de outras ilhas, para incineração.

Outra lacuna importante é a ausência de estimativas sobre os custos do transporte dos resíduos indiferenciados de sete ilhas para as duas ilhas que irão ter incineradoras. Esta circulação terá certamente custos que serão sempre suportados pelos açorianos, seja como contribuintes, seja diretamente através das taxas de resíduos. Esta é uma questão central, que pode ser de grande gravidade.

Depois, o outro problema gravíssimo é o da “normalização tarifária”. Aprendemos dos exemplos da eletricidade e água o que é que esta expressão significa, volto a referir, “normalização tarifária”: trata-se de pôr o cidadão a pagar cada vez mais. Será talvez um nivelamento de preços, mas a experiência tem demonstrado até agora que esse nivelamento é sempre ou quase sempre um nivelamento por cima.

Neste caso, a normalização é feita mais uma vez, atropelando olímpicamente as competências e a autonomia dos municípios, através da entidade reguladora, supostamente “independente”, a conhecida ERSARA, atrás da qual o Governo se esconde, distanciando-se das suas próprias opções políticas!

Portanto, existirão aqui também custos ditos “de regulação”, para financiar a ERSARA, facto que já temos criticado no passado, porque se trata de um gasto inútil, já que deve ser a própria administração a exercer as suas próprias competências e a ser escrutinada e, quando for caso disso, criticada pelas opções que entretanto toma. E, entretanto, já se sabe quem é que vai acabar a pagar todo este caríssimo negócio porque é de um negócio que se trata!

Tudo somado, este Plano consubstancia uma política ancorada numa velha visão mercantilista e privatizadora, que deixa problemas antigos graves por resolver, enquanto simultaneamente vai criando problemas novos. Uma política que não poderia deixar de merecer uma oposição frontal do PCP que naturalmente irá votar contra esta iniciativa.

Disse!

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PCP esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu estive a ouvir com muita atenção a apresentação feita pelo Sr. Secretário Regional ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E a minha, Sr. Deputado?

O Orador: A sua menos, com menos atenção Sr. Deputado Aníbal Pires.

... e de facto registando as devidas diferenças ao nível do conteúdo estava uma intervenção muito semelhante àquela que foi feita pelo anterior Secretário Regional pela tutela do Ambiente, aquando da apresentação do PEGRA há uns anos atrás.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O que é que faz ao material compactado? Onde é que o vai pôr?

A Oradora: De facto o PEPGRA não é uma coisa assim tão nova. O PEPGRA é uma atualização do PEGRA que está em vigor na Região e o PEGRA como o Sr. Secretário Regional muito bem sabe, deveria ter estado concluído e completamente operacionalizado desde o ano de 2013. Estamos em 2016!

Portanto, o Governo Regional do PS já falhou na implementação do seu próprio Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores que agora foi melhorado com a prevenção.

Mais uma vez o problema não está na elaboração de documentos, nem na elaboração de leis, está na capacidade que o PS e os seus Governos têm, de as fazer cumprir e implementar.

De facto, Vs. Exas. começaram numa base zero, num cenário em que de facto não se fazia nem reciclagem, nem valorização de resíduos na Região, nem em lado nenhum, nem havia legislação comunitária para isso e quando começou a haver a legislação comunitária e as obrigações em termos de mundo ocidental e as preocupações com o ambiente e com a problemática dos resíduos, a Região fez a transposição para o direito regional daquilo que era o direito comunitário que foi surgindo em termos das instituições europeias. Fê-lo começando pelo mais fácil, pelas ilhas mais pequenas e onde a produção de resíduos e a pressão sobre o meio ambiente era menor. Falta de facto as ilhas onde o problema é maior e no caso mais emblemático S. Miguel que tem a maior densidade demográfica e mais de metade da produção de resíduos dos Açores, como é natural devido à população que tem, à dimensão que tem e à atividade económica que tem.

Sr. Secretário Regional, no decurso da vigência do PEGRA a implementação do mesmo e monitorização do mesmo devia ter sido acompanhada pela elaboração de relatórios de progresso bienal que deveriam permitir a avaliação e até a crítica e a correção das estratégias do PEGRA e eu gostaria de saber quantos desses relatórios é que foram efetivamente produzidos e onde e que eles podem ser consultados porque eu duvido que alguns dos Deputados aqui presentes nesta Assembleia tenha conseguido, nalguma das fases de evolução do incompleto PEGRA e agora substituído pelo PEPGRA, ninguém conseguiu

fazer essa aferição, porque esses relatórios não estão em lado nenhum onde possam ser consultados.

Do mesmo modo não basta que o documento seja um documento até com qualidade mas de facto como aqui muito bem disse, eu até estive com atenção nessa parte, o Deputado Aníbal Pires, com 5 000 euros para fiscalização ambiental duvido que a Secretaria que o senhor tutela vá conseguir fiscalizar o que quer que seja na implementação deste documento que hoje está a ser aqui discutido e será certamente aprovado.

Gostaria também de lhe fazer aqui algumas perguntas relativas àquilo que aqui está no documento.

Sr. Secretário, dos sete Centros de Processamento de Resíduos previstos, quantos é que estão concessionados e em pleno funcionamento e relembro que o PEGRA foi aprovado em 2008, devia estar pronto em 2013, nós estamos em 2016.

Com exceção dos exemplos aqui dados das Flores e Graciosa, quantas das lixeiras da Região é que já foram seladas, também sabendo e também repetindo um bocadinho o Deputado Aníbal Pires, que uma selagem de uma lixeira não é a mesma coisa que a remoção de um passivo ambiental, portanto era importante saber se a Região prevê a remoção e quem sabe a valorização desses passivos ambientais existentes, em vez de apenas enterrar o problema.

O PEGRA atribui também importantes responsabilidades na área dos resíduos aos municípios sem que se tenham criado as condições financeiras e operacionais para que as Câmaras Municipais pudessem cumprir com aquilo que o PEGRA e agora o PEPGRA determinam.

Na Comissão, apesar desta questão ter sido levantada ficou por responder a questão e quantos são e quais são os municípios da Região que têm implementados os sistemas de recolha diferenciada de resíduos porque houve ilhas, nomeadamente o caso de S. Jorge, julgo que também do Pico, em que se

construíram os Centros de Processamento de Resíduos mas depois estava muita atrasada ou com muitas dificuldades a implementação da recolha seletiva.

Temos ainda a questão dos resíduos agrícolas, sendo a agricultura a principal atividade económica da Região, não há dados e é o próprio PEPGRA que o assume, não há relativos à produção de resíduos agrícolas nos Açores. Como é que é possível que se faça um documento destes em que a principal atividade económica não tem caracterizada nem valorizada a sua produção de resíduos?

Depois, Sr. Secretário, custa que de facto se venha anunciar as virtudes de um documento destes, que as têm, na sua elaboração com falhas de implementação tão grandes.

Na Terceira está em testes, não está em pleno funcionamento e já todos sabemos que o arranque da central de valorização de resíduos está com problemas devido à falta de capacidade calorífica dos resíduos que estão a ser incinerados, provavelmente se calhar por cálculos e dimensionamento mal feitos daquela infraestrutura em gerar o calor necessário para que seja eficiente na produção de energia, a central de valorização de resíduos da Terceira estará a consumir quantidades muito acima do previsto de gasóleo e em S. Miguel nenhuma das infraestruturas previstas está construída ou sequer operacionalizada.

Portanto o atraso deste Governo e destes Governos do PS na concretização daquilo a que se propõem fazer é problemático e gostaria que o Sr. Secretário mais do que valorizar o fácil, soubesse dar resposta àquilo que é difícil, apontar datas e metas e concretizá-las.

Muito obrigado.

Deputado António Marinho e Bruno Belo (*PSD*: Muito bem!)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A valorização do meio ambiente e a preservação da paisagem são aspetos que para os Governos Regionais do PS têm ao longo do tempo feito valer nos seus Programas, nos seus Planos Anuais e Orçamentos, em todas as ações que de algum modo se associam a esta temática, constituindo-se aspetos fundamentais para a sustentabilidade da Região.

Neste âmbito e de modo a acautelar os valores ambientais em presença, a questão dos resíduos assume essencialmente um papel essencial na salvaguarda dos nossos recursos naturais, importantes não só na preservação dos ecossistemas por si só, mas também como um fator determinante para a qualidade de vida dos açorianos sem esquecer a relevância que a preservação dos ecossistemas têm ao nível do turismo de natureza, aspeto chave no desenvolvimento económico da Região.

Desde o ano 2000 que a gestão dos resíduos assume uma prioridade para os governos regionais.

Convém lembrar que aqui a aprovação, por exemplo do PERSUA, no ano 2000, seguindo-se o Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares, seguindo-se do Plano Estratégico dos Resíduos Industriais e Especiais que foram elaborados pelos Governos do PS e que assumem uma forma de planos setoriais de relevante importância ao nível da gestão de resíduos.

Realmente o Sr. Deputado Luís Rendeiro tem razão, começamos sim do zero, porque quando chegámos ao Governo Regional não existia nada, nem uma única medida ambiental, apesar de já poderem ter sido aplicadas ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não exista nada em lado nenhum! Só faltou dizer que o Partido Socialista é que povoou os Açores!

Deputado Bruno Belo (PSD): Também agora não existe grande coisa!

A Oradora: ... a Convenção do Rio foi em 92, os senhores estiveram lá ainda até 96, portanto podiam ter feito alguma coisa mas não fizeram.

Ao abrigo destes planos foram iniciados procedimentos ao nível de boas práticas de gestão de resíduos, definidos critérios de separação desses resíduos, resíduos sólidos urbanos, resíduos hospitalares, industriais, especiais.

Com o passar dos anos com a implementação desses instrumentos de planeamento foi sendo melhorada a gestão e a sensibilização em termos de resíduos e com ela a necessidade de se aprofundar os instrumentos legais vigentes na Região, adaptando-se legislação nacional e quando tivemos possibilidade para isso, legislação europeia.

Em 2007, foi definido um sistema integrado de gestão e resíduos dos Açores, o SIGRA e do qual decorreu a elaboração do PEGRA que de um modo sistematizado foram definidos critérios para todas as tipologias de resíduos, procedimentos, metas, sistemas de monitorização, definição de infraestruturas necessárias para todas as outras ilhas dos Açores.

Este plano, o PEGRA define assim no seu âmbito um conjunto de objetivos e metas que de um modo faseado foram sendo e continuam sendo postas em prática.

Destaca-se por exemplo a construção dos centros de processamento de resíduos, já aqui faladas pelo Sr. Secretário; a definição e implementação do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos, o SRIR, instrumento importante para conhecer-se melhor o setor dos resíduos; a criação da ERSARA; o licenciamento de operadores de gestão de resíduos de carácter regional; a extensão à Região das licenças das entidades gestoras dos fluxos de resíduos e diga-se que já estão todas licenciadas e registadas nos Açores, sem esquecer as inúmeras ações de sensibilização a que esse nível foram incrementadas pela rede regional de ECOTECAS, pelos Centros de Interpretação, pelos parques naturais, em articulação também com as autarquias que têm quota parte de

responsabilidade nesta matéria e sem esquecer também o quadro legal que atualmente temos em vigor e que foi desenvolvido também no âmbito da aprovação do PEGRA.

Estamos hoje aqui nesta Assembleia a apreciar e discutir a evolução PEGRA, não uma atualização mas uma evolução.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já foi alterado em 2012!

A Oradora: O Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores constitui-se como um plano setorial, como um instrumento de gestão territorial de relevante importância para a continuação das boas práticas ambientais que o PS e os respetivos Governos Regionais têm desenvolvido de um modo integrado, estratégico ao longo dos últimos anos.

O Grupo Parlamentar do PS gostaria aqui de destacar o diagnóstico realista que foi feito e é apresentado para este setor no âmbito deste Plano, bem como a importância dada às questões associadas à regulação a desenvolver por parte da ERSARA e às atividades inspetivas a desenvolver pela Inspeção Regional do Ambiente.

Com a experiência adquirida ao longo da implementação do PEGRA, o Governo definiu orientações estratégicas ao nível da avaliação ambiental, tendo em conta as questões sociais e económicas, apresentando objetivos claros e bem definidos que gostaria aqui de destacar alguns como a prevenção de produção dos resíduos e minimização dos impactos ambientais associados à produção desses resíduos, a promoção de uma gestão integrada e sustentável dos resíduos, a requalificação ambiental de locais de deposição não controlados dos resíduos, o incremento dos registos no sistema regional de informação sobre resíduos e a continuação das ações de sensibilização ambiental por parte dos parques naturais, Ecotecas e Centros de Interpretação em articulação estreita com as autarquias.

No âmbito deste Plano e sem querer alongar-me gostaria ainda de realçar a inclusão da elaboração do Programa Regional de Prevenção de Resíduos, onde são definidos objetivos para 2017 e 2020 com vista à prevenção de resíduos, ou seja à redução da quantidade de resíduos produzidos que é, convém não esquecer, o primeiro R da gestão de resíduos e sem esquecer ainda os aspetos associados e que para nós são importantes ao nível da definição de indicadores que avaliarão o grau de implementação do PEPGRA.

Gostaria ainda de dizer que os desafios para uma melhor e cada vez mais eficiente gestão de resíduos foram, são e serão sempre uma prioridade para o Governo Regional, para os Governos do PS, para que os Açores continuem a ter a qualidade ambiental que nos tem permitido conquistar os reconhecimentos internacionais de destino de natureza por excelência.

Gostaria ainda de referir aqui alguns aspetos que foram já Aqui abordados, o primeiro deles relativamente, julgo que pelo PCP, levantado ao nível da selagem das lixeiras.

Gostaria de dizer que a este nível o que está preconizado será o confinamento e a impermeabilização não esquecendo a monitorização das águas lixiviantes que será implementada, como é óbvio, num processo de selagem dos aterros ou das lixeiras, conforme os casos e todos os resíduos que estejam visivelmente na área da selagem serão removidos. Estou a falar por exemplo a existência de pneus, a existência de resíduos de construção e demolição ou outro tipo de resíduos que dando volume que não sejam biodegradáveis e que estejam visivelmente nos aterros, serão removidos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Deviam ser queimados, as lixeiras clandestinas!

A Oradora: Relativamente à incineração gostaria de dizer o seguinte: faz-me um bocado de confusão às vezes, ...

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: Não sei se posso continuar, Sra. Presidente?

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Sra. Deputada não tem nenhuma mordança! Pode falar à vontade!

A Oradora: ... ainda ver alguns partidos, acredito que seja uma questão talvez ideológica, não sei, faz-me um bocado de confusão ver os partidos serem contra a incineração.

Se esse argumento fosse há uns 15 anos atrás eu percebia. Hoje em dia não! As incineradoras não têm os mesmos problemas ao nível dos filtros, ao nível do tratamento do ar, como tinham há 15 anos atrás.

Hoje em dia as incineradoras são unidades, são centrais...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É preciso que funcionem, Sra. Deputada!

A Oradora: ... controladas de gestão de resíduos ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Bárbara Chaves continue a sua intervenção.

A Oradora: Hoje em dia as incineradoras são centrais de valorização energética porque nós não queremos ...

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: O Sr. Deputado não quer ouvir mas eu vou ...

... são verdadeiras centrais de produção de energia, não se pretende queimar simplesmente os resíduos, eu já tive oportunidade de dizer aqui nesta Casa algumas vezes: o Governo Regional não pretende de um modo simples eliminar resíduos. Não! Queremos promover a queima desses resíduos mas produzindo energia elétrica que será fundamental também para a nossa Região e para a sustentabilidade do sistema.

Estas centrais de valorização energética foram redimensionadas de forma a que apenas recebam os resíduos que não resultem da reciclagem ou que não resultem da recolha seletiva de materiais, será assegurada sim que para estas centrais de valorização energética irá tudo aquilo que não pode ser reciclado, que não seja passível de ser reciclado, que no Plano diz que são cerca de 10% do refugo das várias ilhas porque é isso que se considera e que está dimensionado para que nas várias ilhas dos Açores que não têm incineradora seja retirado e seja enviado para incineração.

Tudo o resto que é passível de reciclagem, todo o esforço que os açorianos fizeram para a recolha seletiva, todo o empenho que tomem nessas ações, nessa ação até de cidadania, será valorizado, será enviado para destinado final adequado através das respetivas entidades gestoras, até dos respetivos operadores de gestão de resíduos e só aquilo que não puder ser valorizado, não puder ser reciclado, é que será incinerado na Região.

Será melhor talvez na visão do PCP continuar a enterrar os resíduos e deixar que os mesmos poluam o solo e a água durante o resto da sua vida.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é não, Sra. Deputada!

A Oradora: Por agora é só.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma ajudazinha!

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A verdade é que cá estamos nós outra vez a discutir mais um Plano deste Governo, porque de resto parece que se especializou em Planos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E isso é mau?

A Oradora: São planos integrados, planos estratégicos, planos setoriais, planos de revitalização, enfim ...

O único pequeno problema dos planos trazidos a esta Casa por este Governo é que nunca são implementados e nunca o são porque são omissos de medidas claras e definidas que permitam a sua concretização.

A prova disso, Sr. Secretário é o PEGRA, um Plano Estratégico de Gestão de Resíduos não se pode limitar a retirar o lixo dos aterros para queimar em incineradoras, independentemente do modelo porque não tenho nada contra as incineradoras e muito de acordo com aquilo que a Deputada Bárbara Chaves disse ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ó Diabo! Não era isso que tinham combinado!

A Oradora: ... era importante e era uma parte muito importante do PEGRA que não se cumpriu que é a valorização dos resíduos, ou seja, nós temos que fazer uma recolha seletiva, valorizar aqueles que podem ser valorizados de uma forma orgânica, reciclar aqueles que podem ser reciclados como o papel e como o vidro e aquilo que não tenha outro destino ser incinerado e em última instância assumirem o passivo ambiental que têm e em vez de selarem as lixeiras abrirem e utilizarem isso para alimentar as incineradores que vos ficaria bem.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não senhora!

A Oradora: É verdade porque se precisam depois de ter as incineradoras a trabalhar e o seu PEPGRA vai funcionar lindamente e o senhor vai deixar de produzir lixo que é aquilo que nós estamos aqui a discutir, que é a prevenção da produção de resíduos, se isto tudo funcionar lindamente vamos deixar de produzir lixo ou vamos produzir muito pouco e depois não temos resíduos para alimentar as incineradoras que acabámos de construir e custaram milhões.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Importamos!

A Oradora: Portanto, assumimos o passivo ambiental que existe e esse que já não há nada a fazer, vamos incinerar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Queima-se o lixo e o dinheiro!

A Oradora: A verdade é que a valorização dos resíduos que era suposto ser um dos desideratos do PEGRA não foi cumprido passados sete anos da sua aprovação nesta Casa, ou seja quase dois mandatos desta governação socialista e continuamos a ter uma taxa de recolha seletiva de apenas 35%, só separamos 35% do total de resíduos e a taxa de reciclagem é de 23%, um Plano que os senhores na altura defenderam que ia funcionar lindamente, que havia problemas na Região mas com o PEGRA agora é que nós íamos conseguir fazer a gestão dos resíduos e continuamos no ano de 2016 com uma taxa de reciclagem de 23%.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros): O que é mau?

A Oradora: O PEPGRA que é o Plano que agora vem prevenir a produção dos resíduos novamente é muito claro em diagnóstico mas muito pouco ambicioso em soluções.

Se não vejamos: quais são efetivamente os instrumentos operacionais deste Plano que o Governo nos traz cá hoje? São as medidas.

Das medidas que são apresentadas neste plano eu devo dizer-lhe: algumas são uma cópia *ipsis verbis* do Decreto Legislativo Regional 29/2011. Uma cópia *ipsis verbis*!

Outras, são um rasurado de uma conversa tão rebuscada que eu acho que é muito difícil a gente perceber o que é que isto quer dizer na prática e eu passo a ler-lhe:

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é “lixo”!

A Oradora: “Desenvolvimento de indicadores eficazes e relevantes das pressões ambientais associadas à geração de resíduos destinados a contribuir para a monitorização e avaliação das políticas e práticas de prevenção de resíduos nos Açores e *benshmarketing* entre indicadores e outros sistemas de indicadores similares”. Isto é uma medida operacional que as pessoas supostamente deviam saber: “Olhe, eu com esta medida vou aplicá-la e vou deixar de produzir resíduos!”. Eu nem sequer percebo o que é que isto quer dizer.

Mais, a entidade competente diz “Universidade dos Açores”! Eu gostava de saber como é que o senhor põe num Plano a Universidade dos Açores responsável por desenvolver isto tudo. O senhor pode dizer que quem é a entidade responsável é a Direção Regional do Ambiente e que está disposta a pagar à Universidade dos Açores ou tem um projeto que precisa que alguém concretize e que lhes vai financiar para que faça um projeto muito claramente definido pelos senhores com os indicadores que querem, agora a entidade responsável a Universidade dos Açores!

Depois, remete para a conversa do costume que é com pedagogia, com esclarecimento das pessoas, com uma educação ambiental para as pessoas deixarem de produzir resíduos.

Eu devo dizer, Sr. Secretário, que há coisas que não sei se é para rir ou se isto é mesmo à séria. Eu passo a ler-lhe a medida 12: Através dessa pedagogia

“incentivar a utilização de fraldas e resguardos reutilizáveis, vulgo as fraldas de pano, dada a inexistência de soluções de valorização para as fraldas e resguardos descartáveis, através de realização de ações de educação e sensibilização ambiental junto dos utilizadores”.

Eu pergunto-lhe Sr. Secretário, qual é a estratégia pedagógica que o senhor tem para convencer uma única mãe na Região a deixar de usar fraldas descartáveis e resguardos descartáveis para passarmos ao tempo em que se lavava, esfregava e passava a ferro fraldas de pano?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: Eu não acredito que com pedagogia e com ações de sensibilização o senhor consiga que uma única mãe nos Açores o faça.

Já agora pergunto-lhe se o Governo Regional para dar o exemplo desta pedagogia está disposto a implementar esta medida nos hospitais da Região e nos centros geriátricos e nas casas de terceira idade onde se vai deixar de usar fraldas e resguardos reutilizáveis para passar a usar fraldas e resguardos reutilizáveis?

É com medidas destas que os senhores querem implementar um Plano de Prevenção de Resíduos?

Este Plano é novamente à semelhança do que foi o PEGRA e os resultados estão aqui com os valores que o senhor hoje nos trouxe, mais um manual de boas intenções que não tem instrumentos operacionais que permita uma verdadeira prevenção da produção de resíduos na Região.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixem-me começar esta intervenção atribuindo ao atual Diretor do Ambiente e ex-Deputado desta Casa, Dr. Hernâni Jorge, o prémio Zandinga e vou aqui relembrar o que é que disse o Dr. Hernâni Jorge em 2008: “Não podemos estar satisfeitos nesta Casa com o tratamento e destino final dado a grande parte dos resíduos produzidos nos Açores, maioritariamente depositados em aterro com os métodos de valorização trazidos a representar uma franja pouco significativa na atual matriz de gestão. Disse, repito e mantenho”.

Agora passamos à segunda afirmação que entra num cenário tipo “guerra das estrelas”.

“É com este Plano agora aprovado que aponta os cenários tecnológicos para uma gestão que aposta essencialmente na valorização destes resíduos que nós podemos dar o passo que nos falta dar, seguimos em frente no caminho mais adequado à gestão efetiva dos resíduos desta Região resolvendo o problema”.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu adivinho quem é que disse!

Deputado André Bradford (PS): Não é preciso adivinhar, ele já disse!

O Orador: Meus senhores, passados sete anos, a verdade é que não foram apresentados relatórios de progresso porque nada disto foi feito; a verdade é que temos valores baixíssimos, já aqui foi referenciada a taxa de reciclagem que representa apenas 23%; já aqui temos referenciado também a situação do ponto de vista dos valores residuais, do ponto de vista da valorização dos resíduos e portanto temos um conjunto de problemas por resolver, para não falar na não existência e impossibilidade de autossustentação do sistema e também dos evidentes problemas de financiamento que dele resultam.

Também já foi aqui referenciado que esta situação, estas fragilidades não preocupam o Governo que em tempos de fiscalização apenas concebe um valor de 5 000 euros do ponto de vista do Plano e Orçamento.

Por isso, meus senhores o cenário não podia ser pior. Nós não temos forma de acreditar que este Plano Estratégico de Prevenção e Gestão dos Resíduos dos Açores possa ter um destino melhor do que teve o que o antecedeu, do que teve o PEGRA.

A verdade é que estes sete anos demonstraram que o Governo foi absolutamente ineficaz do ponto de vista de grande parte do que projetou e atualmente continuam as dificuldades, o Sr. Secretário com certeza sabe também o que se está a passar no Centro de Processamento de Resíduos na Ilha do Corvo. Não tenho nesta câmara, penso que não o devo fazer, de lhe descrever a situação que se vive em relação à eficácia e de facto ao funcionamento efetivo deste Centro de Processamento, que tenho um conhecimento específico. Noutros locais sucederá algo semelhante.

Por isso meus senhores, por tudo aquilo que aqui já foi dito, de facto este novo Plano significa muito pouco ...

Deputado José Ávila (PS): Para si!

O Orador: ... porque do ponto de vista do conceito é o mesmo, do ponto de vista dos mecanismos de aplicação e de sucesso, eu considero que este Plano não tem de facto condições objetivas para o obter.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Gostaria em primeiro lugar e antes de responder a algumas das questões que aqui foram colocadas de manifestar a minha estupefação pela forma como algumas das Sras. e Srs. Deputados apreciaram nas suas intervenções aquilo que se tem feito na Região e que consta do PEGRAA.

Não me parece que seja uma análise séria, uma análise fundamentada e sobretudo uma análise atenta àquilo que aconteceu nos últimos anos em todas as nossas ilhas.

Deputado André Bradford (PS): Não lhe parece e não é, Sr. Secretário!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah é, é!

O Orador: É certo com alguns problemas que ao longo do tempo e em alguns momentos em audições que eu participei na Comissão de Ambiente tivemos oportunidade de analisar e de eu próprio reconhecer, mas penso que o balanço que hoje em dia podemos fazer, tal qual tive oportunidade de referir na minha intervenção inicial é bem positivo relativamente aos objetivos que foram definidos para a gestão de resíduos na nossa Região.

Começou o Sr. Deputado Aníbal Pires por tecer um conjunto de considerações que permita-me V. Exa. referir penso que não leu com atenção aquilo que está no PEPGRA ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah li, li!

O Orador: ... e não tem tido a atenção devida àquilo que é o calendário do PEPGRA.

Começou por criticar aquilo que se fez em termos de discussão pública.

Eu devo referir, Sr. Deputado, gostaria de relembrá-lo que houve três momentos em que este documento foi a consulta pública, conforme decorre aliás da lei. Uma primeira consulta pública sobre o processo da sua elaboração que decorreu entre 26 de fevereiro de 2014 e 26 de março de 2014. Foram convidadas 118 entidades a participar, incluindo o CRADS;

Uma segunda consulta pública, Sr. Deputado, sobre a versão preliminar do documento que decorreu em setembro de 2014, dirigido às mesmas entidades.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Onde é que estão os dados dessa discussão?

O Orador: Já lá vamos.

E uma terceira discussão pública da proposta final, essa sim decorreu em tempo natalício, que foi em dezembro de 2014 e janeiro de 2015 e que também foi presente à reunião do CRADS em 9 de janeiro de 2015, aliás respondendo também a uma crítica sua devo dizer que no decorrer desta Legislatura já o CRADS reuniu pelo menos três vezes, em três distintas ilhas cumprindo o calendário que lhe é devido.

Portanto, Sr. Deputado, penso que ficará bem esclarecido relativamente a esta matéria e convido-o a consultar o resultado da consulta pública à qual apenas responderam, para pena nossa, a Azormed, o BE, a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, a Equiambi e a Quercus. Não vejo o PCP, provavelmente andou desatento destas matérias.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Onde é que estão esses dados?

O Orador: Está aqui o documento, terei muito gosto em facultá-lo.

Depois, o Sr. Deputado certamente com alguma ironia referiu-se àquilo que tem sido a política e os métodos de selagem das lixeiras, dizendo de uma forma, que me permita dizer, grosseira, que se trata de colocar cobertura por cima do lixo.

Não é isso, a Deputada Bárbara Chaves na sua intervenção já teve oportunidade de detalhar do ponto de vista técnico como é que estas coisas são feitas e portanto convido-o a visitar essas empreitadas, nas ilhas Graciosa e Flores onde elas já estão concluídas e certamente mudará a sua opinião.

Relativamente à inspeção eu devo referir que de facto há uma ação no Plano que confere 5 000 euros à IRA, tem a ver com planos que a IRA vai desencadear ao longo deste ano mas há uma outra ação, a 12.4.3, onde estão inscritos cerca de 200 mil euros, 194 mil euros, para ações de fiscalização e vigilância que naturalmente serão também utilizados para estes fins, aliás tivemos oportunidade de discutir isso em Comissão e na discussão do Plano para 2016 nesta Assembleia e nas Comissões que antecederam essa discussão.

Depois gostaria também de referir, respondendo ao Sr. Deputado Aníbal Pires e também ao Sr. Deputado Luís Rendeiro, gostaria de me centrar naquilo que são as capacidades dos Centros de Processamento de Resíduos que existem em todas as ilhas, aliás aproveito para referir que todos eles, presumo que o Sr. Deputado Luís Rendeiro saberá isso, estão consignados, todos eles estão em funcionamento pleno, com exceção do Centro de Processamento de Resíduos de Santa Maria, que já parte funciona, a estação de transferência de resíduos, pelos motivos que também tivemos oportunidade de em Comissão e em diversos momentos referenciar, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Então o documento que estamos a analisar aqui está errado, Sr. Secretário!

O Orador: ... aliás grande parte dos atrasos que aconteceram com a entrada em funcionamento dos Centros de Processamento de Resíduos tiveram a ver com reclamações dos concorrentes aos concursos públicos que decorreram processos em tribunal e que por essa via atrasaram a entrada em funcionamento dos referidos Centros.

Relativamente às duas centrais de valorização energética de S. Miguel e da Terceira, gostaria também de tecer aqui algumas considerações.

No início desta Legislatura tivemos oportunidade em diferentes momentos de promover e discutir esses assuntos com as entidades gestoras das ilhas de S. Miguel e Terceira, no sentido de reformular, conforme também foi público esses projetos, reduzindo a sua capacidade que se afigurava de facto necessário passando a Central de Valorização Energética da Ilha Terceira, de uma capacidade máxima de 80 000 toneladas, salvo erro, para 40 e em S. Miguel de 148 para 80, com máximo de 100 mil toneladas por ano.

Foi também um dos motivos ponderados que com responsabilidade fizeram com que nós tivéssemos de facto que reapreciar esses projetos no sentido de redimensioná-los àquilo que é a gestão correta dos resíduos da nossa Região,

referindo-me também à questão da falta de informação, com base na informação que é corrente, que é pública e que está registada no SRIR, no Sistema Informático de Registo de Política de Resíduos, onde estão todas as informações necessárias a tudo aquilo que tem a ver com a política de gestão de resíduos, com os fluxos de resíduos, enfim com toda esta problemática que naturalmente é permanentemente e não bienalmente, é permanentemente registada e avaliada.

Pedi também o Sr. Deputado Luís Rendeiro esclarecimentos relativamente ao ponto da situação das Centrais de Valorização Energética relativamente à Ilha Terceira, como muito bem disse, já está em período experimental.

A questão que tem a ver com o consumo mais alto de combustível nesta fase inicial tem a ver com o facto de não estar ainda concluída a central de trituração de resíduos, portanto os resíduos são utilizados sem serem triturados, o que lhes confere, como naturalmente também sabe, menor capacidade calórica e daí esse consumo mais elevado nesta fase.

Relativamente à Ilha de S. Miguel, como sabe este processo é liderado pela Musami, tive o cuidado de inteirar-me da situação, neste momento corre o concurso público internacional conforme tive oportunidade de referir, foi um concurso que foi lançado com um preço base de 68 milhões de euros, neste momento existem já dois concorrentes seleccionados com duas propostas distintas uma de 64 milhões de proposta e outra de 53.

Estas propostas estão a ser avaliadas pelo respetivo júri no sentido de muito em breve, dentro dos prazos legalmente estabelecidos, poder ser feita a contratação e a adjudicação desta empreitada.

Digo também ou relembro também que neste processo, foi recentemente, em agosto de 2015, adjudicado à empresa EFACEC Marques, a construção, conceção e fornecimento e montagem da estação de triagem automática que faz parte deste complexo.

Portanto, o processo decorre dentro da normalidade nestes calendários e nesta situação.

Relativamente à questão das lixeiras já falámos.

Dos transportes que o Sr. Deputado Aníbal Pires levantou, devo referir que nos processos de adjudicação e de consignação dos vários Centros de Processamento de Resíduos que existem, que estão construídos e que estão em pleno funcionamento na Região, esse custo é também imputado aos respetivos operadores.

Portanto, aquilo que é a política que está claramente definida no PEGRA e que agora tem a sua continuidade com o acréscimo da componente de prevenção, contempla essa situação, ou seja todos os aterros e lixeiras serão selados, os centros de processamento das ilhas menos populosas têm por missão a receção, triagem dos diferentes resíduos e remetem para as ilhas Terceira e S. Miguel, para as centrais de valorização os resíduos não recicláveis para efeitos de valorização energética.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A lixeira no Corvo a céu aberto está transbordar!

O Orador: Foi isso que sempre ficou definido, é isto que tem sido posto em prática e é isto que o PEPGRA continuará naturalmente a contemplar.

O PEPGRA, Sr. Deputado Luís Rendeiro não é de facto um plano novo, não é de facto um plano completamente diferente do PEGRA, nem poderia ser, nós estamos a falar de uma forma integrada num processo muito sério para a Região e portanto não teria sentido que ao fim da primeira fase de vigência fizéssemos uma coisa naturalmente, totalmente diferente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tinha era que se ter feito à antiga. Não está feito!

O Orador: É esta sequência que estamos aqui a respeitar, introduzindo aqui, agora, a componente de prevenção no sentido de podermos atingir as metas que estão definidas pela União Europeia para 2020.

O facto de termos agora 23% de resíduos reutilizáveis é de facto animador, não é preocupante, Sr. Deputado Paulo Estêvão. É animador porque nós estamos a falar em 23% de resíduos recicláveis quando temos estes números fundamentados basicamente a dois centros, designadamente nas Flores e na Graciosa, que já estão em funcionamento há cerca de dois e três anos, mas estamos plenamente convictos de que com a entrada em pleno funcionamento de todos os restantes centros de processamento de resíduos de toda a nossa Região e com a implementação desta política que está consagrada neste Plano, certamente estas metas que estão definidas para 2020 serão naturalmente ultrapassadas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso até parece uma crítica ao seu antecessor, Sr. Secretário!

O Orador: Nesta minha primeira intervenção ficar-me-ei por aqui.

Muito obrigado.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues) e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PEGRA deveria ter estado em vigência desde 2008 e estar concluído em 2013.

Por aquilo que pudemos ouvir pela intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, de facto foi preciso corrigir uma data de coisas que estavam mal feitas, desde logo o dimensionamento das infraestruturas, porque isto com o anterior Secretário Regional tudo era à grande e depressa. Era um tal fazer empreitadas: foi nas escolas, foi nos resíduos, foi em todo o lado. À grande e depressa! E ao fim e ao cabo, nem depressa nem à grande!

O PEPGRA, que agora estamos a discutir é para estar concluído em 2020 e tendo em conta aquilo que falta perfazer, onde se produzem 60% dos resíduos da Região, que é a ilha de S. Miguel, esperemos que de facto em 2020 isto esteja completo. Esperemos que esteja!

Eu julgo que o Sr. Secretário Regional, apesar de certamente bem intencionado esquece-se que isto não tem corrido propriamente bem porque se há bons resultados nas Flores e na Graciosa, e há efetivamente bons resultados nas Flores e na Graciosa, olhe no Corvo não há bons resultados, ...

Deputado José Ávila (PS): Mas vai haver!

O Orador: ... a lixeira está a transbordar como disse e muito bem o Deputado Paulo Estêvão e naquilo que lá está construído o teto já voou ...

Deputado André Bradford (PS): Ele não disse isso! Disse como é que estava!

O Orador: Eu sei que o Sr. Vice-Presidente do PS fica muito incomodado com as intervenções da oposição mas vai ter paciência, participe no debate, inscreva-se, faça qualquer coisa de construtivo.

Deputado André Bradford (PS): Não! Era só para lhe dizer que não foi isso que ele disse!

O Orador: Em S. Jorge e no Pico os problemas foram tão grandes que os contenciosos em tribunal se arrastaram durante imenso tempo o que levou a que tarde se pudessem pôr em funcionamento aqueles investimentos.

Em S. Miguel, como já disse não se fez nada e até a título juncoso se pode dizer que “em S. Miguel está tudo no papel”.

Na Terceira efetivamente não está a correr bem o arranque da incineradora. Não está!

(Aparte inaudível do Deputado António Parreira)

O Orador: Já falta o aparte do Deputado António Toste.

Deputado António Parreira (PS): Não posso mandar apartes? Fica incomodado com os apartes!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: Na Terceira o que está a acontecer é uma questão óbvia.

(Aparte inaudível do Deputado António Parreira)

O Orador: Eu não quero que a minha intervenção perturbe os apartes do Deputado António Toste.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Luís Rendeiro continue a sua intervenção.

Tem a palavra Sr. Deputado.

O Orador: Na Terceira o que se tem verificado é que de facto a capacidade calorífica dos resíduos que estão a ser produzidos na ilha e o teor em humidade dos mesmos, não permite o arranque da central, nem a autonomização da mesma, face àquilo que está a ser o gasto diário de gasóleo naquela central e isso é muito preocupante.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É deitar acendalhas para dentro!

(*Apartes inaudíveis*)

O Orador: Posso continuar, Sra. Presidente?

Muito obrigado. Agradeço-lhe a atenção.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Peço desculpa, Sr. Deputado Rendeiro!

O Orador: Há muitos casos em que as lixeiras não são, pura e simplesmente seláveis. Não são! Tem que se ir lá recuperar e retirar os resíduos e eliminar o passivo ambiental.

Estou a lembrar-me de um caso que lhe mencionei em Comissão, que é o caso da lixeira na Calheta. Há lixeiras que não são seláveis e este documento não tem isso em conta.

Não me respondeu também às dificuldades que muitos municípios estão a ter para implementar os sistemas de recolha seletiva, nem mencionou quais são aqueles que não conseguiram pura e simplesmente fazê-lo.

Depois, é no próprio PEPGRA, neste documento que estamos a analisar, na sua análise *swot*, que quer nos pontos fracos, quer nas ameaças tem aqui um conjunto de questões que não poderiam estar presentes depois de oito anos de vigência de um PEGRA, de um plano anterior.

Para já o que aqui diz é que apenas foi concessionada a gestão de três, dos sete centros de processamento de resíduos, o que é diferente daquilo que o Sr. Secretário aqui nos disse que estavam todos concessionados com a exceção de Santa Maria. Está aqui na página 119, na análise *swot* do PEPGRA.

Portanto, já é diferente o que está no papel, daquilo que o Sr. Secretário nos disse.

Depois diz que “a maior parte das infraestruturas licenciadas para tratamento de resíduos em todas as ilhas apenas assegura armazenagem com vista ao encaminhamento para destino final adequado fora da Região Autónoma dos

Açores e apenas uma pequena parte garante a valorização na Região Autónoma dos Açores”.

Diz também que “o grau de conhecimento relativamente à produção de resíduos agrícolas na Região Autónoma dos Açores é reconhecidamente escasso”, curiosamente outra questão que o Sr. Secretário esqueceu-se de abordar e é também dentro das suas áreas de responsabilidade.

Depois, está aqui mencionado “o atraso na adoção da recolha seletiva em algumas ilhas ou concelhos. Não existe nenhum registo de reutilização pelo que é difícil valer esta opção da hierarquia ao contrário do que acontece com a reciclagem, valorização energética e iluminação”, o que vai ao encontro daquilo que já foi dito aqui por outros colegas Deputados que se calhar o objetivo não é mesmo a reutilização, é mesmo a utilização dos resíduos como combustível para rentabilizar as centrais de valorização energética e relembro que há metas e critérios de reutilização que são impostos pela união Europeia, regras a que todos nós estamos sujeitos e que é importante serem cumpridas e para isso é preciso dados que é o próprio PEPGRA que hoje estamos aqui a analisar que diz que não existem.

Depois, diz uma coisa que é fantástica! “A atividade regulatória da ERSARA na área dos resíduos é pouco perceptível”.

Oh, Sr. Secretário Regional, esta entidade devia fazer alguma coisa e se ninguém percebe o que é que ela faz e se é o próprio PEPGRA que no seu articulado diz que a sua atividade é pouco perceptível, de facto temos todas as razões para estar preocupados.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): São taxas e taxinhas!

O Orador: Depois, de 2008 a 2016, oito anos em que se trata de resíduos na Região, em que os senhores, Governo Regional dos Açores, tratam os resíduos na Região, diz que “a falta de motivação e educação ambiental das populações, transversal a todas as ilhas para uma real consciencialização no que se refere à

prevenção e produção de resíduos e aos impactos dados por esses resíduos na saúde das pessoas e no meio ambiente que é muito reduzida”, Sr. Secretário Regional, então para que serve tudo aquilo que se tem gasto na Região em sensibilização ambiental? Em centros interpretativos, em pedagogia, em formação...? Oh, Sr. Secretário Regional, alguém não está a fazer o seu trabalho e não venha dizer que a culpa é da oposição!

Portanto, nós estamos preocupados com isto, ao contrário daquilo que pensa a bancada do PS, nós queremos que isto funcione e até queríamos que já estivesse a funcionar desde 2013, respeitando o calendário que o Governo Regional dos Açores de então, e este também, se comprometeu a fazer cumprir e são os senhores que estão a falhar e são estas as respostas que os açorianos precisam de ter.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, é normal que ao longo desta discussão tenha começado a haver dúvidas o que é que era o PEGRA e o que é que era o PEPGRA, até porque eu própria não consigo perceber qual é a diferença entre um e outro e passo a ler-lhe o primeiro parágrafo do PEGRA publicado que diz assim: “Pauta-se por uma primeira linha marcada pela prevenção e redução da produção de resíduos pelas empresas e pela comunidade”.

O PEGRA já tinha como o seu primeiro pilar a prevenção da produção de resíduos e portanto aquilo que os senhores agora chamaram de PEPGRA não traz rigorosamente nada de novo a um documento que foi publicado em 2008.

Portanto, gostaria que me explicasse qual é que é a verdadeira diferença.

Mas já agora relembro-lhe que o quadro legal que definia o então PEGRA é publicado logo de seguida à aprovação do Plano aqui que é o DLR 10/2008, passado três anos, e passo a ler: “em face de insuficiências reconhecidas em matéria de regulação dos resíduos foi necessário fazer uma revisão do enquadramento legal” e republica-se o DLR 29/2011 que é exatamente o quadro legal que define o PEPGRA, aquilo que hoje, quatro anos depois os senhores apresentam.

A minha pergunta é: por que é que o Governo Regional só passado quatro anos é que vem apresentar a esta Casa o Plano que definiu em lei há quatro anos atrás?

Já agora, Sr. Secretário, pergunto-lhe novamente: vai ou não vai o Governo Regional aplicar a medida 12, proibindo ou desincentivando a utilização de fraldas descartáveis nos hospitais e nos lares de terceira idade da Região?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não contava fazer esta segunda intervenção mas a falta de realismo do Sr. Secretário, e do Governo do seu conjunto, obriga-me a vir a terreiro novamente, para lhe dizer o seguinte Sr. secretário: todo o seu discurso é um discurso que não corresponde à verdade e vou testemunhar-lhe o seguinte. Na realidade que eu conheço bem, a da Ilha do Corvo, o senhor tem uma lixeira selada? Está selada a lixeira? Não está! Então como é que está a lixeira?

Deputado José Ávila (PS): A lixeira está a caminho!

O Orador: A lixeira está a transbordar! A lixeira está a transbordar! Isso significa que o Centro de Processamento de Resíduos está a funcionar? Não está! Por isso é que está a ser utilizada a lixeira. Aliás o Centro de Processamento de Resíduos cuja aventura foi muito longa, eu fiz quatro ou cinco requerimentos a dizer que faltava o teto, depois que chovia e que as máquina se estragaram, depois que havia falta de pessoal, etc., etc., etc.

Passados todos estes meses (não é passados todos estes meses), passados todos estes anos, a verdade é que as coisas continuam sem funcionar. O Sr. Secretário podia dizer-me assim: não sei, peço desculpa mas não sabia, estou a saber agora! Tive oportunidade de lhe remeter vários requerimentos sobre esta matéria, mas mais do que isso Sr. Secretário, a responsabilidade é sua, a opção é sua porque é o senhor que decidiu não fiscalizar porque contemplar uma verba de 5 000 euros por ano é fazer uma opção e a sua opção é não saber. A sua opção, a sua escolha é: eu não quero saber!

Mas num Parlamento a minha obrigação é transmitir-lhe e dizer-lhe que não funciona, que não funciona e que o senhor tem obrigação de saber e o senhor tem mais do que isso, o senhor tem obrigação de resolver o problema e tem mais do que isso no âmbito deste diploma, o senhor tem a obrigação de não vir aqui fazer discursos absolutamente irrealistas porque o senhor tem um problema ali, como tem ali em muitos outros sítios que não resolveu e que tem obrigação de resolver.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Olá! Temos ambientalista!

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ouvindo a oposição nós em primeiro lugar ficaríamos com a ideia errada que quer o ambiente no País, quer nos Açores, não tinha legislação consignada desde há muito tempo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ainda deve ter o seu dedo nalgumas das obras que não estão a funcionar na Região!

O Orador: Toda a gente sabe que desde a Conferência de Estocolmo em 1972 que se fala em problemáticas ambientais e o País formou uma Comissão Nacional do Ambiente em 1971.

Depois, o Sr. Arquiteto Ribeiro Teles, provavelmente figura querida do Sr. Deputado Paulo Estêvão, foi Secretário de Estado do Ambiente entre 79 e 84, penso eu, e presidindo a essa Secretaria de Estado no então ministério da qualidade devida implementou algumas políticas e os Açores estavam e estiveram durante anos e anos a milhas dessas questões, tanto que foi esta Assembleia já muito tarde que começou de uma forma muito incipiente, vejam lá, a introduzir as noções de reserva natural como o Ilhéu de Vila Franca e até classificar árvores como o dragoeiro, ou *Dracaena draco*, como se diz na gíria científica, por isso há aqui um caminho que é preciso não esquecer, mas o caminho atual é um caminho muito mais positivo do que aquele que foi aqui pintado porque quando este Governo Regional já neste momento tem metade das metas que foram de algum modo inscritas para 2020, para reutilização e reciclagem e já tem metade só com dois centros de processamento de resíduos, obviamente que isto é um dado positivo.

Quando este Governo Regional já tem também 10% de resíduos e embalagens reciclados e quando este processo está em marcha, isso é um processo construtivo e é um processo positivo esse que se está a passar nos Açores.

Quando a Região no final de 2015 tinha já 7 mil e 100 toneladas de embalagens usadas o que representa mais 10% que em 2014, é mais um avanço, ou seja nos Açores há muitos dados que são até assumidos pela Sociedade Ponto Verde,

que tem havido uma trajetória positiva nos Açores, quando a Região, já foi dito aqui, é quase elogiada com grande intensidade por organizações internacionais, por revistas científicas face ao estado do ambiente na Região, os senhores continuam numa fase de resíduos menos próprios para a quantidade de resíduos que existe na Região Autónoma dos Açores.

Por isso o Governo dos Açores tem um plano de prevenção que é um plano que traz um acréscimo, um aporte ao primeiro plano e isso deve ser de elogiar. Se o Governo tinha um plano ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Governo tinha um plano mas não cumpriu, Sr. Deputado!

O Orador: ... que verificou que havia algumas outras coisas que precisava introduzir para melhorar o estado ambiental da Região, fê-lo muito bem e está a fazê-lo com consistência, e ao contrário do que foi dito aqui, está a fazê-lo também de uma forma séria em todas as ilhas e teve também a capacidade em assuntos polémicos como as tais incineradoras de fazer a revisão a esse projeto mas de saber também que a tecnologia neste momento já responde com mais capacidade à não emissão de gases tóxicos para a atmosfera e à reutilização daquilo que fica depositado nessas centrais e tem também uma política para resíduos tóxicos e perigosos de serem tratados, aqueles que não podem ser tratados na Região serem exportados para o continente onde há tratamentos que já são devidos. Por isso é exatamente ao contrário daquilo que os senhores pretenderam pintar com um artigo aqui, um raro ali e um caso além.

É uma política integrada que está a seguir a sua marcha e o seu desenvolvimento e que é uma política que coloca os Açores neste momento já em dois concelhos como um exemplo nacional.

Portanto, esta é sempre a diferença entre a nossa postura e a vossa postura de andarem sempre na cava da onda. Fiquem com ela!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputada Zuraída Soares (BE): Vossa, quem?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional apelo à sua capacidade de síntese porque dispõe apenas de um minuto para responder.

Tem a palavra Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito rápida para dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que é com toda a seriedade e toda a verdade, como aliás é apanágio de tudo o que eu faço na minha vida que eu tenho abordado, eu e o Governo, este problema que tem uma seriedade enorme e que tem uma importância decisiva para a nossa Região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não ponho isso em causa, Sr. Secretário!

O Orador: Eu nunca referi que a lixeira do Corvo estava selada. Está consignada a partir do dia 9 de dezembro de 2015, essa empreitada e portanto foi feita de urgência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma reserva da Biosfera! Temos uma lixeira a céu aberto! Pelo amor de Deus!

O Orador: Eu também nunca referi que não houve problemas ao longo deste processo. Houve problemas. Tivemos oportunidade de debatê-los publicamente. Foram devidamente esclarecidos, felizmente neste momento na sua totalidade estão praticamente resolvidos e estamos em pleno funcionamento com o PEGRA.

Sra. Deputada Graça Silveira, deixe-me dizer-lhe a grande diferença entre o PEGRA e o PEPGRA. O PEPGRA aliás resulta de um articulado do PEGRA

que obriga a sua revisão em determinado momento e é exatamente a inserção de toda a política, de todo o programa de prevenção que faz essa diferença.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino Sra. Presidente.

Estão definidas cerca de 25 medidas para se conseguir esse objetivo, naturalmente a responsabilidade de toda a sociedade civil nos Açores, das autarquias e do Governo conforme tive também oportunidade de referir na minha intervenção inicial.

Só mais um minuto, Sra. Presidente, para dizer ao Sr. Deputado Luís Rendeiro, que de facto, aliás o senhor sabe, todos os Centros estão neste momento consignados, os únicos dois concelhos onde ainda não há recolha seletiva é a Ilha do Corvo e na Ilha de S. Jorge, nós estamos junto das Câmaras Municipais a incentivar esse trabalho no sentido de muito rapidamente isto ser uma realidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não percebo qual é que é a perturbação do Deputado José Contente e da bancada do PS quanto ao facto de nós termos dúvidas e levantarmos questões no debate deste Plano.

De facto o Governo do PS tinha um plano que não cumpriu e não cumpriu no calendário que ele próprio elaborou e foram os governos dos quais o Sr. Deputado fez parte.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, não foi a oposição que não cumpriu com o que planeou, foram os governos do PS e isso é que o Sr. Deputado devia assumir nesta Casa.

Não assume! É um bocadinho como aquele aluno que não consegue passar de ano, há de passar à segunda ou à terceira, há de ir chumbando, chumbando, chumbando até que eventualmente consiga passar.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso com os socialistas passa tudo!

O Orador: Isto talvez seja uma realidade que os senhores consigam perceber melhor.

Depois, o que é normal no PS, e a gente tem visto isto nos sucessivos grandes projetos que surgem ano após ano nos documentos provisionais é não cumprir ou cumprir tarde. Mais uma vez o PEGRA e o PEPGRA revelam o mesmo e os senhores esperam que acreditemos que é agora que se vai cumprir, depressa e bem o que até agora não se cumpriu nem depressa, nem bem.

Portanto, Sr. Deputado José Contente, utilizando um termo que foi seu, que foi o senhor que trouxe para o debate, esperemos que o Sr. Deputado já não seja um resíduo de uma forma de governar que já passou porque eu acredito que o Sr. Secretário Regional tenha outra forma de estar e que vai fazer os possíveis para resolver o problema, mas não espere que lhe estejamos aqui a dar cheques em branco.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado José Contente que políticas esvaziadas de instrumentos que permitam a sua concretização e operacionalização são uma mão cheia de nada. É o que foi o PEGRA e é o que é o PEPGRA.

Gostava de registar que o Governo Regional pela sua omissão não se quer comprometer com a implementação de uma das medidas que propõe aqui que é,

por não existir nenhuma tecnologia ou não existir a possibilidade de tratar as fraldas descartáveis, aquilo que propõe às açorianas e açorianos é que se passe a utilizar fraldas e resguardos reutilizáveis e que não se quer comprometer com o Governo a dar o exemplo de implementar nos hospitais públicos, nos lares de terceira idade e naquilo que está na sua tutela, a utilização das tais fraldas reutilizáveis, vulgo as antigas fraldas de pano.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Rendeiro, por acaso em matéria de repetência eu não tive esse problema, se calhar V. Exa. também não teve, passei sempre.

Mas deixe-me dizer-lhe que não há, como já alguém disse, montanha sem nevoeiro, nem mérito sem resíduos, portanto obviamente que essa questão para mim está bem resolvida.

O que eu trouxe aqui à colação, e é preciso que isso fique claro que isso é verdade, ao contrário do cenário negro que foi pintado sempre aqui com coisas pontuais, há aqui dados positivos que é preciso realçar. Se não é importante no final de 2015 ter mais 10% de situações associadas à reciclagem em matéria de 7 100 toneladas, não me parece que isso seja correto.

Se a Sociedade Ponto Verde indica que o plástico foi o material recolhido que mais cresceu nos Açores no final de 2015, atingindo 23% e as 1 200 toneladas, não sei por que é que isto não há de ser um dado importante e uma evolução positiva.

Se o papel e o cartão foi o material mais recolhido com mais de 3 000 toneladas e mais 8% em 2015 que em 2014, não sei por que é que isso não há de ser realçado.

Se o vidro teve uma recolha de mais de 2 300 toneladas e registou um acréscimo de 6% de 2015 para 2014, não sei por que é que isso não há de ser realçado, ou seja, há efetivamente, independentemente das dificuldades ambientais existirem em muitos lados.

Agora há aqui uma coisa que este Governo assumiu e bem desde o princípio como política: para nós os Açores não estão no estado de permanente primavera colorida ou irizada, ou as atividades ambientais não devem servir só para as questões económicas, mas este Governo tem feito, e quanto a nós de uma maneira correta o seguinte: utiliza os recursos até ao seu limiar possível e está e vai otimizar a sua gestão. É isto que é este programa, é isto que é este Plano. Por isso mesmo nós defendemo-lo com convicção porque aqui está também ambientalmente o futuro dos Açores.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Isto de facto é sempre agradável poder debater estas questões, e outras, com o Sr. Deputado José Contente.

Oh, Sr. Deputado, o regime do PS na Região dura há 20 anos e o PS espera que se bata palmas quando os senhores fazem alguma coisa em 20 anos de governação. Era o que faltava, era que em 20 anos os senhores não tivessem tido um único resultado!

Deputado José Ávila (PS): Mas fez-se muito! Só uma coisa ou outra é que falhou!

O Orador: Lá de vez em quando aparecem uns resultadozinhos e é bom! Coisa nenhuma é que de facto seria verdadeiramente embaraçoso.

Portanto, os senhores esperam que a oposição venha aqui cantar loas aos méritos do PS! Pois podem esperar sentados! Os senhores estão no poder há 20 anos! É evidente que quando numa área como esta dos resíduos se começou, como eu aqui disse na minha intervenção inicial, numa base zero, em que não havia leis, em que não se abordava esta problemática ...

(Aparte inaudível).

O Orador: Não! Não havia direito comunitário na matéria, não havia direito nacional na matéria, não havia direito regional na matéria!

Deputado José Ávila (PS): Era abrir buracos e meter para dentro!

O Orador: É inevitável que quem começa do zero consiga ao fim de 8 anos ter resultados de 20%! Era bom!

Mas vamos lá discutir uma área que o senhor deveria dominar muito bem, vamos falar dos resíduos da Ilha de S. Miguel, que é onde está o problema maior e disso o senhor não quer falar!

S. Miguel tem a maior densidade demográfica e económica da Região, tem a maior produção de resíduos da Região, aí não está tudo mais atrasado! Fale lá disso! Governem lá melhor um bocadinho!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há uma coisa que eu devo dizer nesta discussão que já foi demonstrado que houve aqui uma progressão.

Obviamente que eu percebo que não se possa falar dos vossos 20 anos. Não há nada para falar!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores até é que povoaram os Açores!

O Orador: Nessa matéria não há nada para falar!

Portanto, eu percebo isso, aliás o senhor assume que se começou do zero mas se se começou do zero não foi por nossa responsabilidade.

Depois, já que falou na Ilha da S. Miguel, que é um aspeto importante com mais de metade da população dos Açores, com mais problemas em todos os setores e também com mais indicadores em mais de metade em tudo, é importante chamar também para a colação desta questão, o papel das autarquias...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ohhh!...

O Orador: ... e as autarquias nos Açores têm um papel fundamental. Por que é que o senhor na sua intervenção nunca falou à necessidade de neste processo regional as autarquias estarem associadas? Elas não têm nenhuma responsabilidade na triagem do lixo? Elas não têm nenhuma responsabilidade na primeira fase da minimização desses problemas?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem é que preside à AMIS? Quem é que preside a AMRAA?

O Orador: Têm sim senhor!

Portanto, nós não temos problema nenhum em falar nos resíduos, sejam eles quais forem, de Santa Maria ao Corvo.

Pelos vistos os senhores é que esquecem algumas situações, ora sabe-se lá porquê?

Se calhar as autarquias terão essa resposta.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos então passar à votação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Vamos começar pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP, uma abstenção do PPM, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Este diploma tem cinco artigos, eu pergunto se os posso colocar à votação em conjunto?

Não há oposição.

Sendo assim estão os cinco artigos que compõem este diploma à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP, uma abstenção do PPM, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global o diploma foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP, uma abstenção do PPM, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD entende que as questões ambientais e o tratamento de resíduos são fundamentais numa Região com a sustentabilidade ambiental que se quer para os Açores, entendemos que este é um documento efetivamente importante para a governação regional e para os dias de hoje.

Abstivemo-nos, viabilizando e não nos opondo ao documento porque de facto entendemos e acompanhamos a importância desta temática na governação.

Não damos o nosso voto favorável pelas dúvidas que temos e que foram patentes neste debate e pelo facto de já terem havido compromissos e calendarizações assumidas pelo PS e pelos seus Governos Regionais, num passado bastante recente e que não foram concretizadas, não foram bem concretizadas e não foram atempadamente concretizadas.

Portanto, esperemos que agora este desiderato possa ser possível. A nossa abstenção é uma viabilização do documento ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: ... mas não vos podemos dar um cheque em branco, temos dúvidas e esperemos que de facto este barco chegue a bom porto e que o tratamento e valorização de resíduos na Região seja um sucesso, mas temos dúvidas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aprovámos hoje nesta Casa um plano sectorial estratégico para a Região Autónoma dos Açores, vai permitir continuar a desenvolver o bom trabalho que os governos do PS têm feito na Região em termos ambientais, não só na área dos resíduos mas em todos os outros setores, na parte da conservação da natureza, na parte dos recursos hídricos, em todas as áreas de governação em termos ambientais.

Este plano irá contribuir de uma forma muito significativa para a qualidade de vida dos açorianos, para a qualidade ambiental dos açorianos, irá permitir que a poluição dos solos e das águas seja minimizada, vai permitir e irá potenciar a prevenção da produção de resíduos nos Açores que é fundamental e é nesta fase que tem que ser feita.

Não podia ter sido feita antes e existiu um longo caminho para chegarmos até agora a esta fase, é agora que tem que ser implementado esse programa de prevenção.

Não se pode começar a casa pelo teto, começamos do início, começamos com a base zero em que não existia nada e chegámos até agora.

Não reconhecer as virtudes dos planos que ao longo dos anos têm sido implementados pelo Governo Regional dos Açores, pelo PS, é não conhecer a nossa realidade ambiental ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: ... é não ter a mínima noção de como é que a situação estava em 96 ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... na altura em que os senhores felizmente saíram do Governo Regional.

Deputada Marta Couto (PS): Muito bem!

A Oradora: Com muita convicção, com muita determinação, aprovamos este Plano e iremos continuar juntamente com o Governo Regional do PS a desenvolver os Açores, implementar boas práticas ambientais e também ajudar a população a conseguir separar os seus resíduos, a fazer a sua gestão de resíduos o mais eficaz possível.

Assim fizemos e assim continuaremos a fazer!

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente a Região precisa de uma política no que se refere aos resíduos. É verdade que havia um longo caminho a percorrer. Aquilo que este Governo se propôs com o PEGRA foi ambicioso, que era uma verdadeira gestão dos resíduos. A verdade é que o PEGRA resumiu-se a retirar resíduos dos aterros e coloca-los em incineradoras. A valorização dos resíduos e a sua prevenção que já era um dos desideratos do PEGRA não foi cumprido de todo. Neste momento a Região é muito deficitária na recolha seletiva, é mais deficitária ainda na valorização e na reutilização dos resíduos.

Portanto, políticas esvaziadas de instrumentos que permitam a sua operacionalização são uma mão cheia de nada.

Portanto, o CDS-PP não pode dar outro voto se não abster-se.

Não votará contra um Plano que prevê a prevenção da produção de resíduos e a sua respetiva gestão, dada a importância que é essa política para a Região, mas na realidade não é com o plano que nos foi trazido hoje aqui que nós vamos conseguir cumprir esse desiderato.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos continuar com os nossos trabalhos.

O ponto 5 da nossa Agenda é o **Projeto de Resolução n.º 127/X – “Homologação do ensino secundário da viola da terra nos Açores”**.

Este Projeto de Resolução é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As questões sociais e económicas são muito importantes. Sempre e sobretudo em tempo de degradação ou recessão.

Mas isso não deve dispensar ou sequer menosprezar outros aspetos determinantes da qualidade de vida, como a Cultura.

Todas as formas de expressão cultural merecem o devido respeito, mas preservar a tradição da cultura popular requer uma especial atenção.

Uma das manifestações representativas da tradição identitária do povo açoriano é a música, que tem na Viola da Terra o seu símbolo estruturante.

A “Viola da Terra” – ou “Viola dos Dois Corações”, como também é conhecida – é o mais típico instrumento musical da Região Autónoma dos Açores.

Desde sempre e ainda hoje, é presença emblemática dos nossos grupos folclóricos, folias do Espírito Santo, ranchos de serenatas e cantorias ao desafio, de Santa Maria ao Corvo, de Toronto à Califórnia.

A viola terá chegado ao Arquipélago na segunda metade do século XV, trazida pelos primeiros povoadores portugueses, tendo embora certamente características atuais herdadas de sucessivas gerações de construtores locais.

É hoje tipicamente constituída por uma caixa-de-ressonância em forma de oito, braço comprido e escala de vinte e um pontos com doze cordas de arame dispostas em cinco parcelas (com a particularidade de apresentar quinze cordas em oito parcelas na Ilha Terceira) e destaca-se geralmente pela abertura do tampo em forma de dois corações.

Já a sua interpretação é diferenciada pelo toque rasgado (Faial, Pico, Flores e Corvo), dedilhado (Terceira, Graciosa e S. Jorge) ou ponteadado (S. Miguel e Santa Maria).

As suas singulares características físicas e sonoras, desenvolvidas em meio milénio no isolamento das ilhas, fazem com que se diferencie das suas congéneres nacionais – como, por exemplo, a “Viola de Arame” da Madeira, a “Viola Braguesa” de Braga ou a “Viola Campaniça” do Alentejo – e que se assumam, desde sempre e para sempre, como o principal instrumento do folclore açoriano.

Transmitido popularmente de geração em geração, sobretudo no âmbito dos grupos folclóricos de todas as ilhas, o nosso instrumento maior chega finalmente ao ensino oficial de música, no ano letivo de 1982/1983, com o primeiro “Curso Livre de Viola da Terra” do Conservatório Regional de Ponta Delgada, lecionado pelo mestre micalense Miguel de Braga Pimentel.

No ano letivo de 2005/2006, a “Viola da Terra” é lecionada, pela primeira vez, em regime de curso curricular, na sequência da aplicação da Portaria nº 27/2004 que a coloca em igualdade de circunstâncias com todos os demais instrumentos musicais lecionados nos Conservatórios dos Açores.

No Conservatório Regional de Ponta Delgada, o curso curricular de “Viola da Terra” é inicialmente ministrado por Ricardo Melo e, atualmente, por Rafael Carvalho, embora sempre e ainda desprovido de reconhecimento oficial para a sua necessária continuidade ao nível do ensino secundário.

A própria Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional reconhece que “*o curso básico de Viola da Terra existe apenas no contexto cultural e legal da Região Autónoma dos Açores*” e acrescenta “*ser legítimo que os alunos que o frequentam pretendam prosseguir estudos de nível secundário nesta área*”.

Volvidos cinco séculos de divulgação popular, três décadas de curso livre e dez anos de curso curricular, a “Viola da Terra” precisa e merece dar o passo que lhe falta para a dignificação pedagógica, como instrumento de excelência da música açoriana, com a homologação regional da sua aprendizagem no ensino artístico de nível secundário, para os devidos efeitos.

A Região Autónoma dos Açores começou por ser a pioneira nacional na lecionação oficial da sua viola regional.

Está agora a ser ultrapassada pela Região Autónoma da Madeira e pela região norte do continente português ao nível do reconhecimento oficial do ensino secundário de instrumentos tradicionais.

Mas pode e deve dar o passo que falta para recuperar o tempo perdido.

É por isso que o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa dos Açores que recomende ao Governo Regional que assegure, junto do Governo da República, a homologação do ensino secundário da “Viola da Terra”.

E que diligencie a sua conseqüente implementação na Região Autónoma dos Açores, através do Conservatório Regional de Ponta Delgada e das escolas de ensino artístico integrado, designadamente e atualmente, nas ilhas Terceira, Faial, Pico e Graciosa.

Esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, a avaliar pelo respetivo Relatório da Comissão Permanente dos Assuntos Sociais, poderá merecer a unanimidade do Parlamento dos Açores, incluindo a manifesta disponibilidade do Governo Regional.

Por isso não vale a pena prolongar – e, muito menos, polemizar – esta sua apresentação em plenário.

Estamos, todos juntos, do mesmo lado – do lado da preservação e da dignificação da tradição cultural do povo açoriano.

Assim se dignifica e desenvolve a nossa “Viola dos Dois Corações”.

Um coração conforta o passado.

O outro abraça o futuro.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com prazer que vemos vir a debate um instrumento que é no fundo um valor que se reveste de valor simbólico e cultural de inegável importância, a viola de dois corações, como o Sr. Deputado muito bem apresentou, que é aliás uma belíssima denominação para aquele objeto de valor cultural inestimável, que está muito para além da beleza da sua sonoridade particular.

Já foram referidos ali os aspetos que constituem aquele objeto que nos é a todos tão caro.

Não será demais dizer que em já em “Saudades da Terra” Gaspar Frutuoso falava da viola da terra, portanto estamos de facto todos de acordo quanto à importância que se reveste este instrumento que nos é tão particular.

Em 82, deu-se de facto o início da sua lecionação; no ano letivo de 2004/2005 passa a pertencer ao curso básico do ensino da música; em 2012 e como bem sabeis houve uma proposta para que fosse inserido no currículo regional do ensino secundário, no entanto não consta da listagem nacional, todos sabemos disso e em matéria de matriz curricular a competência é nacional ao nível do secundário, portanto a homologação não poderia ser uma competência exclusiva nossa.

Esta primeira proposta foi, infelizmente indeferida, padecia de uma série de (como chamar-lhe?) fragilidades formais que foram aliás reconhecidas pelo próprio professor Rafael Carvalho, um executante exímio e que de todos nos merece referência neste debate. A Secretaria Regional de então sugeriu a sua lecionação como oferta de escola e assim tem acontecido até ao presente que por si só prova bem a valorização que o Governo Regional confere a este objeto e de todo rejeitamos que não tenha estado do lado da valorização como o Sr. Deputado pretendeu sugerir na sua intervenção.

O PS, pois irá votar favoravelmente este Projeto de Resolução. Eu creio que temos que estar todos disponíveis para explorar em conjunto as várias hipóteses que se possam abrir para que realmente seja homologado o seu ensino e eu creio que uma parceria necessária entre a Região e o Conservatório Regional será o caminho certo para que lá cheguemos e para que vejamos, finalmente, também nós achamos finalmente inserida a viola da terra no ensino secundário da música, uma vez que a proposta anterior carecia de alguns elementos que neste momento estão reunidos, parece-nos que estão reunidos pelo depoimento do próprio professor, portanto obviamente tudo teremos a favor na votação deste projeto de resolução.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A música tradicional açoriana tem as suas raízes nos primeiros povoadores, na sua maioria portugueses, que trouxeram consigo os costumes e, aqui, com o isolamento e características peculiares destas ilhas, moldaram uma maneira própria de vida.

A mais antiga referência à viola da terra aparece num documento de venda de um terreno datado de 1479, em que o proprietário, em troca, recebe quatro carneiros e uma viola.

Conhecida também por “viola de arame” (por possuir cordas feitas de fio de arame e não de aço) ou “viola de dois corações” (por possuir as aberturas do tampo com essas formas), a viola da terra ao chegar aos Açores, tomou características comuns a todas as ilhas, mantendo os seus fundamentais traços primitivos, mas, adquirindo afinações e particularidades diferenciadas.

Assim, transformou-se no mais típico instrumento musical do arquipélago, desempenhando ao longo dos tempos um papel importante nas manifestações lúdicas do nosso povo e, por isso, adquirindo grande importância social e cultural nestas ilhas.

Atualmente, os diversos grupos folclóricos existentes no arquipélago continuam mantendo vivas as manifestações musicais de tradição açoriana e a tradição, associada à contemporaneidade que acabou por trazer algumas reinvenções do instrumento e dos sons que lhe são associados, acaba encontrando no turismo das ilhas um fator de estímulo e um importante porto de abrigo da viola da terra.

A viola da terra começa novamente a conquistar o seu espaço e a ganhar algum terreno na Cultura Açoriana, alargando-se ao espaço urbano e aumentando ainda mais a carga simbólica e identitária que possui, ao adaptar-se, assim, aos novos tempos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Antes da criação do curso oficial de viola da terra, entre 1982-86, funcionaram cursos livres do instrumento no Conservatório Regional de Ponta Delgada.

Mais tarde, em 2005, foi criado o curso básico de viola da terra, como parte integrante do programa curricular daquele Conservatório Regional.

O facto de, neste momento, não existirem vagas disponíveis para mais alunos no Curso Básico de Viola da Terra é demonstrativo do crescente interesse que se tem gerado em torno do instrumento, tão particular e característico da Cultura popular açoriana e é fundamental que se faculte àqueles que iniciaram este curso a possibilidade de prosseguirem com os estudos.

Por essa razão, hoje, está a Assembleia Legislativa a recomendar que se assegure, junto do Governo da República, a homologação do ensino secundário da “Viola da Terra”, diligenciando a sua consequente implementação no Conservatório Regional de Ponta Delgada, nas escolas de ensino artístico integrado na Terceira, Faial, Pico e Graciosa.

A nossa cultura não se resume apenas aos livros, às expressões plásticas, aos monumentos, às touradas, aos bailinhos de Carnaval...

A nossa cultura é também todo o nosso artesanato que, de mãos tão rudes e cansadas da labuta do dia-a-dia, conseguem trabalhos tão delicados e minuciosos (como a viola da terra), importa preservar também a forma artesanal como são manufacturados estes instrumentos, para que estas artes sejam transmitidas às novas gerações, não se perdendo no tempo ou ficando reservadas apenas a referências diversas em compêndios de cultura.

Por essa razão, o CDS-PP não pode deixar de fazer referência, mostrar o apreço e relembrar, que para que existam músicos é necessário haver instrumentos musicais, e para haver instrumentos musicais é necessário que existam artesãos... E esses, também, devem ser acarinhados e reconhecidos pelo trabalho, pela dedicação e paixão que depositam em cada nova viola da terra que fabricam.

Como não podia deixar de ser (e até porque acreditamos que se deve valorizar quem tem mérito) aproveito a oportunidade para fazer uma referência particular ao construtor de viola da terra da ilha de São Jorge, Raimundo Leonardes, um jovem que alia à construção das violas de excelente qualidade, a versatilidade e

disponibilidade para ouvir as necessidades e solicitações dos próprios tocadores.

Assim, e relativamente à iniciativa em apreciação, resta-nos recordar a dissertação de mestrado de José Wellington do Nascimento, na Universidade dos Açores, intitulada “Viola da Terra – Património e Identidade Açoriana”, onde o autor sublinha que “Talvez não menos viva do que antes, mantendo uma ponte sólida entre o passado e o presente” a viola da terra está hoje “presente em museus da região, em manifestações turísticas, em atividades lúdico-pedagógicas, na casa do homem simples e nas salas de concerto de elites, dando-nos uma ideia da sua importância como símbolo identitário, forma visível da cultura açoriana”...

Pelo exposto o CDS-PP votará a favor desta iniciativa!

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero em primeiro lugar felicitar o Grupo Parlamentar do PSD por trazer esta proposta ao Parlamento dos Açores, considero que se trata de uma iniciativa muito meritória, é um exemplo de uma iniciativa que valoriza o nosso património cultural e material e que pretende obviamente dignificar o ensino de viola da terra do ponto de vista pedagógico e dar-lhe as condições de conhecimento curricular que ela necessita.

Nesse sentido o PPM associa-se a esta iniciativa e evidentemente vamos votá-la favoravelmente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP congratula-se com esta iniciativa e julgo irá merecer o apoio unânime nesta câmara por vários motivos. Desde logo porque é o reconhecimento de um trabalho que tem vindo a ser feito e que levou, na minha opinião, a que este instrumento que sendo um instrumento identitário, um instrumento da música tradicional do nosso arquipélago, a verdade é que hoje nós ouvimos e temos oportunidade de ouvir concertos de viola da terra, onde a viola da terra invade completamente outros géneros musicais a que não estávamos habituados, portanto atinge hoje sonoridades diferentes e que há alguns anos atrás eventualmente seria impensável que a viola da terra pudesse invadir. Isso é bom. É bom porque um instrumento que faz parte da nossa cultura, da cultura popular, da nossa identidade e da nossa memória coletiva, com esforço, e com esforço grande de alguns mestres da viola que conseguiram introduzir, ainda que informalmente num primeiro estágio o ensino da viola da terra no conservatório e julgo que o Mestre Miguel Pimentel terá sido um dos percursores, se não o precursor e com quem muitos dos instrumentistas, designadamente da Ilha da S. Miguel fizeram as suas aprendizagens, evoluíram e se o ensino da viola da terra teria continuidade informal nos grupos folclóricos e por imitação nos grupos folclóricos, em outros grupos etnográficos, até na tradição familiar, a verdade é que a introdução do ensino da viola da terra no conservatório, a viola da terra ganha aqui, não perdendo aquilo que é o seu valor para o povo açoriano, ganhou aqui uma nova dimensão.

Portanto, dar continuidade a este projeto que é transformar o ensino ou reconhecer, obter o reconhecimento do ensino secundário da viola da terra, dando continuidade ao ensino básico parece-me fundamental, é o reconhecimento de um trabalho que tem sido feito ao longo dos últimos anos,

um trabalho que tem tido como produto o ganho de muitos novos instrumentistas jovens, algumas crianças para aprendizagem deste instrumento musical, mas tem ganho também públicos novos e isso é importante porque não está cristalizado, é um instrumento que não ficou cristalizado, ganhou e invadiu novos espaços e com isso também ganhou novos públicos.

Portanto, só poderíamos dar apoio a esta iniciativa e fazer votos para que esta recomendação que é dirigida ao Governo Regional, possa ter sucesso junto da República no sentido de que o ensino secundário possa vir a ser reconhecido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como aqui já se disse no Conservatório de Ponta Delgada, o ensino da viola da terra tem uma longa história que principia em 1982, que ganha mais folego a partir de 2004, 2005, com o seu acolhimento como instrumento do currículo regional da iniciação e do ciclo básico e que ganha ainda maior folego na atualidade com a sua lecionação, como oferta de escola no curso secundário.

No Conservatório de Ponta Delgada o ensino da viola da terra nascido por iniciativa de Miguel Pimentel tem prosperado nos últimos anos por ação de alguns executantes, por ação, por exemplo de Rafael Carvalho, um executante de exceção, inclusivamente autor de compêndios de metodologia de aprendizagem do instrumento.

Em 2012, no Conservatório de Ponta Delgada, a criação do curso secundário regular de viola da terra foi indeferida pelo menos por três vezes e porquê? Porque a viola da terra, como os demais instrumentos musicais de expressão regional não consta da lista de instrumentos passíveis de lecionação no ensino

secundário e terá de ser forçosamente homologada pelo Ministério da Educação ao invés do que acontece com os cursos de iniciação e básico, regulamentados na própria Região.

Não obsteu entretanto a Secretaria Regional da Educação e Cultura ao desenvolvimento do ensino da viola da terra no curso secundário do Conservatório de Ponta Delgada, bem pelo contrário, com efeito sugeriu a sua inclusão como oferta complementar, resultando a iniciativa numa proposta de escola aprovada pela tutela.

Além disso, entre as dificuldades inerentes à viabilização de um curso regular de nível secundário de viola da terra no Conservatório de Ponta Delgada, figurou o desrespeito por regras básicas da organização do programa necessariamente da iniciativa de uma equipa especializada, necessariamente avaliado por uma outra equipa especializada e jamais da responsabilidade apenas de dois docentes, um dos quais o próprio Rafael Carvalho, principal professor interessado no projeto, detentor de prática profissional reconhecida mas sem habilitação legal para o ensino da música porque somente detentor do segundo grau de formação musical.

A principal dificuldade perante a entidade avaliadora residia simplesmente no facto de um dos proponentes do programa especializado para o ensino secundário da viola da terra, não ser habilitado com o curso secundário de música, tendo apenas habilitação suficiente para a docência do grupo de instrumentos tradicionais, estando por isso impossibilitado do ingresso nos quadros do sistema educativo público da Região Autónoma dos Açores.

Por acréscimo, demanda cautela o facto da viola da terra não se rum instrumento idêntico em todo o arquipélago, sendo possível a identificação de diversas variantes, por exemplo, as de S. Miguel, Santa Maria, Terceira, Graciosa, das ilhas do triângulo.

Na base dos requerimentos do Conservatório de Ponta Delgada, para o funcionamento do ensino da viola da terra invoca-se frequentemente o exemplo da Madeira e o parecer da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional.

Na Madeira até ao momento o ensino dos instrumentos tradicionais encontra-se muito mais atrasado do que nos Açores. Ocorreu sempre em regime de cursos livres e só neste ano letivo contempla o primeiro e segundo graus do curso básico de música, ainda não formalmente aprovados pela Assembleia Legislativa, pelo menos em outubro passado.

Quanto ao secundário na Madeira, pese embora um grupo de trabalho tenha proposto conteúdos, avaliação e peças musicais para a lecionação até ao secundário, ainda prevalece o plano de estudos nacional, onde não constam os instrumentos regionais, concretamente a viola de arame, o rajão e a braguinha.

Já quanto ao parecer da Agência Nacional para a Qualificação Profissional que admite duas coisas: a legitimidade de prossecução da viola da terra até ao 12.º Ano; e a exploração de mecanismos autonómicos perante a ausência de expressão nacional do instrumento, a situação é já diversa.

Como prometi em audição na Comissão de Assuntos Sociais, já encetei as diligências necessárias à introdução do ensino da viola da terra no curso secundário, mediante a construção de um programa organizado e insustentável, esperamos nós, de vir a ser contestado por razões científicas ou formais.

Em outubro passado, dois dias após a minha audição na Comissão de Assuntos Sociais, sugeri ao Conservatório Regional de Ponta Delgada, em contato direto com a sua Presidente do Conselho Executivo, que em conjunto com as demais escolas de ensino artístico, procedesse à formulação de uma proposta de programa credível.

Posteriormente, através de acompanhamento realizado pela Direção Regional da Educação, obtive a informação sobre a constituição de um grupo de trabalho,

formado por docentes do próprio Conservatório da Escola Tomás de Borba e da Escola de Música do Conservatório Nacional de Lisboa.

Aliás, os trabalhos tiveram início de imediato sendo aventada a possibilidade da existência de uma proposta no termo deste segundo período.

É preciso entretanto que fique muito claro, aquilo que o Governo pode ou não pode fazer.

Nós demonstramos boa vontade e facultamos cooperação que sob isso não restem dúvidas, no entanto a homologação ou não da proposta de ensino de em nível secundário da viola da terra nos Açores, com reconhecimento nacional, depende de uma avaliação que se fará, uma avaliação externa totalmente independente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Não havendo vamos então passar à votação deste projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para uma interpelação?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma interpelação para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário vou também interromper os trabalhos.

Uma boa noite a todos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 43 minutos.

Deputado que entrou durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Iasalde Fraga Nunes

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

(*) Texto não revisto pelo Orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

P¹a redatora: Noélia Escobar